

# CADERNETA AGROECOLÓGICA:

o saber e o fazer das  
mulheres do campo, das  
florestas e das águas

# CADERNETA AGROECOLÓGICA:

o saber e o fazer das  
mulheres do campo, das  
florestas e das águas

MINAS GERAIS/2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Caderneta agroecológica : o saber e o fazer das  
mulheres do campo, das florestas e das águas /  
organização Thalita Rody , Liliam Telles. --  
Viçosa, MG : Editora Asa Pequena, 2021.

ISBN 978-65-995599-6-9

1. Agricultura 2. Agricultura familiar  
3. Agroecologia 4. Mulheres I. Rody, Thalita.  
II. Telles, Liliam.

21-77710

CDD-630

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Agricultura familiar 630

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

**PLANEJAMENTO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:**  
**TALITA AQUINO**

**ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS:**



**GT**  
**Mulheres**  
**da ANA**





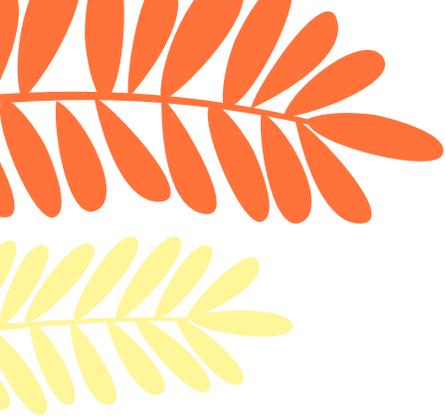
**SEM  
FEMINISMO  
NÃO HÁ  
AGROECOLOGIA**

# SUMÁRIO

1. PREFÁCIO .....	6
2. INTRODUÇÃO .....	10
3. AS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS E A CONSTRUÇÃO DO SABER FEMINISTA .....	14
4. CADERNETAS AGROECOLÓGICAS COMO METODOLOGIA DA ECONOMIA FEMINISTA .....	30
5. RUMO A UM QUADRO DE ANÁLISE ECONÔMICA DO PAPEL DAS MULHERES NA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E SOCIAL. UMA RELEITURA FEMINISTA DE KARL POLANYI .....	48
6. AS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS: UMA PERSPECTIVA FEMINISTA SOBRE A ECONOMIA DAS AGRICULTORAS NO BRASIL .....	74
7. REFLETINDO SOBRE O PROTAGONISMO ECONÔMICO DAS MULHERES AGRICULTORAS: UMA PERSPECTIVA SUBSTANTIVA .....	92
8. MULHERES CONSTRUINDO A AGROECOLOGIA: CAMINHOS PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	114
9. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE AGRICULTORAS DO GT MULHERES SERRAMAR (RJ): CONECTANDO A CADERNETA AGROECOLÓGICA COM O GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA .....	150



10. QUINTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR: RELÍQUIAS DO PASSADO, PÉROLAS DO PRESENTE, TESOUROS DO FUTURO .....	166
11. MULHERES GERANDO ALIMENTO E AUTONOMIA: EXPERIÊNCIAS DE ATER FEMINISTA E O USO DAS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS.....	186
12. PERSPECTIVAS FEMINISTAS DE APOIAMENTO TÉCNICO ATRAVÉS DAS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS .....	192
13. EXPERIÊNCIA SOF – SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA – TERRITÓRIO DO VALE DO RIBEIRA/SP - ATER MULHERES E AGROECOLOGIA.....	202
14. A EXPERIÊNCIA DO ESPLAR COM AS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS .....	212
15. A EXPERIÊNCIA DE ATER FEMINISTA DA CASA DA MULHER DO NORDESTE E USO DA CADERNETA AGROECOLÓGICA .....	222
16. A CONTRIBUIÇÃO DAS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS SOCIAIS .....	232
17. OLHANDO PARA A CAMINHADA .....	246



# 1. PREFÁCIO

por Emma Siliprandi

## QUEM TEM MEDO DAS MULHERES RURAIS?

Dizem que uma mulher que lê é uma mulher perigosa. O que dizer, então, de mulheres que escrevem? E que escrevem não apenas textos, livros, mas a própria história? Não importa se essa história é escrita de forma tradicional, com palavras, frases, referências bibliográficas, ou se é escrita no dia a dia dos movimentos, por meio da organização, da criação conjunta, da reflexão e da ação para mudar situações vividas como injustas. Essas mulheres são realmente muito mais perigosas.

Este livro versa sobre mulheres rurais que estão escrevendo uma outra história de suas vidas, a partir do que poderia ser visto como um singelo instrumento – as Cadernetas Agroecológicas – onde anotam a sua produção e o destino que é dado a ela, seja na forma de trocas com vizinhas, parentes e amigas, doações a pessoas em situação de vulnerabilidade, seja pelo uso na alimentação da própria casa, ou mesmo através da venda em diferentes mercados. Um caderno, uma caneta, o hábito de anotar. Colunas coloridas, fotos de produtos, quadrinhos para marcar... E o perigo está instalado!

E o que escrevem essas mulheres, através dessas Cadernetas? Em um primeiro momento, parece ser apenas um inventário do que é produzido, mas, na verdade, mostra-se algo muito mais poderoso (e perigoso!). Porque com esses dados nas mãos, elas vão desmentindo muitas “falsas verdades” instaladas no imaginário social: “*a produção das mulheres é pequena*”; “*elas só ajudam o homem da família*”; “*as mulheres não têm nada que ver com a gestão ambiental*”; “*elas só cuidam da família e do lar*” (como se fosse pouco!); “*elas se queixam de muito trabalho porque são preguiçosas*”; “*esse papo de violência é tudo mi-mi-mi*”.

E o efeito desses desmentidos é tremendo! Nem o Estado, as instituições que trabalham com o meio rural, a sociedade em geral, nem as famílias, e, às vezes, nem mesmo as próprias mulheres pensavam que o resultado do seu trabalho fosse tão significativo. Transformadas em valores, em quantidades, essas “singelas anotações” mostraram uma realidade que o *status quo* sempre quis ocultar, que é o valor do trabalho dessas mulheres.

A metodologia das Cadernetas Agroecológicas, criada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM) e colocada à disposição de todos os movimentos rurais – e que agora vem sendo elogiada por instituições internacionais, como a FAO e o FIDA – é uma ferramenta que, apropriada por essas mulheres, permite que se visibilize não apenas o volume e o valor monetário dessa produção, mas muito, muito mais.

Tendo como base teórica a Economia Feminista, as Cadernetas permitem evidenciar que o trabalho das mulheres rurais é fundamental para a alimentação das famílias e também para a sustentação do conjunto da economia; dialogando com os Ecofeminismos, mostram como essa produção é imprescindível para o manejo adequado do ambiente, através da preservação da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos e da adaptação às mudanças climáticas; por outro lado, são a base para a reconstrução de relações harmoniosas entre as pessoas, recuperando

outro tipo de economia, baseada no apoio mútuo, corroborando os preceitos da Economia Solidária.

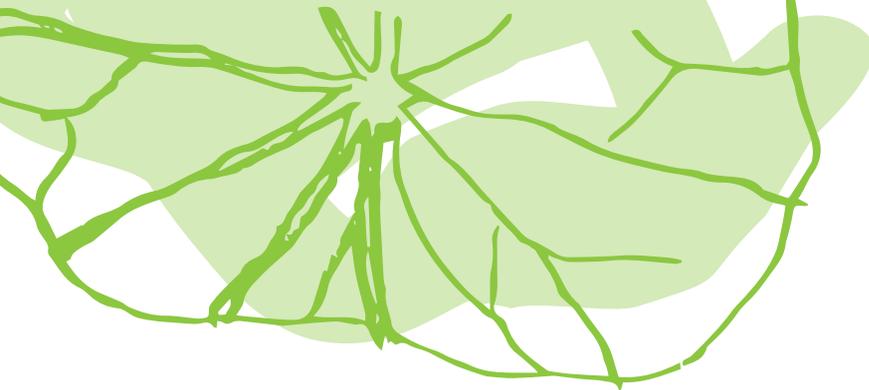
Os resultados obtidos com a aplicação das Cadernetas, apresentados neste livro, também permitem questionar os modelos de desenvolvimento rural existentes e propor outros tipos de políticas públicas, em que as mulheres sejam reconhecidas autonomamente como pessoas e cidadãs, e não subsumidas em uma categoria estereotipada de membros “subordinados” da família, chefiadas por um homem.

As Cadernetas Agroecológicas estão aí para mostrar o que muitos não querem ver – o valor dessas mulheres – e, ao fazer isso, são um instrumento de mobilização e de reafirmação do seu protagonismo nas experiências agroecológicas.

Esse exercício de reescrita da história, feito por muitas mãos, mentes e corações, está apenas começando. Vida longa às Cadernetas Agroecológicas!

*Roma, setembro de 2020.*





## 2. INTRODUÇÃO

por Elisabeth Maria Cardoso  
(GT Mulheres da ANA)

A partir da nossa prática de sistematização de experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres no Brasil e de formação de mulheres em feminismo, agroecologia e gestão de empreendimentos, percebemos que parte da produção das mulheres, em muitos casos a maior parte, permanece invisível aos olhos das famílias, das suas organizações de base, das organizações que atuam com assistência técnica e extensão rural (ATER), do Estado e, algumas vezes, das próprias mulheres envolvidas na produção agroecológica familiar, camponesa e tradicional. O machismo, o patriarcado e o androcentrismo arraigados na nossa sociedade - com uma lógica que exclui as mulheres dos espaços públicos, das tomadas de decisão, do acesso a recursos, serviços e políticas públicas, além de impor exclusivamente às mulheres o trabalho doméstico - são responsáveis por colocar esse véu sobre a sua produção e o seu trabalho.

Com o objetivo de desvelar a produção das mulheres da agroecologia, entre maio de 2016 e novembro de 2018, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), em parceria com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres

da ANA), executou o projeto “Os Quintais das Mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil”. O projeto articulou as ações da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, posteriormente, da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

De maio de 2019 a janeiro de 2020, a UFV, na continuidade dessa parceria, executou o projeto “Sistematização da Produção nos Quintais das Mulheres através da Caderneta Agroecológica”, em articulação com as ações da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do MAPA. Esse processo de monitoramento e sistematização da produção das mulheres agricultoras familiares, tradicionais e camponesas envolveu, nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Amazônia, agricultoras articuladas pelo Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais (MMZML), pela Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), pela Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, pela Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, pelo Grupo de Trabalho em Gênero e Agroecologia (GT Gênero e Agroecologia) e pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Sul do Brasil. Ao todo, foram sistematizadas 300 Cadernetas Agroecológicas em 16 estados do Brasil, com 52.867 anotações, totalizando uma renda de R\$1.688.091,13 em 12 meses, entre 2016 e 2018.

Esse processo envolveu um conjunto de pesquisadoras de diversas universidades brasileiras, além da UFV - como a UFRPE, a UFC, a UFRJ e o IFSP -, um conjunto de pesquisadoras das organizações e movimentos que se articulam ao GT Mulheres da ANA - como o CTA-ZM, a SOF, a FASE, o MMNEPA, o Esplar, o MOC, o CF8, a ASPTA, o Sasop, o Centro Ecológico - e um conjunto maior de pesquisadoras formado pelas mulhe-

res agricultoras, que contribuiu, entre outras ações, anotando nas Cadernetas sua produção e participando de oficinas para analisar os resultados e refletir sobre eles.

A sistematização dos dados das Cadernetas agroecológicas e as análises e cruzamentos dos dados dos questionários socioeconômicos foram realizados por uma equipe de pesquisadoras localizada em Viçosa (MG), formada pela UFV e pelo CTA-ZM. Havia a necessidade de aprofundarmos as análises e os conhecimentos sobre os tipos de produtos oriundos dos quintais, sobre a parcela da renda das mulheres proveniente dos quintais e sobre os dados socioeconômicos das mulheres que participaram do processo de sistematização. Para a tipificação dos produtos, contamos com o esforço coletivo da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste e de pesquisadoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Para aprofundar as análises dos dados coletados neste processo de pesquisa participante, que foi a primeira pesquisa que sistematizou as informações oriundas das Cadernetas agroecológicas - um instrumento político pedagógico que traz junto consigo uma metodologia criada por mulheres e para mulheres -, bem como fazer o planejamento, o monitoramento, a avaliação da metodologia e a análise de resultados, foram realizadas oficinas locais, seminários regionais e nacionais. Esses espaços foram construídos por pesquisadoras da Academia, das organizações e dos movimentos sociais e por lideranças agricultoras, camponesas, indígenas e quilombolas, todas elas pesquisadoras envolvidas no projeto.

Os artigos deste livro foram elaborados a partir desse processo por algumas das pesquisadoras articuladas ao GT de Mulheres da ANA. São fruto das reflexões realizadas pelo GT sobre a metodologia, os resultados, a economia das mulheres, a epistemologia e a ATER feministas e geradas por uma pesquisa cidadã, financiada por um órgão público gestado por mulheres, sobre a produção e a renda de mulheres e feita por pesquisadoras mulheres. Isso para nós é muito precioso.





## 3. AS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS E A CONSTRUÇÃO DO SABER FEMINISTA

*Laetícia Jalil<sup>1</sup>  
Elisabeth Cardoso<sup>2</sup>  
Thalita Rody<sup>3</sup>*

A Caderneta Agroecológica é um instrumento político pedagógico elaborado para que, de forma simples e de fácil compreensão, seja possível mensurar, visibilizar o trabalho das agricultoras agroecológicas e, ainda, contribuir para a promoção da sua autonomia<sup>4</sup> e empoderamento. A Caderneta foi desenvolvida, a princípio, como um instrumento de formação para empoderar as mulheres, a partir da visibilidade do trabalho delas e

1 Socióloga, Doutora em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade \_CPDA/UFR-RJ Professora Dra. da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, feminista, mãe de Inácio; Membro do GT de Mulheres da ANA e da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste; Coordenadora do Núcleo Jurema - Feminismos, Agroecologia e Ruralidades - UFRPE. laeticiajalil@gmail.com

2 Engenheira Agrônoma, Mestra em Agroecologia, Técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM, feminista, integrante da coordenação do GT Mulheres da ANA e da Marcha das Margaridas. E-mail: beth@ctazm.org.br

3 Licenciada em Letras e Mestra em Análise do Discurso pela Universidade Federal de Viçosa – UFV, Técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM. E-mail: thalita@ctazm.org.br

4 Parte-se de uma compreensão mais ampla da autonomia: não apenas como econômica, que indubitavelmente é importante para as mudanças nas vidas das mulheres, mas como um processo que também abrange a autonomia política e cultural.

da sua contribuição na renda e na economia familiar. Contudo, assim que aparecem os primeiros retornos das anotações das mulheres agricultoras, com resultados parciais surpreendentes para estas mulheres e para a equipe técnica, a Caderneta se revelou um eficiente instrumento de monitoramento da produção das mulheres, valorando a sua produção, até então invisível, para o autoconsumo, trocas, doações e venda de produtos. O monitoramento e a visibilidade de sua produção para diferentes relações socioeconômicas destacam a contribuição fundamental das mulheres para a garantia da segurança alimentar das famílias, além de visibilizar suas práticas sustentáveis e o trabalho de cuidado com a natureza, a preservação da agrobiodiversidade e a reprodução da vida.

As **agricultoras agroecológicas** são assim definidas como as mulheres que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas voltadas para a reprodução de seus grupos familiares e de proximidade, a partir de práticas sustentáveis (sociais, ambientais, culturais, econômicas e ecológicas) em seus agroecossistemas. Adicionalmente, são aquelas que desenvolvem relações sociopolíticas e econômicas com diferentes atores fundamentais para os processos de transição agroecológica e para a reprodução da vida, estando envolvidas em redes sociotécnicas, em movimentos sociais mistos ou feministas e outros espaços de organização social/política. Portadoras de conhecimentos ancestrais, resignificam e transformam suas práticas a partir das necessidades e mudanças ambientais e culturais, desenvolvendo atividades fundamentais para a garantia da segurança e soberania alimentar, para o fortalecimento das relações sociais nos territórios e para a conservação e reprodução da sociobiodiversidade (Cardoso et al., 2019: 7).

Apresentada em um formato simples, a Caderneta possui quatro colunas para organizar as informações sobre a produção das mulheres que registram cotidianamente a destinação do que foi produzido. Ou seja, nela são registrados o que foi vendido, o que foi doado, o que foi trocado e o que foi consumido de tudo o que é cultivado nos espaços de domínio das mulhe-



tes sujeitos (como as mulheres agricultoras agroecológicas, técnicas/os de ATER, pesquisadoras/es, estudantes), a Caderneta se reafirma como um instrumento fundamental para visibilizar e reconhecer a importância do trabalho das mulheres.

A Caderneta foi criada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) em parceria com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas em 2011, a partir do Programa de Formação Mulheres e Agroecologia. Para saber mais busque Cardoso et al., 2019: 7). <http://portalsemear.org.br/publicacoes/guia-metodologico-da-caderneta-agroecologica/>

É importante enfatizar que o trabalho com as Cadernetas Agroecológicas teve como ponto de origem o questionamento das bases da economia hegemônica, a qual considera parte da economia apenas aquelas atividades que geram recursos monetários, ou seja, as que têm relação com o mercado. Dessa forma, boa parte das atividades que ficam sob responsabilidade das mulheres são invisibilizadas ou desconsideradas.

Entendemos que historicamente a “ciência” ou o “conhecimento formal” foi negado às mulheres. Seus saberes/fazer e o conhecimento gerado por elas foram e ainda são invisibilizados e/ou desvalorizados, sendo reconhecidos como crendices, simpatias ou conhecimentos de pouca importância. Quando muito, esses saberes são reconhecidos como práticas culturais tradicionais.

Ao reduzir seus conhecimentos a essas categorias - que, embora também sejam de enorme importância, são insuficientes e não correspondem à real dimensão de toda ciência por elas produzidas-, perde-se em valorização todo o conhecimento empírico produzido por essas mulheres; ainda, exclui seu protagonismo e suas práticas da esfera científica. Nesse sentido, distanciam-se do reconhecimento científico práticas do manejo de plantas me-

diciniais, das ervas sagradas e de poder, das parteiras, raizeiras, curandeiras; práticas de cuidados com os pequenos animais; o modo de produzir das mulheres; a produção de alimentos nos quintais ou arredor de casa; o beneficiamento e a transformação dos alimentos; o manejo da agrobiodiversidade, o manejo, a gestão e o cuidado com as águas; a relação com o território e as comunidades; a mediação dos conflitos; o acalento ou segurança psíquica emocional para a construção de sujeitos autônomos e seguros para a vida adulta; as práticas de cuidados coletivos, familiares e individuais; a garantia da segurança alimentar e a luta pela soberania.

Urge reconhecermos essas práticas e saberes como imprescindíveis à reprodução da vida e à agroecologia, como forma de complexificar os processos de transição agroecológica e nosso próprio entendimento da agroecologia enquanto ciência, movimento e prática (Gliessman, 1989; Siliprandi, 2009; Iridiane Seibert, 2019). Observa-se que nesse tripé, ciência-movimento-prática, a agroecologia enquanto ciência ainda segue influenciada por uma lógica cientificista e cartesiana, que molda o fazer acadêmico hegemônico com uma ideia de neutralidade epistêmica, teórica e metodológica, que marca fortemente os estudos e pesquisas.

Neste campo, o sujeito universal do conhecimento é representado, então, por um homem branco heterossexual adulto, na construção de um objeto de pesquisa *neutro*, para realização de uma pesquisa *neutra* e fortalecendo uma ciência *neutra*, que tem a força de legitimar os discursos acadêmicos, tão importantes para fortalecer argumentos, afirmar indicadores e pesquisas, como o retrato fiel da realidade ou da verdade. Com esse discurso e essa prática, a ciência legitima práticas sociais, pensamentos e visões de mundo patriarcais, coloniais, machistas, racistas, androcêntricas, sexistas e capitalistas.

Por outro lado, o feminismo é um movimento social de mulheres que possui um caráter civilizatório ao reivindicar liberdade e

autonomia para todas as mulheres e de toda a sociedade, em que questiona os princípios estruturantes da sociedade que explora, domina e violenta a humanidade e chama todas as pessoas a intervirem na realidade social (HOOKS, 2017). bell hooks chama atenção para o poder transformador do feminismo ao percebê-lo como um processo educativo de tomada de consciência das desigualdades de gênero, raça e classe, e alerta sobre a importância de reportarmos à teoria dentro do ativismo, sobretudo para não perdermos de vista as diversas formas de dominação existentes.

Rago (1998) chama atenção para a constituição de um projeto feminista de ciência, traduzido na epistemologia – ou epistemologias feministas, que, além de fazer uma crítica ao modo dominante de produção do conhecimento científico, também propõe formas alternativas de operação e articulação nesse campo com o propósito da produção de um conhecimento emancipador e como estratégia de mudança social, resgatando as experiências de mulheres nessa produção.

Para nós, o feminismo é um modo de olhar o mundo (uma nova lente) e também uma perspectiva de vida; é um movimento político e uma construção teórica crítica que visa à transformação da condição das mulheres e o questionamento às relações de poder, exatamente pelo fato de ser teoria descritiva, analítica e, sobretudo, prescritiva, pois visa a intervenção na realidade e sua transformação. Além de fomentar a prática da militância organizada, nas últimas décadas tem se tornado um componente teórico fundamental na teoria social e política.

Assim, a teoria crítica feminista fortalece a luta das mulheres enquanto sujeito político de direitos, que se materializa pelo direito à fala, à terra, à água, ao território; no acesso às políticas públicas e no processo de autodeterminação de seus corpos; na luta por autonomia, na construção de outras formas de economia; pelas relações de solidariedade, reciprocidade; pela prática do cuidado, amorosidade e sororidade; pela construção de outros mercados;

no reconhecimento dos bens comuns como indispensáveis à vida, à natureza como nossa mãe e irmã, aos saberes descolonizados e ecológicos e, assim, na luta contra todas as formas de violências.

Entendemos que a transformação social só poderá ocorrer de forma eficaz, via processos educativos, populares e coletivos. Para tal, é fundamental que nós mulheres consigamos transformar o conhecimento existente sobre nós mesmas e sobre a realidade a partir das lentes dos feminismos, das nossas experiências e especificidades, criando e nos apropriando de métodos e procedimentos que se aproximem da nossa maneira de ser e estar no mundo. “*Hacia una pedagogía feminista*”!

Corroboramos a perspectiva de Claudia Korol (2007) ao afirmar que para se construir uma pedagogia feminista, é necessário desorganizar as relações de poder de forma subversiva e revolucionária, considerando o valor da subjetividade na criação histórica e o valor dos corpos inscritos nos territórios. A pedagogia feminista bebe da fonte da pedagogia popular – que parte da *educação como prática de liberdade* (FREIRE, 1999) – e do feminismo; se constitui ao assumir como propósito o enfrentamento às estruturas opressoras, a construção de formas de resistências e a valorização de todas as experiências<sup>6</sup> como parte deste aprendizado coletivo; aposta no processo mais do que nos produtos.

Acreditamos que todo conhecimento é situado, como nos ensina Donna Haraway (1995), e marca nossos corpos e mentes em um período histórico, moldando nossas trajetórias e sendo moldado por nossas lutas, resistências e reinvenções. Assim, é urgente um olhar crítico, a partir da teoria feminista decolonial, que valorize os diferentes saberes, conhecimentos, experiências e práticas das mulheres, assim como seu protagonismo na construção da agroecologia no Brasil.

<sup>6</sup> Aqui trazemos o sentido da experiência como um exercício cotidiano em fazer, colocar em prática; experimentar, provar, testar. Se permitir fazer e errar, sentir, tentar fazer o novo a partir de novas práticas de pesquisa, de relações sociais. Essa deve ser nossa aposta. Se temos novas perguntas, temos que fazer de novas formas, por isso experimentar.

Buscamos trazer para o campo agroecológico a importância e a convergência, como potência geradora de transformações, entre os feminismos e a agroecologia, esta última compreendida por nós como um projeto de vida (a retomada de um outro modelo de desenvolvimento), mais que um processo de conversão produtiva.

A Caderneta Agroecológica foi criada a partir desses princípios, integrando o conhecimento das agricultoras ao das feministas das equipes técnicas das organizações e da academia, e deve ser entendida como um recurso a ser apropriado pelas mulheres para visibilizar, valorizar e organizar o seu trabalho. É, portanto, um instrumento de empoderamento e autonomia para elas, na medida em que serve para que reconheçam sua contribuição à economia da família de forma mais ampla, rompendo a lógica patriarcal e capitalista que coloca as mulheres da agricultura familiar, tradicional e camponesa no papel de “meras ajudantes”.

O uso da Caderneta também tem contribuído para qualificar as ações da assessoria técnica como um instrumento de intervenção na realidade, apoiando a qualificação do trabalho das mulheres nos seus agroecossistemas, construindo novos indicadores para projetos, ações e políticas públicas. Além disso, aponta elementos para repensar as metodologias e indicadores utilizados, rompendo a racionalidade patriarcal que historicamente marca a extensão rural no Brasil. Para Telles et al (2018)

O processo de construção da Caderneta Agroecológica faz parte de uma prática feminista de construção coletiva de conhecimento, e que se situa no campo das pedagogias feministas. Além de ser um instrumento de pesquisa e coleta de dados para as pesquisadoras envolvidas, é também um instrumento de empoderamento político, que possibilita as próprias agricultoras agroecológicas sistematizarem seu trabalho e assim, perceberem/ compreenderem sua contribuição para a economia e a reprodução da vida. Outra questão fundamental é que a partir desta compreensão e posicionamento teórico e político, as agricultoras agroecológicas são sujeitos e não obje-

tos da pesquisa, rompendo com a relação de poder histórica da construção do conhecimento acadêmico e do fazer científico (p.146).

A metodologia da Caderneta Agroecológica propõe que, além das mulheres fazerem as anotações cotidianas da sua produção, elas troquem experiências com outras agricultoras que também estão anotando e participando do mesmo processo, através de oficinas, garantindo momentos de reflexão sobre a sistematização dos dados entre as agricultoras e entre técnicas e agricultoras. Isso tem proporcionado que as mulheres se encontrem nas comunidades para trocar experiências, relatar o que está acontecendo com elas, ouvir umas às outras e chegarem juntas à solução de problemas, fomentando um importante processo de autonomia. Em alguns casos, esse processo estimulou a auto-organização das mulheres em regiões onde não havia coletivos de mulheres ou núcleos de movimentos que oferecessem suporte às mulheres.

É importante sublinhar que o processo de animação e articulação das mulheres em torno das Cadernetas Agroecológicas tem encontrado formas de superar os desafios frente à pandemia da Covid-19, a qual impôs um contexto de isolamento e distanciamento social. Nesse sentido, as organizações e as assessorias técnicas têm promovido, como no Programa de Mulheres do CTA-ZM, essa interação através de grupos de Whatsapp, recurso acessado pela maior parte das mulheres agricultoras. Dessa forma, por meio de mensagens de texto, áudios, fotos e vídeos elaborados especificamente para este fim, as mulheres seguem tendo acesso às informações e, da mesma forma, encontram, no grupo, um espaço de troca de mensagens e conhecimentos.

Esse processo, embora limitado pela distância física, tem aproximado mulheres de diferentes municípios, inclusive por meio de intercâmbios remotos, em que apresentam às outras mulheres, através de vídeos produzidos por elas mesmas, suas propriedades, suas produções, alimentos preparados por elas, registros das anotações das Cadernetas e assim por diante. Esse processo de construção de um grupo remoto, motivado sobretudo pelas mulheres que anotam nas Cadernetas, tem evidenciado ainda mais a força coletiva das mulheres e seu potencial de encontrar alternativas frente às adversidades dos diferentes contextos.

As Cadernetas têm promovido a inclusão da produção cotidiana das mulheres na análise econômica da produção familiar, revelando uma renda até então invisibilizada e, ao mesmo tempo, fundamental para a produção de alimentos e para a manutenção das famílias no campo. Com isso, têm ajudado a refletir sobre a produção e o trabalho das mulheres na agricultura familiar, sobre os tipos de produtos que elas produzem e o significado dessa produção para os processos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER Agroecológica. Os dados sistematizados das Cadernetas apontam os desafios da produção; a importância do que é trocado e doado pelas mulheres, alimentando as relações de solidariedade nas comunidades; a importância da produção para o autoconsumo na manutenção da segurança alimentar e nutricional das famílias; a diversidade da composição da renda gerada pelas mulheres; e, ainda, trazem visibilidade ao trabalho desenvolvido por elas.

As Cadernetas têm contribuído para revelar que as mulheres produzem de forma resiliente, saudável e com respeito à vida, sendo significativamente menos dependentes de recursos externos e construindo sistemas muito mais sustentáveis que os sistemas convencionais. A reflexão coletiva sobre os dados possibilita questionar o papel subordinado ao qual as agricultoras estão submetidas e demonstra a importância de uma ATER específica, inclusiva e comprometida com a realidade das mulheres para gerar impactos positivos na renda e na segurança alimentar das famílias como um todo.

Há uma percepção de que a sistematização das Cadernetas Agroecológicas possibilita o reconhecimento e a visibilidade do trabalho das mulheres, mas também contribui para provocar o debate sobre as questões de gênero para as organizações, apontando a necessidade de trabalhar com profundidade alguns temas importantes para qualificar o trabalho desenvolvido com as mulheres agricultoras, como a divisão sexual do trabalho, as desigualdades de gênero na agricultura familiar, a violência doméstica, ATER para mulheres, entre outros. Quando as entida-

des de ATER incorporam as Cadernetas Agroecológicas, geram elementos para a reflexão sobre o trabalho das mulheres e sobre como a ATER deve atender às mulheres para alcançar os objetivos de melhoria da renda e qualidade de vida das famílias rurais por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção; dos mecanismos de acesso aos mercados, ao crédito e financiamento; dos serviços; e da renda, de forma sustentável e agroecológica.

Os dados revelados pelas Cadernetas ajudam a construir elementos para a construção de projetos de desenvolvimento que objetivam a inclusão das mulheres não só na perspectiva social, mas também produtiva e econômica. Trazer luz à produção dos quintais possibilita comparar os rendimentos dos diversos subsistemas da unidade familiar e incorporar algumas estratégias adotadas pelas mulheres em todo o sistema de produção familiar. Os dados de produção dos quintais possibilitam, ainda, criar justificativas para futuros projetos para os territórios, centrados na produção dos quintais e na segurança alimentar e autoconsumo. Os resultados da sistematização das Cadernetas mostram, de forma prática, a relevância dos projetos incluírem ações que incentivem as relações de igualdade de gênero, fortalecendo as mulheres e a contribuição delas na renda familiar, como também seu reconhecimento como sujeitos políticos e econômicos.

A metodologia das Cadernetas Agroecológicas tem viabilizado o monitoramento da produção das mulheres de forma simples e fácil, trazendo dados que podem ser intercruzados com as ações de ATER. Esta metodologia pode contribuir para revisão dos sistemas de monitoramento dos projetos, aproximando os indicadores econômicos dos indicadores sociais, incluindo os dados da contribuição econômica das mulheres, para além da produção anual, das produções de lavouras, da produção animal e da produção para os mercados convencionais.

É preciso reconhecer, também, que a metodologia apresenta desafios para as organizações e projetos que a adotam como

ferramenta de monitoramento e de sistematização da produção das mulheres, como o de manter a animação do processo para que as mulheres anotem durante um ano, para se levar em consideração nas análises a sazonalidade e os calendários de festas, que influenciam na produção; ou a necessidade de capacitação da equipe em metodologias feministas, desenvolvendo um olhar mais apurado e uma escuta atenta às mulheres. Por outro lado, para algumas organizações, esses desafios se transformaram em oportunidade para a construção de processos de formação e intercâmbios, a partir das demandas das mulheres agricultoras, contribuindo com a democratização da ATER nos seus territórios, com a inclusão das mulheres. Outro grande desafio do processo é a subnotificação das anotações da produção nas Cadernetas - por diversos motivos, mas, sobretudo, pelo acúmulo de trabalho que sobrecarrega as mulheres, algumas mulheres deixam de anotar ou não anotam tudo.

Entre as relações econômicas anotadas nas Cadernetas - de venda, doação, troca e consumo - a quantidade mais expressiva de notificações é, geralmente, das vendas. Esse dado requer uma análise mais profunda, embora o cruzamento desse dado com reflexões e conversas das assessorias junto às mulheres agricultoras já evidencie que há, por parte das famílias agricultoras, uma hierarquização em importância do que é produzido para venda sobre o que é produzido para consumo, troca e doação. Esse cruzamento de informações também evidencia um menor controle do que a família colhe do pomar, do quintal e da horta para o consumo e a doação.

É recorrente, também, a percepção de que as notificações sobre trocas são bem pequenas e, em alguns casos, pareçam inexpressivas. Embora seja um dado que também requer análise mais profunda e contextual, é possível perceber que há diferentes conceitos e interpretações sobre o que é troca, compreensões que variam de uma região para outra. Em alguns casos, as anotações na coluna de trocas foram aumentando conforme o passar

do tempo, o que indica um possível estímulo às mulheres na busca de oportunidades para trocar produtos, ao constatarem que a coluna está vazia.

Alguns relatos, como o de Nega, agricultora do Amazonas, reforçam que, embora a coluna da troca seja recorrentemente a menos expressiva, ela é de absoluta importância para evidenciar as muitas possibilidades de relações, inclusive a troca de produtos por serviços. No caso de Nega, conforme relatado por ela no 3º Seminário Nacional das Cadernetas Agroecológicas, em Recife, ela precisou fazer um tratamento odontológico e não podia pagar por ele naquele momento. Em conversa com sua dentista, acordaram que o tratamento seria pago com, ao invés de dinheiro, polpas de cupuaçu produzidas por Nega. Relatos como esse demonstram que a Caderneta também cumpre um papel formativo quando instiga as mulheres a pensarem em alternativas de troca de produtos por serviços, como nesse caso.

A Caderneta Agroecológica, conforme discutido no início deste texto, foi elaborada para auxiliar os processos de administração da produção das agricultoras e o exercício de anotação trouxe uma série de reflexões em diferentes esferas. No nível individual, contribuiu para as mulheres reconhecerem seu trabalho e as diferentes formas de opressão e violência vivenciadas no âmbito familiar. Nesse processo provocado pelas anotações nas Cadernetas, as mulheres agricultoras são protagonistas, não como um alvo para onde miram todos os olhos do “sujeito pesquisador”, mas como as pesquisadoras e sistematizadoras de sua própria realidade.

No exercício contínuo de registrar, no dia a dia, cada molho de coentro retirado da horta e cada limão tirado do pé para o tempero do almoço, mesmo diante de limitações de um tempo tão fragmentado pelas múltiplas atividades realizadas cotidianamente na casa, no quintal e no roçado, e da dificuldade da escrita provocada pelas desigualdades e ausências de oportunidades (o que as faz recorrer, muitas vezes, às/aos filhas/os, parentes

e amigas/os para as anotações), as agricultoras agroecológicas puderam materializar a compreensão dos frutos de seu trabalho.

Da mesma forma, o reconhecimento do valor monetário e social (não-monetário) do trabalho das agricultoras agroecológicas a partir do exercício de olhar para sua produção nas anotações das Cadernetas provoca o estímulo da construção de sua autonomia em relação ao contexto familiar e comunitário e em relação ao Estado e ao mercado. As mulheres passaram a reivindicar os seus espaços na família, a buscar mais acesso a mercados e feiras para a venda de sua produção e a reivindicar o acesso a políticas públicas muitas vezes restritas aos “chefes de família” homens.

No nível organizacional e nos processos de assessoria às mulheres e seus grupos produtivos, as Cadernetas provocaram uma mudança metodológica nas abordagens para visibilizar o trabalho das mulheres como fundamental para a transição agroecológica. No nível das redes, tanto do GT Mulheres da ANA como dos demais movimentos e organizações que o compõem, subsidiaram ações de incidência política, ampliação e politização do conceito de agroecologia.

As mulheres do campo agroecológico germinam e cultivam revoluções silenciosas e cotidianas nas esferas das subjetividades e do inconsciente, das relações, do território, da comunidade, da política e da economia, construindo caminhos de uma relação mais profunda com a natureza de que somos parte, de um desenvolvimento agrícola sustentável, de uma economia voltada para a sustentabilidade da vida e da superação das desigualdades de gênero, raça e classe. A Caderneta Agroecológica, enquanto um instrumento que lança luz às revoluções silenciosas e cotidianas das mulheres, torna-se, portanto, um instrumento de luta, através do qual é possível visibilizar, valorizar e reconhecer todo e qualquer movimento das mulheres em sentido à emancipação, à igualdade e à valorização de suas múltiplas formas de existência enquanto sujeitos de voz, de luta e de tomada de decisões. Sem feminismo não há agroecologia.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, E. *et al.* **Guia Metodológico da caderneta agroecológica.** – Recife: FIDA, 2019.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

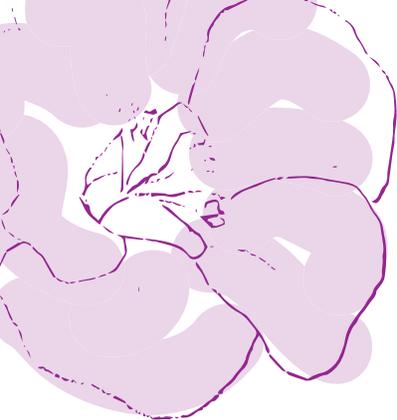
HOOKS, B. **El feminismo es para todo el mundo.** Ed. Traficantes de Sueños, Madrid, 2017.

RAGO, M. **Epistemologia feminista, gênero e história.** Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 25-37.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** 2009. 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF.

TELLES, L. *et al.* Cadernetas agroecológicas e a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas no Brasil. In: ZULUAGA SÁNCHEZ, G.; CATAFORA-VARGAS, G.; SILIPRANDI, E. (coord.). **Agroecología en femenino: Reflexiones a partir de nuestras experiencias.** La Paz: SOCLA/CLACSO, 2018, pp. 141-157.





## 4. CADERNETAS AGROECOLÓGICAS COMO METODOLOGIA DA ECONOMIA FEMINISTA

Miriam Nobre<sup>1</sup>

A *economia feminista* busca entender os processos pelos quais as pessoas satisfazem suas necessidades básicas de alimento, abrigo, afeto em relações de interdependência e de ecodependência. Como seres humanos, necessitamos de cuidados ao longo de nossas vidas, em geral providos por mulheres, e, em interação com o outro, desenvolvemos boa parte das habilidades que necessitamos para viver bem. Vivemos em um planeta com limites biofísicos que não podem ser superados por tecnologias e a natureza nos provê de alimentos, energia, minerais utilizados, por exemplo, nos aparelhos de comunicação. Esta compreensão se combina a uma proposta política de transformar a maneira como a economia se organiza hoje. A economia de base capitalista desconsidera que a vida se sustenta em sistemas naturais

---

<sup>1</sup> Agrônoma, mestre pelo Programa de Integração em estudos da América Latina (PROLAM-USP), integrante da equipe da SOF Sempreviva Organização Feminista, da REF Rede Economia e Feminismo e ativista da Marcha Mundial das Mulheres. Agradeço os comentários e o processamento das informações das Cadernetas realizados por Camila Alvarenga e Liliam Telles.

e trabalhos de cuidado realizados no âmbito doméstico e das comunidades, na maioria das vezes pelas mulheres e invisíveis. Ela se move pela busca incessante do lucro, pela acumulação das riquezas nas mãos de poucos e pela imposição da lógica do mercado capitalista a todas as esferas da vida. As vertentes da economia que lhe dão sustentação teórica-ideológica descrevem os processos econômicos como se fossem o somatório de decisões de indivíduos abstratos. A economia feminista, vertente das economias críticas, considera “sujeitos com corpos e identidades diferencialmente posicionados em uma rede de interdependências” (Pérez Orozco, 2014, p. 50).

Algumas *perguntas de investigação/ propostas de transformação* colocadas pela economia feminista são: 1. Como quebrar não só a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, naturalizado como se fosse parte da identidade feminina, mas também a invisibilidade dos nexos entre produção e reprodução? 2. Como desmontar a centralidade do mercado na organização econômica? É possível um mercado que não se organize pela lógica capitalista? 3. A economia capitalista é hegemônica, mas não é única. Como fortalecer lógicas plurais de organização econômica? 4. O que dá concretude a uma economia feminista, quais suas motivações, seus valores e sua agenda?

O *método* de produção de dados e a sua análise também dizem muito sobre essas questões. Amaia Perez Orozco (2014) diferencia a economia feminista da economia que ela denomina de gênero, a qual não implica uma ruptura dos paradigmas da economia neoclássica, mas na inclusão de gênero. Neste caso, o objeto de estudo é delimitado pelo método, uma metodologia prefixada (tecnificada, quantitativa e matematizada) e condicionantes sociais, políticas, psicológicas ou ambientais são consideradas externalidades. A economia feminista, ao contrário, busca ampliar a metodologia de forma que seja capaz de entender realidades complexas. O método se define pelo objeto. A proposta deste texto é entender como as Cadernetas Agroecológicas podem ser

entendidas como um método de economia feminista e quais suas contribuições às questões acima apresentadas.

A Caderneta Agroecológica foi desenvolvida como um instrumento político pedagógico que desvela a contribuição econômica das mulheres agricultoras através do registro, por elas próprias, do destino da produção sob sua responsabilidade (venda, autoconsumo, doação, troca). Cada uma das 299 agricultoras que anotavam na Caderneta assumiu um compromisso consigo própria e, mais da metade delas, com o coletivo do qual faz parte, de fazer este registro durante um ano. Estes coletivos integram redes e estas redes constituem o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), uma coalizão nacional que instaurou um sujeito político “feministas agroecológicas” (Hillenkamp e Nobre, 2018). Cada agricultora, à medida que registrava, se apropriava dos sentidos de seu trabalho em uma reflexão compartilhada com as mulheres mais próximas (aquelas que a apoiavam no registro e na somatória de cada mês, as mulheres de seu coletivo) e por representação, em âmbitos regionais e nacionais, nos encontros que aconteceram ao longo do período de registro e análise. Ao longo deste processo, a percepção e o sentido do instrumento pelas agricultoras foram mudando, assim como suas práticas. Por exemplo, agricultoras que começaram a trocar porque pensaram nessa possibilidade a partir do desejo de preencher a coluna troca.

Outro exemplo é o preenchimento do preço. Muitas agricultoras preferiam não preencher a coluna de equivalente-preço dos itens autoconsumo, doação e troca, não porque não soubessem, mas porque não queriam atribuir um preço. O preço da tabela da CONAB<sup>2</sup> para uma comida que ela gosta e planta para o consumo da família pode às vezes parecer caro demais “e eu não sou rica”, ou barato demais, “porque eu jamais venderia”. A unidade utilizada para análise foi, portanto, a “ano-

2 CONAB Companhia Nacional de Abastecimento, define os preços de referência para as compras públicas mediante o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

tação” que corresponde à informação anotada pela agricultora em uma linha da Caderneta.

Ainda sobre a capacidade do método de captar condicionantes sociais e políticas, vale escutar as respostas das agricultoras na forma de canções e poemas. No poema de Jane Santos, quilombola da Barra do Turvo, São Paulo, ela associa a Caderneta a um documento que as identifica como pessoas que realizam, com animação, um trabalho agradável. A anotação própria tem um caráter de assinatura, o que sugere a apropriação do instrumento pelas agricultoras.

*“O trabalho é agradável  
Aqui nós se anima  
Temo tudo anotado  
Na Caderneta nós assina”*

O xote “A Caderneta tá falando até demais”, composto pela agricultora Bena Carvalho, de Igarapé-Miri, no Pará, é um belo exemplo da construção de um argumento por meio de diálogo. O diálogo começa entre a agricultora e a Caderneta e evolui para um diálogo interno da própria agricultora, que se descobre como alguém que planta muito. O xote explicita a passagem entre um registro quantitativo e uma mudança qualitativa.

*“[...] Tudo o que eu plantei, eu anoto, e ela fala.  
[...] Mas um dia a Caderneta falou o que ela devia  
Chamei ela pro lado  
Somei o que ganharia  
Ganhei, ganhei, ganhei com a agroecologia  
Ganhei, ganhei, ganhei com o feminismo”  
(Alvarenga e outras, 2018, p. 80).*

O método permitiu, portanto, por meio de um sujeito coletivo, articular diferentes dimensões que envolvem o trabalho das mulheres e seu reconhecimento como agricultoras.

**DESVELANDO O TRABALHO DAS MULHERES POR SEU RESULTADO MENSURÁVEL**

O reconhecimento da contribuição econômica, ainda que usando equivalentes monetários, os extrapola. Do valor total contabilizado, em 198 Cadernetas, de quase um milhão e meio de reais, em valores de 2018, 40,2% se referem a anotações de “relações econômicas não monetárias”. Os valores totais precificados contribuem para o questionamento de indicadores como o Valor da produção agropecuária e como estes são calculados. Segundo o Censo agropecuário 2017, a agricultura familiar responderia por 23% do valor da produção total, o que estaria correspondente à porcentagem de área que ocupa (23%). No entanto, intuímos que este montante é subestimado. Sem contar que o valor da produção agropecuária é utilizado para enaltecer a produção de receita por monoculturas subsidiadas, como a cana-de-açúcar (Nobre, 2012). Os valores distribuídos em um rendimento médio mensal de R\$689,00 para mulheres que muitas vezes são consideradas por órgãos públicos como “do lar”, nos fazem pensar em uma ampliação de indicadores que consideram de forma restrita quem é a população economicamente ativa (Carrasco, 2014).

No meio rural, a indissociação entre produção e reprodução é evidente. Há situações em que as mulheres planejam e separam uma área de plantio com um objetivo determinado. Lucia, do MM-TR-NE, nos contou que desde criança achava ruim se vestir da mesma forma que irmãs e irmãos. O pai, na mesma viagem para a cidade em que vendia a safra de feijão, já comprava uma peça de tecido com a qual sua mãe costurava roupa para todos os filhos. Lucia convenceu seu pai que, além de trabalhar com ele, como todos, ela plantasse uma rocinha sua, e com o resultado, comprou um tecido de uma estampa diferente, só dela. Na preparação da Marcha das Margaridas, muitas agricultoras fazem uma roça, às vezes coletiva, já destinada a juntar os recursos para ir à Brasília. Mas o mais comum é que as mulheres plantem na mesma área o que se destina primeiro ao consumo da família, depois às doações e vendas no entorno. As motivações também são variadas. A pri-

meira vez que França ofertou abacate para venda aos grupos de consumo, ela contou que ela própria tinha plantado estes “pés de fruta” para não ser mais humilhada. Uma vez ela pediu ao filho para buscar frutas na casa de um parente, o qual respondeu que quando era o momento de trabalhar, ninguém aparecia, só apareciam na hora da colheita. Às vezes, é o plantio para o mercado que muda o que se consome em casa. Neneide, da Rede Xique Xique, nos contou que elas começaram a plantar rúcula por demanda das pessoas da cidade e depois passaram a gostar, gostar do amargo, de comer assim, direto da horta.

A produção destinada ao autoconsumo – à reprodução da família – garante que produzam alimentos para a venda a preços baixos, além de força de trabalho barata, majoritariamente de homens para fazendas e empresas rurais, e majoritariamente de mulheres para o trabalho doméstico em chácaras de veraneio. Dessa forma, é possível entender que 42% dos estabelecimentos da agricultura familiar têm como principal finalidade a produção para consumo próprio, proporção que chega a 54% nos casos em que a mulher é responsável pelo estabelecimento da agricultura familiar (IBGE, 2020). Essa produção também é fundamental para a reprodução da família ampliada, dos familiares diretos ou por relações de compadrio que vivem na cidade. A coluna doação inclui aqueles alimentos dados aos parentes que sustentam uma relação de reciprocidade – é onde se hospedam quando vão para a cidade, é onde seus filhos podem morar enquanto estudam na cidade. Essa relação é também atravessada pela desigualdade rural-urbano e pela transferência de riqueza do meio rural para o urbano que caracteriza a chamada modernização brasileira, acelerada em períodos autoritários. As agricultoras relatam que muitos parentes, quando as visitam, as tratam como se estivessem em uma pousada: demandam pratos especiais, entram em casa com os pés sujos. Eles têm pouca ou nenhuma consciência da importância dos alimentos que ganham para a qualidade do que consomem.

A reprodução social capitalista necessita da *invisibilidade do nexo entre produção e reprodução*, a qual torna invisível o trabalho das mulheres na agricultura.

### **CENTRALIDADE DO MERCADO, UM MERCADO QUE NÃO SE ORGANIZA POR UMA LÓGICA CAPITALISTA**

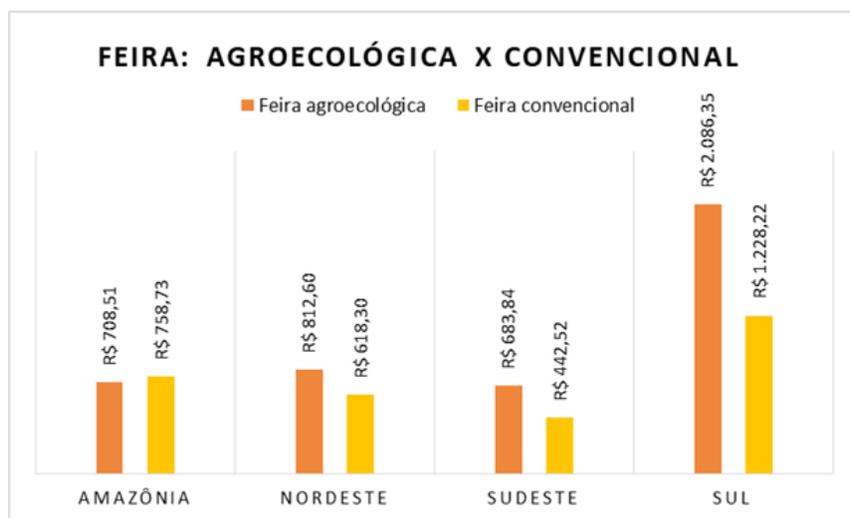
Setores do movimento feminista, como a Marcha Mundial das Mulheres, com bastante interlocução com o GT de mulheres da ANA, organizaram suas ações frente ao neoliberalismo nos anos 1990 em uma ofensiva contra a mercantilização da vida e do corpo das mulheres. Simultaneamente, organizações camponesas, como a Via Campesina, e de populações tradicionais, como indígenas, quilombolas e pescadoras/es artesanais denunciavam um processo de mercantilização da natureza que expulsa estas populações e lhes nega seus meios e modos de vida. Mercado, aqui, se refere à ficção de um mercado autorregulado em que a mão invisível regula a oferta e a demanda entre indivíduos autônomos (Hillenkamp neste livro); diz respeito, ainda, à característica das sociedades capitalistas em que o mercado e seus critérios definem a alocação de recursos e do excedente social em projetos de produção, pesquisa, investimento e infraestrutura para a acumulação privada e concentrada em termos de classe, gênero e raça.

Descentrar o mercado passa por restringi-lo à sua função de distribuição de bens e serviços de quem produz para quem deles necessita, por meio de dinheiro ou de troca com formas de equivalência e preços e demais condições (acordos sobre métricas e qualidade), definidos socialmente por pessoas concretas e, se possível, em relação direta. Ou seja, admitir que os mercados são enraizados em relações sociais e ambos devem ser democratizados e considerados no âmbito da política.

Das 299 agricultoras, 198 responderam aos questionários de caracterização socioeconômica, o que nos possibilitou o aprofundamento das análises. Dessas 198, 52% das agricultoras vendiam em casa – a principal forma de venda para elas. Um dos resultados do uso das Cadernetas apontados pelas agricultoras foi dar visibilidade às pequenas vendas cotidianas, o dinheiro que entra e quase imediatamente sai para despesas da manutenção da casa e demandas dos filhos. A Caderneta, então, revela este fluxo, invisibilizado para que o papel de provedor atribuído aos homens não seja questionado. Participar de feiras, muitas vezes, é um passo a mais na autonomia de cada mulher, expressa em sua maior mobilidade. Entre as agricultoras, 38% participavam de feiras agroecológicas. A participação nessas feiras tem correlação positiva com o aumento da renda e, em três regiões, a produção econômica média das agricultoras que participaram de feiras agroecológicas era superior ao daquelas que participavam de feiras convencionais. Percebe-se que existe uma correlação positiva (+0,44, globalmente) entre o acesso a feiras agroecológicas e a média mensal do valor da produção. Essa correlação é particularmente expressiva na região Sul, em que a média chega a dobrar quando se compara quem acessa feiras agroecológicas com quem não acessa. Nas demais regiões, existe uma correlação positiva, porém de magnitude muito menor.

É bastante possível que essas feiras convencionais sejam feiras localizadas no município e seu entorno, mais próximas de um mercado como lugar de encontro entre produtores e consumidores em posições hierárquicas distintas, mas, ainda assim, muito mais próximas do que circuitos de venda que passam por entrepostos (CEASA) e agentes econômicos que são grandes compradores e têm grande poder de pressão sobre os agricultores – os chamados atravessadores. Em muitas comunidades, os atravessadores são parentes ou estabeleceram relações de compadrio. Ainda assim, tendem a um mercado regulado por preços definidos em entrepostos situados em centros urbanos e cadeias de supermercado (SOF, 2018).

Gráfico 1: Renda média mensal segundo participação em feira agroecológica e feira convencional

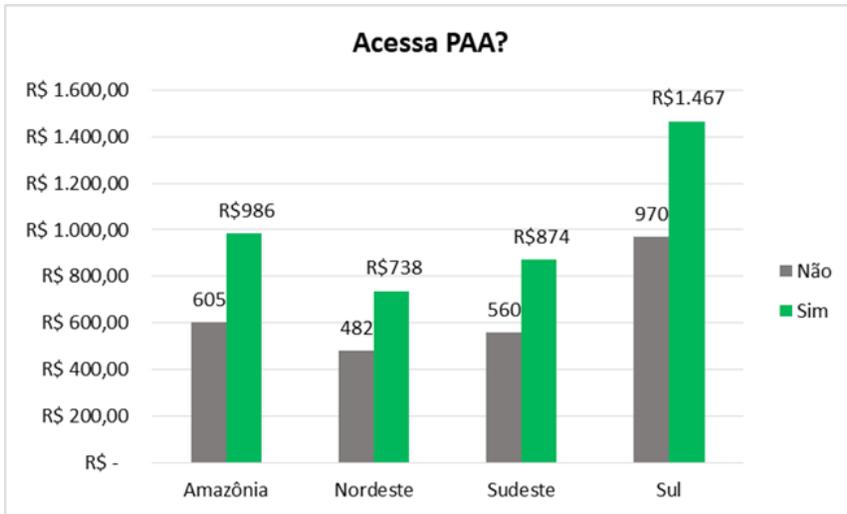


Fonte: Camila Alvarenga, 2019.

Entre as agricultoras que utilizaram a Caderneta, 49,3% acessaram aos programas de compras públicas: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A comercialização de produtos para esses programas, registrada na coluna venda, se refere à dimensão do Estado e a uma política de redistribuição. Os alimentos são comprados a um preço avaliado como justo, o que permite um planejamento da produção, do trabalho e da expectativa de retorno financeiro. Ainda que em casos de demora do pagamento, como no PAA, sabia-se que era garantido e, assim, era visto como uma poupança. Além disso, os preços praticados no PAA eram referência de preço para outras operações. As normativas do PAA que incluíam medidas de ação afirmativa para grupos majoritariamente de mulheres e populações tradicionais explicitam regras que foram acordadas por critérios sociais: favorecer o acesso à renda de setores considerados vulneráveis. O impacto do programa entre as agricultoras que utilizaram a Caderneta está apre-

sentado no gráfico abaixo. No entanto, isso não quer dizer que essa preferência ocasionasse prejuízo à execução do programa. O GT de mulheres da ANA avalia que a forte participação das mulheres contribuiu para que o PAA contasse com grande diversidade de alimentos *in natura* e transformados.

**Gráfico 2: Rendimento médio mensal segundo acesso ao PAA**



Fonte: Camila Alvarenga, 2019

### PLURALIDADE DE PRINCÍPIOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Isabelle Hillenkamp, em artigo que pode ser acessado neste livro, descreve como, ao longo da história, práticas políticas e econômicas combinaram princípios provenientes da ficção do mercado autorregulado e outros como a reciprocidade, a redistribuição e produção para seu próprio uso (*householding*) para organizar a produção e a distribuição. Cada coluna de anotação nas Cadernetas, ainda que com o foco na distribuição, sugere um diálogo com esses princípios. As anotações sobre vendas combinam princípios de redistribuição mediante as compras públicas e a antítese do mercado autorregulado, por exemplo com a organização social para garantia de produção orgânica, apoio

do poder público para a realização de feiras, relações de confiança construídas entre pessoas que compram o alimento e quem as produz. As anotações sobre autoconsumo e, principalmente, o uso, pelas agricultoras, dessas anotações, dizem sobre os princípios que organizam a produção para consumo próprio no espaço doméstico: diversidade de produtos, seleção de variedades baseadas no gosto, facilidade de preparo ou armazenamento, decisões tomadas não apenas por critérios de eficácia ou cálculos monetários. Ao mesmo tempo em que essa produção para o autoconsumo sustenta famílias ampliadas e comunidades, ela é invisibilizada por estruturas patriarcais que negam a contribuição econômica das mulheres. Essa negação tem a motivação política de suprimir das mulheres a condição de sujeitos de suas próprias vidas e da vida social.

A reciprocidade está em diálogo com as anotações realizadas na coluna doação, como acima considerada em sua contribuição para a reprodução social, e na coluna trocas. O valor totalizado da coluna trocas representou 1,6% do valor total, enquanto o número de anotações representou 2,8% do total. De acordo com relatos das técnicas do CTA-ZM, a introdução da coluna trocas foi demandada pelas agricultoras da região. A questão, portanto, é se as trocas não são práticas tão comuns em outras regiões ou se as Cadernetas não conseguiram captá-las.

A troca de dias é uma prática corrente no campo brasileiro, muitas vezes em regime de mutirão. Atualmente, é mais difícil encontrar situações em que a troca de um dia de trabalho de um homem deva ser feita por dois dias de trabalho de uma mulher em um mutirão. Mas ainda é possível encontrar situações em que o dia de trabalho das mulheres no preparo da refeição para quem trabalha no mutirão não seja contabilizado na troca. Foram registradas sete agricultoras da Amazônia que anotaram serviços na coluna de troca. Esses serviços foram registrados como: capina, trabalho, diária, serviço e plantio, sendo capina o mais frequente. Essa anotação poderia ser um registro próprio de transações

econômicas em que está envolvida para lembrar-se do ressarcimento. A troca de saberes e conhecimentos é constitutiva da agroecologia, mas não comensurável e passível de ser registrada em um sistema quantitativo. Uma diversidade de mudas e sementes foram registradas na coluna de troca em todas as regiões. É possível que tenham ocorrido em encontros de agricultoras, mutirões, visitas de intercâmbio e feiras de trocas de sementes e mudas que são constitutivas do movimento agroecológico. É plausível supor que quanto mais as agricultoras participam de atividades com outras agricultoras maior diversidade trazem para seu quintal, horta e jardim. Durante as feiras agroecológicas, em particular naquelas organizadas pelos coletivos de agricultoras, é comum que sejam realizadas trocas de produtos, em especial no momento final, para que ninguém leve produtos próprios de volta para casa. Como a Caderneta foi utilizada, em alguns casos, para registro da comercialização durante a feira, as trocas realizadas nesses momentos podem, também, ter sido computadas.

A coluna específica também estimulou agricultoras a trocarem. Uma agricultora assentada relatou que doava produtos não consumidos para um vizinho que criava porcos. Ela começou a anotar na coluna doação e esse fato intrigou o vizinho, que perguntou se ela estava pensando em cobrá-lo. Ela respondeu que não, mostrou como a Caderneta funcionava e explicou que ela era parte de um coletivo de agricultoras que estavam anotando o destino de sua produção. Depois de alguns dias, ele voltou propondo lhe doar ovos, o que ela entendeu e registrou como troca.

Várias agricultoras, no entanto, relataram que as trocas acontecem, mas que a forma e o momento como ocorrem não podem ser previstos. Nos tempos atuais, a maioria das agricultoras tem geladeira e quando uma delas mata um porco, há formas de conservá-lo; ainda assim, acontece de doar partes a vizinhas. O retorno acontecerá quando for o momento de a vizinha matar seu porco, mas a anotação na Caderneta ocorreu há bastante tempo, e como doação. Às vezes, os intercâmbios entre vizinhas

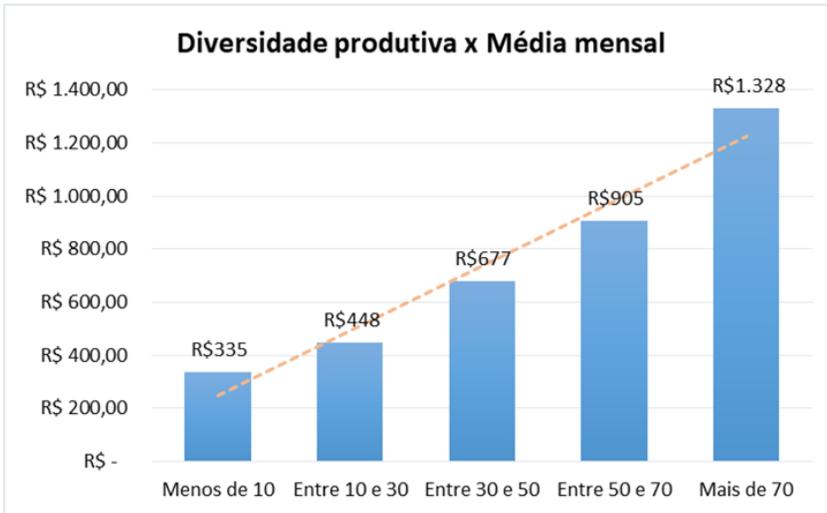
começam como uma venda fiado que se torna, posteriormente, uma troca. Além das temporalidades, é possível que essas relações possam não ser contabilizadas e registradas para que não pareça a dúvida sobre uma possível desconfiança ou que dê a impressão de avareza.

### CONCRETIZANDO A ECONOMIA FEMINISTA

A análise do conjunto das anotações dá destaque à diversidade de itens de origem vegetal e animal, *in natura* e transformados produzidos pelas mulheres. É a oposição aos princípios da escassez e da eficiência pela especialização, os quais organizam a economia neoclássica e projetos de “desenvolvimento” baseados em produtos-estrela e cadeias produtivas traçadas a partir de um ou poucos produtos. Ao todo, foram identificados 1.361 diferentes tipos de produtos produzidos pelas mulheres, dos quais 850 correspondem a alimentos e destes, 627 de origem vegetal, além de uma variedade de nomes para plantas da mesma espécie.

O principal aporte das Cadernetas para concretizar uma agenda da economia feminista é sua construção, registro e análise em um processo coletivo dentro de cada grupo local de mulheres rurais e entre eles, em âmbito nacional, como parte do GT de mulheres da ANA. Cada grupo elaborou um uso próprio da Caderneta: registrar a produção de cada agricultora de um grupo para informar a distribuição dos resultados da venda dessa produção, comprovar a atividade de agricultora frente ao poder público, valorizar produtos considerados femininos, como as miudezas dos temperos ou o artesanato. O produto mais registrado para venda no Nordeste foi coentro, o mais registrado para consumo na Amazônia, o açai. A circulação-utilização desses produtos e a vontade de anotá-los é a expressão de quem somos.

**Gráfico 3: Diversidade produtiva em números de produtos anotados e média mensal em equivalente monetário**



*Fonte: Camila Alvarenga, 2019*

A correlação positiva entre diversidade de produtos e renda provavelmente se deve, também, aos tipos de mercados acessados e construídos pelas mulheres. Na venda porta a porta na zona rural, a agricultora venderá o que sua vizinha não tem. Nas feiras agroecológicas e grupos de compras solidários, as pessoas se motivam pela diversidade, pela recuperação de plantas ancestrais, por produtos de época. As motivações das agricultoras não são só pelo que se vende, mas o que elas gostam de comer, o que facilita o manejo, combinações que garantem comida ao longo de todo ano. São cálculos econômicos em um sentido amplo.

A diversidade é, portanto, um critério de organização econômica operado pelas agricultoras agroecológicas. A agroecologia destaca a produção diversa como critério de resiliência dos agroecossistemas. Nas Cadernetas, essa diversidade é percebida mais além, no âmbito da distribuição, ou seja do destino do que foi produzido. Uma produção agroecológica pode ser diversa na produção e a renda ser concentrada em um produto distribuído

de forma centralizada em um tipo de mercado, padrão identificado, inclusive, em uma das Cadernetas anotada por uma agricultora. No entanto, no conjunto, a diversidade se manteve no âmbito da distribuição em suas diferentes formas. A saúde das pessoas, inclusive daquelas que vivem no meio urbano, dos animais, do solo, manifestações do bem-estar têm sido o motor da atividade econômica realizada pelas mulheres. Isto é expressão de uma economia feminista.

### **E A REFLEXÃO CONTINUA**

As Cadernetas se referem a uma parte do trabalho realizado pelas mulheres nas unidades de produção familiares. Elas recobrem a produção sob sua responsabilidade, que, em algumas regiões, tem o espaço delimitado do entorno da casa, do quintal da cozinha e, em outras, implica também roçados individuais ou compartilhados com outros membros da família ou companheiras de um grupo produtivo. Mas muitas mulheres também trabalham no roçado ou na criação, considerados de responsabilidade de seus companheiros ou pais e, muitas vezes, esse trabalho ainda é considerado “ajuda” (Paulilo, 2016). Seria interessante situar a Caderneta em um estudo dos sistemas compartilhados em uma unidade de produção ou em territórios de comunidades tradicionais que combinam áreas de produção individual ou familiar e áreas comuns.

A contribuição não monetária das mulheres rurais para a reprodução social também merece maiores reflexões. Nesse texto, me restringi às doações para o círculo familiar e de vizinhança. Mas as agricultoras também doam para entidades de assistência social, creches e escolas mantidas pelo poder público e por instituições confessionais. Compreender a importância, a regularidade e os sentidos dessas doações contribui para entender motivações de solidariedade atravessadas por compromissos hierárquicos distantes de relações democráticas ou de maior autonomia para as mulheres.

Por fim, a Caderneta como registro e memória realizado pelas próprias agricultoras também merece novos olhares: as lacunas, as colunas incompletas, os preços não anotados, assim como os silêncios, explicam práticas econômicas e políticas das mulheres e dão pistas de como reinventá-las.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, C. *et al.* **Caderneta agroecológica e os quintais**. Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM, 2018.

ALVARENGA, C. **Sistematização das Cadernetas Agroecológicas e questionários**. Apresentação realizada em seminário organizado pelo GT de mulheres da ANA e UFV em Viçosa em 2 de dezembro de 2019.

CARRASCO, C. La falsa neutralidad de las estadísticas: hacia un sistema de indicadores no androcéntrico. In: CARRASCO, Cristina. **Con vos propia**. La economía feminista como apuesta teórica y política. Madri: La Oveja Roja, 2014, pp 99-120.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017 Resultados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>. Acesso em 19 de junho de 2020.

HILL COLLINS, P. Epistemologia feminista negra. In: HILL COLLINS, Patrícia. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019, pp. 401-432.

HILLENKAMP, I.; NOBRE, M. Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. **Revista Temáticas**, ano 26, n 52. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2018.

NOBRE, M. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda; HORA, Karla. **As mulheres nas estatísticas agropecuárias**. Experiências em países do sul. Brasília: NEAD, 2012, pp 41-118.

PAULILO, M. I. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

PÉREZ OROZCO, A. **Subversión feminista de la economía**. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madri: Traficantes de sueños, 2014.

SOF - Sempre Viva **Organização Feminista. Práticas feministas de transformação da economia**. Autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. São Paulo: SOF, 2018.





## 5. RUMO A UM QUADRO DE ANÁLISE ECONÔMICA DO PAPEL DAS MULHERES NA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E SOCIAL. UMA RELEITURA FEMINISTA DE KARL POLANYI

*Isabelle Hillenkamp,  
pesquisadora do IRD-CESSMA (Paris, França).*

### INTRODUÇÃO

Ao elaborar uma crítica ao sistema de mercado centrada na mercantilização fictícia da moeda, do trabalho e da natureza, Karl Polanyi (1983) abriu caminho para uma análise dos efeitos cruzados desse sistema nas esferas econômica, social e ecológica. Ele criou as bases de uma teoria crítica de grande amplitude, capaz de compreender as interações entre as diferentes dimensões das lógicas de dominação e de exploração, mas, também, de

democratização e de sustentabilidade. Sua abordagem não-econômica e não-determinista da mudança social, centrada nas recomposições das classes sociais sob o efeito da mercantilização, permitiu-lhe, na década de 1930, compreender o risco de deriva fascista da sociedade liberal e, ao mesmo tempo, a possibilidade de uma Grande Transformação democrática. Entretanto, seu esquema de duplo movimento de mercantilização e de proteção da sociedade centrou-se nas dimensões econômicas e sociais do sistema de mercado, deixando de lado a abordagem ecológica. Assim, Polanyi se inscreveu em uma tendência compartilhada com teóricos críticos, alguns dos quais marxistas da escola de Frankfurt, a privilegiar a análise das contradições sociais em detrimento das ambientais (FOSTER, 2015).

A crítica à sociedade de mercado conduziu Polanyi (1975, 1983) a desenvolver uma abordagem substantiva da economia, através da qual chamou a atenção para as práticas não mercantis, respondendo aos princípios de reciprocidade, de redistribuição e de produção para uso próprio (*householding*). Ao colocar em evidência o reducionismo da abordagem formal da economia, Polanyi abriu caminho para uma análise das relações de poder, notadamente de gênero, que conduzem à ocultação da economia não mercantil e das trocas não monetárias. Contudo, nesse caso, ele próprio não elaborou tal argumentação. Intelectuais feministas reconheceram essa potencialidade na teoria de Polanyi e a desenvolveram, através de análises da relação entre instituições familiares e mercado (WALLER e JENNINGS, 1991), da evolução do papel das mulheres na globalização (BENERÍA, 1998) ou, ainda, da economia solidária sob a perspectiva do gênero (GUÉRIN *et al.*, 2019).

Neste texto, proponho estender a abordagem de Karl Polanyi das mercadorias fictícias, da mudança social e da economia substantiva a uma análise do papel das mulheres na transição ecológica e social. Para esse fim, me situo em uma concepção gradual da mudança social, tal qual a desenvolvida notadamente nos *Sustainability Transitions Studies* (MARKARD *et al.* 2012). Ao mesmo

tempo, minha abordagem da transição é, antes de tudo, política, atenta às condições de transformação progressiva das relações sociais em diferentes níveis e à multiplicidade de sujeitos políticos e de resistências encontradas. O ponto de vista da transição gradual em direção à sustentabilidade, de um lado, e o da transformação das relações sociais e da emancipação, de outro, podem, então, se completar (CALLORDA *et al.*, 2020) em uma concepção não maximalista da mudança social, reconhecendo as possibilidades existentes, mesmo limitadas ou imperfeitas, e combinando o horizonte normativo da sustentabilidade com o da emancipação.

Minha proposta é motivada pela compreensão do papel central e, ao mesmo tempo, contraditório das mulheres na transição ecológica e social. Como os papéis de gênero exigem que as mulheres sejam nutridoras, cuidadoras, ajudantes e solidárias, seu lugar em uma inflexão sustentável de modos de vida é incontornável. Na medida em que são as mulheres subalternas - em particular as camponesas e as mulheres rurais do Sul global - as mais diretamente expostas aos danos sociais e ambientais do sistema de mercado e à necessidade de repará-los, a sustentabilidade não poderia ser considerada sem a emancipação. Entretanto, o trabalho de cuidado social e ambiental também serve para reproduzir um sistema de mercado em constante expansão pelo viés da globalização financeira. Essas mulheres contribuem assim, paradoxalmente, à reprodução do sistema que desvaloriza seu trabalho, degrada as fontes das quais elas e suas famílias têm necessidade para viver e tenta limitá-las à sua função biológica, maternal e, supostamente, natural de cuidado.

Proponho compreender esses processos na experiência vivida por agricultoras engajadas com a agroecologia, através do caso da RAMA - Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras. Essa rede de aproximadamente 70 agricultoras está implantada no Vale do Ribeira, uma região de mata atlântica no sudeste do país, exposta ao avanço da monocultura, da mineração e à construção de barragens. Organizada pela ONG feminista SOF- Sempre Viva Organização Feminista, ativa na região desde 2009, a RAMA

ilustra a maneira pela qual as camponesas podem se constituir como sujeitos da transição ecológica e social. Longe de ser um caso isolado, ela constitui um exemplo, entre muitos outros, de vínculo, através da SOF, ao Grupo de Mulheres da Articulação Nacional da Agroecologia e ao projeto “Os Quintais das Mulheres e a Caderneta Agroecológica: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil”. Ao mesmo tempo, minha pesquisa-ação realizada desde 2016 com essa rede, em parceria com a SOF, mostrou as múltiplas tensões às quais essas mulheres estão sujeitas, devido às persistentes hierarquias de gênero nas comunidades rurais, pressões externas ameaçando seu modo de vida e à lógica da financeirização e integração individual no mercado (HILLENKAMP, 2019). A observação atenta desse caso me leva a afirmar que contradições são intrínsecas ao processo de transição ecológica e social. De fato, a emergência de sujeitos políticos, de um lado, e a reprodução das relações de dominação e extensão da sociedade de mercado, de outro, constituem não apenas duas tendências opostas que se confrontam em uma relação de força política, mas a própria experiência dos sujeitos da transição.

A partir desse ponto de vista situado, minha ambição nesse texto é analítica: eu visio à elaboração de um quadro de análise econômica útil à transição ecológica e social, levando em conta as contradições irreduzíveis ilustradas por uma experiência como a das mulheres da RAMA. Para isso, eu parto da análise teórica e histórica de grande escala introduzida por Karl Polanyi e completada pelos estudos feministas e de gênero, de um lado, e pela economia política, de outro. A primeira parte do texto, diacrônica, situa, então, a questão das mulheres na transição ecológica e social na história do sistema de mercado desde o século XIX e, em particular, em sua financeirização desde o final da década de 1970. Proponho elementos de caracterização desse sistema, de sua crise atual e, seguindo Polanyi, levanto a hipótese da existência de duas saídas concorrentes, mas imbricadas - sustentável e emanci-

patória de um lado, ultraliberal e fascista, de outro - das quais eu dou exemplos no Brasil. A segunda parte é analítica: ela retoma a teorização ancorada na história e na atualidade do Brasil resultante da primeira parte para propor um quadro de análise econômica orientado pelos critérios de transição ecológica e social.

## **AS MULHERES NA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E SOCIAL: PERSPECTIVA HISTÓRICA**

### **Crise da civilização do século XIX e a *Grande Transformação***

A *Grande Transformação* de Karl Polanyi oferece uma interpretação em larga escala das duas guerras mundiais como consequências da crise da “civilização do século XIX” que, gradualmente, impôs ao mundo inteiro o sistema econômico baseado no mercado e no padrão-ouro, bem como o sistema político baseado no Estado Liberal e no equilíbrio das grandes potências. São nos impasses sociais, ecológicos e políticos dessa civilização que Polanyi situa a origem das guerras. A partir dessa observação, ele procurou na longa história da Inglaterra, que constituiu o berço dessa civilização, a cadeia de transformações que conduziu à crise. Ele apontou para o surgimento, no final do século XVIII, de uma classe de comerciantes que acompanhou o de máquinas sofisticadas, fazendo com que “a produção industrial deixasse de ser um elemento secundário do comércio” (POLANYI, 1983, p. 110) para tornar-se o objeto de custosos investimentos. Essa reviravolta da relação produção-comércio teria provocado um efeito magistral no trabalho, na terra (e, de forma mais ampla, na “natureza”) e na moeda: era preciso que eles se tornassem mercadorias para estarem sempre disponíveis para a produção industrial, garantindo, assim, a continuidade do comércio, a viabilidade dos investimentos e a sobrevivência da nova classe dos comerciantes. O alcance da análise de Polanyi reside no fato de ter vinculado as contradições sociais, ambientais e econômicas do sistema de mercado através da tripla mercantilização do tra-

balho, da terra e da moeda. Ele investigou, então, as consequências disso sob vários planos.

Sua tese sobre a desincrustação da economia em relação à sociedade afirmou, primeiramente, que a utopia da autorregulação do mercado exigiu “nada menos que a divisão institucional da sociedade em uma esfera econômica e uma esfera política” (POLANYI, 1983, p. 105). Essa utopia se apoiou em uma grande redução do pensamento na economia política, consistindo em postular a existência de leis de mercado que garantiriam seu funcionamento autônomo e que não deveriam ser prejudicadas, sob pena de desastres. Dessa redução resultou a ocultação das “externalidades” negativas do mercado ou, em outras palavras, das consequências da mercantilização do trabalho e da terra, bem como da parte não mercantil da economia. Desde a época de Polanyi, a parte não mercantil, desvalorizada e gratuita do trabalho, indispensável à reprodução desse sistema, foi garantida em grande parte por mulheres, no momento em que elas eram cada vez mais numerosas, em particular na Europa, a acessar um trabalho assalariado lhes permitindo manter uma “miséria decente” (PERROT e BACHRACH, 1987).

A tese de Polanyi sobre a essência do fascismo, cuja subida o autor observou na década de 1930, afirma que ele é um resultado das contradições do sistema de mercado. Em oposição à Marx, Polanyi sustentou que a formação e o desaparecimento das classes são um processo dinâmico que responde, sobretudo, à necessidade de reconhecimento social e de proteção, e não apenas aos interesses pecuniários. Essa abordagem conduziu Polanyi a centrar sua análise sobre as múltiplas ideologias, alianças e confrontamentos gerados pelas contradições do sistema de mercado. Ele destacou as demandas opostas de proteção face à extensão do mercado trazidas, por um lado, pelos trabalhadores e voltadas para o socialismo e, por outro lado, pelos proprietários de terra visando um retorno ao feudalismo (POLANYI, 1983, capítulo 13). A impossibilidade de preservar a “substância humana” da

sociedade face a tais tensões assinou o impasse do capitalismo liberal, cuja “crise fascista” constituiu um dos desfechos.

O socialismo democrático, desejado por Polanyi como caminho da Grande Transformação para o pós-guerra, constitui uma outra saída possível ao impasse do capitalismo liberal. Ela significa “a exigência de estender a democracia à vida econômica, mas, também, o imperativo de construir uma cultura, uma visão de mundo que a organização econômica deve incorporar” (CANGIANI e MAUCOURANT, 2008, p. 16). Ela pressupõe a regulação do trabalho e da relação com o meio ambiente como transição ecológica e social da sociedade de mercado. Destacamos que a contribuição de Polanyi é tanto histórica como teórica, fornecendo chaves de leitura válidas para além do período analisado: a dupla dimensão social e ecológica da crise do sistema de mercado; a necessária redução do pensamento nesse sistema; a contribuição inerente aos processos de mudança desencadeados pelo liberalismo; e sua indeterminação: risco de uma deriva fascista *versus* possibilidade de uma saída democrática e sustentável.

**Compromisso fordista e cidadania regulada:  
desmercantilização da moeda e do trabalho *versus*  
renda ambiental e trabalho invisível**

Até certo ponto, o período do pós-guerra até o primeiro choque petrolífero constituiu uma transição social do sistema de mercado no mundo ocidental e, em certa medida, na América latina. Os acordos de Bretton Woods (1944) constituíram sua base: instituindo um sistema de câmbio fixo e de controle dos movimentos de capitais, eles protegiam a moeda das especulações do mercado (POSTEL e SOBEL, 2013). A partir dessa desmercantilização da moeda, a do trabalho tornou-se possível. Nos países ocidentais, a mobilização dos trabalhadores, notadamente do setor industrial, e as negociações políticas conduziram ao regime dito “fordista” de regulação do capitalismo: em troca

de sua submissão à divisão e à organização “científica” do trabalho, que garantiria a continuidade da produção e os ganhos de produtividade, esses trabalhadores tiveram acesso a um emprego estável, não exposto aos perigos do mercado, a salários indexados sobre os ganhos de produtividade e a direitos sociais (AGLIETTA, 1997).

Na América latina, na mesma época, surgiu uma lógica semelhante de regulação, com a diferença de que a parcela dos trabalhadores protegidos permaneceu muito mais limitada. O Brasil, sob a presidência de Getúlio Vargas, desempenhou um papel pioneiro na instituição desse sistema de “cidadania regulada” (DOS SANTOS, 1979), baseado na proteção social apenas dos empregados do setor formal. Possuir uma carteira de trabalho tornou-se sinônimo de cidadania por meio do acesso aos benefícios sociais, enquanto as massas de trabalhadores informais, das margens urbanas e rurais, continuavam vendendo sua força de trabalho sem proteção. No que diz respeito à proteção dos trabalhadores, a tomada de poder pelos militares, na década de 1960, teve o efeito de retirar toda dimensão democrática do regime de regulação, mas conservando o pacto social com os assalariados do setor formal, indispensável ao crescimento industrial sobre o qual o poder dos militares estava assentado.

No entanto, em toda a região latino-americana e, em certa medida, nos países ocidentais, uma grande parte das relações de trabalho permaneceu fora do regime de proteção social. No setor informal do mercado de trabalho remunerado, as relações de dominação (baseadas na classe, na raça, no gênero, etc.) tenderam a se reproduzir. Esse foi, particularmente, o caso do emprego doméstico em domicílio, em que a manutenção de relações hierárquicas de proteção e de dominação, herança da história escravagista do Brasil, foi favorecida pelas “portas fechadas” e pelos sutis laços afetivos empregadoras-empregadas (BRITES, 2007). Por outro lado, a exploração do trabalho doméstico não remunerado baseou-se no mito constantemente re-

novado do trabalho das mulheres, em nome do amor maternal e do sentido das responsabilidades familiares e comunitárias. As intelectuais feministas desse período, particularmente dentro da corrente materialista, denunciaram esse modo de produção “doméstico” e sua articulação, invisível e desigual, com o modo de produção capitalista (DELPHY, 1998). Nas décadas de 1960 e 1970, a “segunda onda” do feminismo difundiu-se nos grupos politizados da sociedade civil dos grandes centros urbanos latino-americanos, participando da resistência aos regimes militares. No Brasil, além da crítica à instituição familiar e ao controle sobre a sexualidade das mulheres, esses grupos denunciaram o trabalho doméstico não remunerado e reivindicaram sua socialização por meio da corresponsabilidade do Estado (PEDRO, 2013).

Durante esse período, entretanto, a desmercantilização da moeda e do trabalho, mesmo que restrita, não foi acompanhada por um movimento semelhante em relação ao meio ambiente. Ao contrário, a exploração sem limite das matérias-primas, especialmente na América latina e nos países africanos e asiáticos recentemente descolonizados, constituiu um subsídio essencial à acumulação de capital. A fraqueza dos regulamentos emitidos pelos Estados durante esse período integrou uma forma institucional específica do fordismo, “consistindo em uma quase-renda ambiental retirada da natureza com fins de redução do custo de produção de bens e serviços” (POSTEL e SOBEL, 2013, p. 115). A construção da rodovia transamazônica no Brasil, a partir de 1970, que permitiu a exploração legal e ilegal de imensas extensões de floresta, representa um exemplo marcante disso. Dessa época, datam também os primeiros alertas, lançados por cientistas e por movimentos ambientais emergentes, sobre a exaustão de recursos naturais e da capacidade de absorção dos resíduos causada pelo modelo de produção industrial.

Os estudos e os movimentos feministas e ecológicos desse período têm em comum o fato de terem revelado falhas do regime de regulação: apontando os vastos espaços do trabalho informal e não remunerado, além da exploração de recursos sobre os quais o sistema de mercado mundial se desenvolvia, eles des-

tacaram os limites da regulação, as desigualdades nas suas múltiplas dimensões e as ameaças que continuavam a incidir sobre a sustentabilidade dos seres vivos, apesar de certas regulações do trabalho e da moeda.

### **O grande retorno do neoliberalismo: mulheres e meio ambiente na era da financeirização**

Uma nova era começou com o retorno de uma moeda mercantilizada, que operou por um período de 15 anos, entre a suspensão da conversibilidade dólar-ouro pelo presidente Nixon em 1971 e a desregulamentação dos fluxos financeiros internacionais depois do *Big Bang* da Cidade de Londres em 1986 (CHESNAIS, 2004). Essa remercantilização da moeda, em escala internacional, conduziu a um processo similar em relação ao trabalho e a uma nova frente para a mercantilização dos recursos naturais a serviço da valorização financeira. A instauração de um mercado monetário internacional se traduziu em um forte aumento das taxas de juros que, combinado à desaceleração dos ganhos de produtividade, conduziu a uma compressão de parte dos salários no valor agregado, que prosseguiu globalmente até hoje (OIT, 2020, p.67). A liberalização dos capitais conduziu também a uma concorrência entre os trabalhadores em nível internacional e à “flexibilização” - em outras palavras, mercantilização - do trabalho como resposta das empresas e dos Estados às pressões dos acionistas. A erosão da condição salarial foi acompanhada por um aumento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho. No Brasil, essa taxa passou de 28% em 1976 a 52,4 % em 2007, ao mesmo tempo que o mercado de trabalho se segmentava entre “uma massa de trabalhadoras concentradas em tarefas precárias, menos valorizadas, remuneradas ou não” e “um grupo restrito, embora crescente, de mulheres muito qualificadas [...] que seguem carreiras de prestígio” (LOMBARDI, 2012, p. 90).

Paralelamente, a mercantilização da natureza não cessou de progredir desde a década de 1980, através da patenteabilidade de seres vivos, dos novos direitos de propriedade sobre os recursos genéticos, que deveriam proteger a biodiversidade, e da instituição de mercados, como o do carbono, que deveriam limitar o aquecimento climático. A Cúpula da Terra do Rio, em 1992, instituiu uma gestão geralmente mercantil do meio ambiente sob várias formas, mantidas, apesar de uma eficácia limitada, pelas *Conferences of Parties* (COP) que se sucedem no nível interestadual ano após ano.

Ao mesmo tempo, esse período viu o surgimento de coletivos de mulheres contrárias à mercantilização, como as redes de camponesas e de trabalhadoras rurais brasileiras das quais a RAMA constitui um exemplo local. Longe de ser um movimento específico do Brasil, essa evolução foi concomitante e alimentada por múltiplas experiências em diferentes países, na direção do reconhecimento do trabalho de cuidado, do ecofeminismo e da diversidade de experiências das mulheres. Esses novos pontos de vista se inscreveram na contestação do “feminismo hegemônico”, iniciada por teóricas pós-coloniais, como Chandra Mohanty, na Índia, o *Black Feminism*, nos Estados Unidos (bell hooks, Angela Davis) e ainda pela militante negra Lélia Gonzalez, no Brasil. Consideradas formadoras de uma “terceira onda” do feminismo, essas militantes enfatizaram a intersecção entre as relações de gênero, de raça e de classe, dando um lugar a mulheres subalternas, negras, indígenas, sem terra, como as do movimento agroecológico brasileiro. Essas últimas obtiveram avanços no acesso ao espaço público e às políticas públicas e no reconhecimento de seu trabalho graças a instrumentos dos quais as Cadernetas Agroecológicas constituem um exemplo marcante. Ao mesmo tempo, essas agricultoras continuaram limitadas por resistências nos níveis familiar, comunitário, das organizações e dos poderes públicos em diferentes graus. Além disso, essas mulheres foram confrontadas pelos efeitos sobre sua vida cotidiana do aumento geral das despesas monetarizadas, da financeirização da proteção social (por meio de programas de assistência social como o *Bolsa Família*), do surgimento de novas dívidas, assim como da mercantilização do trabalho, o que pode tornar difícil seu engajamento na agroecologia.

Os complexos jogos de aliança e de repressão em relação a essas mulheres se tornaram ainda mais evidentes desde a desti-

tuição de Dilma Rousseff, em 2016, e a chegada ao poder de Jair Bolsonaro, em 2019. Nesse contexto, certas práticas se acentuaram ou vieram à tona, como o desenvolvimento de uma economia de mercado “verde”, pela qual as empresas capitalistas compram, a baixo custo, através de contratos muitas vezes ocultos, serviços ecossistêmicos (ex. reflorestamento) de famílias rurais pobres (SAORI, 2020). Além disso, o reconhecimento da diversidade sociocultural, inclusive a de gênero, que tinha progredido desde a década de 1980 no Brasil, enfrenta uma violenta inversão ideológica. Esses processos criam uma pressão geral na sociedade brasileira para a reatribuição às mulheres do seu papel de esposa e de mãe, úteis para cuidar da família e do meio ambiente e subordinadas à reprodução do sistema de mercado e à dominação masculina.

Longe de ser fortuita, essa evolução reatualiza o “impasse fascista” da sociedade de mercado identificada por Polanyi na década de 1930. O Brasil da década de 2020 ilustra, assim, a “perturbadora convergência entre liberalismo e fascismo”, uma vez que o “agente” da teoria econômica padrão e do regime totalitário deve se tornar o autômato “de um universo sem alteridade” (POSTEL e SOBEL, 2013, p. 112). Somente a restituição, a longo prazo, da evolução conjunta do sistema econômico e político e de sua relação com o meio ambiente permite compreender o lugar contraditório das mulheres na transição ecológica e social: ao mesmo tempo sujeitos políticos, por sua organização coletiva, seu trabalho e seu projeto emancipatório; instrumentos da reprodução do sistema de mercado e do patriarcado; indivíduos confrontados com a financeirização das relações sociais; e alvos da repressão fascista que resulta do retorno de um sistema de mercado desregulado.

## **RUMO A UM QUADRO DE ANÁLISE DA ECONOMIA PARA A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E SOCIAL**

A história da (des)regulação dos sistemas de mercado mostra que as interações entre as dimensões política, social e ecológica constituem a matriz complexa na qual a análise da economia e das possibilidades de transição em direção a um sistema mais justo e mais sustentável deve se inscrever. Em outras palavras, trazendo os ensinamentos teóricos revelados pela história sobre essas interações, é possível desenvolver um quadro de análise realista das condições de mudança, atento tanto às potencialidades quanto aos obstáculos e às contradições que ele implica. Para avançar nessa direção, proponho três critérios sucessivos aos quais tal quadro deve atender.

### ***Uma concepção plural da economia, atenta ao trabalho não remunerado e às inter e ecodependências***

A denúncia da redução do pensamento econômico a apenas mecanismos e comportamentos de mercado e trabalho remunerado constitui o ponto de convergência da maioria das correntes críticas em economia. Para superar essa redução, Polanyi (1975) distinguiu a abordagem formal e limitada do mercado da abordagem substantiva da economia. Ele mostrou o papel que a primeira desempenhou na utopia do mercado autorregulador, criando uma separação fictícia entre ele e as esferas da política, da proteção social e da relação com o meio ambiente. A segunda abordagem foi por ele definida levando em consideração “a dependência do homem (humano) em relação à natureza e a seus semelhantes para garantir sua sobrevivência” (ibid., p. 23). Paralelamente, Polanyi reabilitou os princípios de reciprocidade, de redistribuição e de produção para o uso próprio (*householding*) identificando, na história mundial anterior ao século XIX, os modelos institucionais sobre os quais esses princípios se apoiavam, como a simetria, a centralidade e a autarquia (POLANYI, 1983, cap. 4 e 5). Assim, ele

lançou as pedras angulares de uma abordagem plural da economia, que foi notavelmente mobilizada para teorizar a economia solidária (SERVET, 2007; LAVILLE, 2010) e o lugar das mulheres nessa economia (GUÉRIN, HILLENKAMP e VERSCHUUR, 2019).

Apontando a dominação masculina como constante na história do capitalismo, as feministas materialistas, por sua vez, centraram sua crítica na redução do conceito de trabalho a apenas trabalho remunerado. Elas evidenciaram que essa redução teve por função ocultar e desvalorizar o trabalho não remunerado, realizado principalmente por mulheres e indispensável ao modo de produção capitalista. Nesse ponto, criticaram tanto a teoria neoclássica quanto a teoria marxista, as quais consideram esse trabalho como “improdutivo”, sugerindo que ele não tem valor econômico (DELPHY, 2009; FEDERICI, 2012). Na década de 1990, as economistas feministas norte-americanas (FERBER e NELSON, 1993) também denunciaram o viés androcêntrico da disciplina, chamando a atenção, como Polanyi, para a redução do campo de análise à esfera mercantil e a modelos de comportamento como o *separative self* da teoria neoclássica, que se assume autônomo, egoísta e desprovido de interações sociais (ENGLAND, 1993). Elas apontaram as desigualdades de gênero existentes nas duas esferas, mercantil e não mercantil, bem como as que resultam da articulação entre as duas, encontrando, nesse ponto, a crítica feminista materialista. Elas também elaboraram um modelo de comportamento humano complexo que integra as relações entre autonomia e interdependência, individuação e relacionamento, razão e emoção (NELSON, 1995).

De maneira complementar ao conjunto dessas tendências, a economia ecológica denunciou a maneira como o capitalismo se alimenta de um pensamento social, político e cultural reduzido, servindo para ocultar a amplitude da extração de recursos naturais e da produção de resíduos, pelas quais ele não pretende pagar o preço, nem respeitar os limites, ignorando, assim, e de maneira paradoxal, suas próprias condições de reprodução (HERRERO,

2016). Essa percepção, evidentemente não exaustiva, das abordagens críticas é suficiente para identificar seu ponto comum na ampliação do campo de pensamento para as interdependências (entre seres humanos) e as ecodependências (entre seres humanos e seu ambiente) que condicionam o processo econômico não reduzido ao mercado e que, por sua vez, são forjadas por ele. A teoria padrão as negou, alegando que as interdependências sociais se concentravam apenas nos mecanismos de mercado e rejeitando as ecodependências como “externalidades” ambientais. Um quadro de análise da economia para a transição ecológica e social deve considerá-las e avaliar sua natureza do ponto de vista normativo da transição.

***Uma análise normativa da transição ecológica e social centrada na emancipação e na sustentabilidade***

Ao chamar a atenção para as interdependências e as ecodependências, os autores críticos não somente ampliaram a análise da economia para suas interações com as esferas sociais, políticas e da relação com o meio ambiente, mas também contestaram a concepção liberal da liberdade por ausência de obrigação, ou seja, de dependência. Segundo Polanyi (1983), essa concepção ocultou a privação da liberdade real de uma parte crescente da população, resultando no aumento das desigualdades na sociedade de mercado. A crise fascista não é, então, nada mais que o desdobramento radical dessa contradição que consiste na privação total da liberdade. A *emancipação* constitui outra resposta possível e indispensável, do ponto de vista ético, ao aumento da desigualdade na sociedade de mercado. Assim, sustento que os meios para alcançá-la passam pela inflexão das inter e ecodependências existentes em direção a relações mais igualitárias e mais sustentáveis, e não por sua negação ilusória.

Complexificando a crítica à sociedade de mercado de Polanyi, Nancy Fraser (2013) chamou a atenção para as opressões prove-

nientes do tecido normativo da sociedade, como as baseadas nas hierarquias de gênero. Sem ignorar os efeitos negativos do mercado sobre as desigualdades e a liberdade real, ela afirmou que o acesso ao mercado poderia favorecer a liberação de certas formas de opressão inscritas na sociedade que poderiam, reciprocamente, desempenhar um papel de proteção face à violência de certos processos de mercado. Sua análise mostra, então, que a emancipação possui vínculos variáveis e complexos com a mercantilização, por um lado, e com várias formas de proteção social, por outro.

Os estudos feministas evidenciaram, também, toda a dificuldade das mulheres subalternas de se oporem a relações sociais opressivas e, muitas vezes, violentas (NOBRE *et al.*, 2013). Fazê-las evoluir, mesmo que gradualmente, requer solidariedades e espaços de deliberação como condições para trazer à tona a dimensão coletiva das experiências pessoais, para proteger as mulheres do risco de represálias e para poder agir, mesmo que timidamente (HILLENKAMP e DOS SANTOS, 2019). A solidariedade se encaixa, em particular, em práticas econômicas - grupos produtivos, redes de comercialização ou de troca, moedas sociais, etc. - nas quais o princípio mercantil não está ausente, o que cria áreas de tensão, muito distantes da hipótese mecanicista de um equilíbrio de mercado (GUÉRIN, HILLENKAMP e VERSCHUUR, 2019). Em resumo, a transição social voltada para a emancipação necessita articular diferentes formas de acesso ao mercado e de proteção social, o que requer, por sua vez, diferentes tipos e níveis de solidariedade que se inserem de maneira complexa ao processo econômico.

A transição social e ecológica implica, também, combinar o critério de emancipação com o de sustentabilidade, considerando a materialidade e os limites dos seres vivos - humanos e não humanos - e do conjunto dos fluxos bio-físico-químicos que compõe a Biosfera, como bem destacaram as economistas ecológicas feministas (CARRASCO e TELLO, 2013; HERRERO, 2016). Em oposição ao mito do crescimento infinito, essas abordagens integram as velocidades de regeneração dos fluxos de energia e de matéria (água, oxigênio, fósforo, resíduos,

etc.) e dos estoques de recursos (minerais, energias fósseis, dentre outros) necessários ao processo econômico.

A ética e a economia do cuidado contribuem para reunir as dimensões aparentemente distantes da emancipação e da sustentabilidade assim definidas. A filósofa Carol Gilligan (1982) demonstrou a existência de uma “voz diferente” da ética patriarcal estreitamente centrada nos valores de autonomia individual e de razão. Essa outra voz se caracteriza pela resistência às dicotomias entre autonomia de si e interdependência e entre razão e emoção. Ela se faz escutar por mulheres encarregadas do trabalho de cuidado, por vezes excluídas da ética dominante e experimentando de perto a finitude e a vulnerabilidade dos seres vivos. Nesse sentido, considero que o trabalho de cuidado constitui uma expressão concreta das inter e ecodependências que nascem da materialidade e da vulnerabilidade dos seres vivos. Da sua existência depende a possibilidade de processos econômicos sustentáveis. Da sua natureza opressiva (o trabalho de cuidado desvalorizado e atribuído às mulheres subalternas) ou democrática (o trabalho de cuidado dividido entre os sexos, os grupos sociais e as gerações e reconhecido como essencial), depende a possibilidade desses processos serem também emancipatórios. A ética e o trabalho de cuidado estão na encruzilhada das dimensões da emancipação e da sustentabilidade a partir das quais a transição ecológica e social é aqui definida.

### **UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DA ECONOMIA ABERTA À COMPLEXIDADE E AS CONTRADIÇÕES**

Como, finalmente, integrar a análise normativa das inter e ecodependências, sob o duplo ponto de vista, da emancipação e da sustentabilidade, com a análise da economia?

A análise de instituições concebidas como expressão de valores e da memória social (JUAN, 2006) constitui um ponto de partida indispensável. Essa abordagem consiste em reconhecer

a carga do instituído devido às normas que ultrapassam os indivíduos e orientam seus comportamentos, assim como a existência de capacidades instituintes que fazem evoluir essas normas e que podem ser provenientes de poderes públicos, mas, também, da sociedade civil organizada através de relações de associação (LAVILLE, 2010). Essa abordagem coincide com a compreensão de Polanyi da economia como um "processo instituído", pelo qual "ela adquire unidade e estabilidade, isto é, a interdependência e recorrência de seus elementos" (POLANYI, 1975, p. 244). As instituições que "integram" a economia, atribuindo a ela unidade e estabilidade, constituem os pontos normativos fixos em um dado momento, embora ainda politicamente reformáveis, que condicionam a forma específica que assume a dupla dependência dos humanos entre si e em relação a seu ambiente. A identificação das instituições que integram a economia e de seus diferentes conteúdos normativos constitui, portanto, o núcleo de uma análise da economia aberta à complexidade e às contradições.

Essa identificação deve levar em conta o fato de que apenas um sistema de mercado cria suas próprias instituições, que têm como única função instituir comportamentos de troca e de busca do lucro, enquanto em outros tipos de sistema as instituições que integram a economia têm múltiplas funções, tornando sua análise complexa. Polanyi (1983, p. 76-81) dá o exemplo de instituições que fundam a organização sexual e territorial da sociedade entre os trobriandeses da Melanésia ocidental, engendrando comportamentos de reciprocidade generalizada e de redistribuição pelo chefe. Considero a RAMA, orientada por valores de autonomia das mulheres e de cuidado com os outros e com os ecossistemas, uma instituição nascida do impulso de uma ONG (a SOF) que integra a economia de agricultoras, suscitando comportamentos de obrigação recíproca, encorajando a produção para o uso das famílias e das comunidades (*householding*) e a venda em circuitos de tipo "consumo responsável", em que o princípio

de mercado está submisso a decisões coletivas.

Em sua análise de economias empíricas parcialmente desincrustadas, Polanyi privilegiou o nível mais amplo dos sistemas - sistema de mercado na *Grande Transformação* e sistemas não mercantis em *Trade and Market in the Early Empires*, em particular - a fim de demonstrar que o sistema de mercado não foi uma constante na história da humanidade. Outros níveis e pontos de vista normativos são possíveis e necessários. A transição ecológica e social constitui um ponto de vista normativo necessário e uma instituição como a RAMA constitui um nível de análise indispensável para dar conta das múltiplas iniciativas locais que contribuem para essa transição.

Partindo desse nível e desse ponto de vista, proponho a *identificação de tensões e contradições como ponto-chave do método de análise institucional*, a partir de uma concepção de economia como processo em tensão, e não em equilíbrio. No caso da RAMA, esse método coloca as agricultoras no centro de um campo atravessado por quatro lógicas institucionais: do campesinato; de diferentes mercados; do Estado; e da RAMA, abordada acima.

O campesinato brasileiro, enquanto uma instituição portadora de valores e de memória social, pode ser caracterizado por seu viés de autonomia, principalmente diante da produção capitalista em larga escala implantada em grandes propriedades agrícolas. Além das diferenças regionais e locais e das questões de reconhecimento político, pode-se dizer que essa instituição se consolidou historicamente com base na autoridade paterna como valor moral, na família como unidade de interesses e de produção assumida (WANDERLEY *et al.*, 2013) e no acesso à terra como conflito constitutivo. A agenda da agroecologia surgiu mais recentemente no discurso dos movimentos camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ou A Via Campesina, para denunciar os danos sociais e ambientais do agronegócio e defender uma autonomia baseada nos saberes camponeses para

a gestão sustentável de recursos. Assim, o campesinato afirma o *householding* (produção para uso próprio) como princípio de integração econômica dominante, sem excluir os princípios de redistribuição (políticas de apoio à agricultura familiar), de mercado (mercados agrícolas) e de reciprocidade (dentro das famílias e comunidades). Seus valores são semelhantes aos da RAMA em termos de autonomia e, em certos casos, de sustentabilidade ambiental. Por outro lado, eles podem se opor na questão da emancipação feminina, pois a autonomia campesina não necessariamente garante a autonomia das mulheres. Na realidade, a autonomia campesina não exclui a submissão das mulheres ao chefe de família e aos líderes comunitários e até pode se apoiar nela (DA COSTA e MARIN, 2018).

O *mercado* como um princípio de integração econômica orientado pelo valor do ganho tem efeito na vida das agricultoras da RAMA através de várias instituições de mercado específicas: agrícolas, do trabalho e de recursos naturais e serviços ecossistêmicos. Algumas, em particular os mercados agrícolas convencionais, não são sustentáveis e a maximização do ganho leva a ignorar os custos ambientais e humanos da produção. Os mercados de serviços ecossistêmicos, como a captação de carbono por reflorestamento, visam à sustentabilidade ambiental, mas geralmente não visam à justiça social. O mercado de trabalho e os mercados agrícolas têm efeitos ambíguos na emancipação das mulheres, pois eles mantêm trocas em condições muito desiguais, enquanto lhes permitem, apesar de tudo, gerar renda que podem aumentar sua autonomia financeira.

A lógica institucional do Estado, enfim, se traduz para as agricultoras da RAMA pelo reconhecimento (ou não) do seu direito a diferentes tipos de proteção: assistência social, seguro de saúde e aposentadoria, além de mercados públicos protegidos, reservados aos produtos da agricultura familiar e a preços garantidos. Essas proteções, que obedecem à lógica de redistribuição pública, progrediram desde a década de 1980 como resultado das

mobilizações dos sindicatos e dos movimentos sociais, especialmente nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), contribuindo para a redução da vulnerabilidade e para a emancipação. O questionamento do conjunto dessas proteções, desde 2016, fragilizou os avanços e foi tema de mobilizações políticas importantes das quais as mulheres da RAMA participaram.<sup>1</sup>

Diante das tensões e das ambivalências em matéria de emancipação e de sustentabilidade dessas quatro instituições - RAMA, campesinato, mercados e Estado - as agricultoras seguem vários caminhos, muitas vezes de maneira concomitante.

- A *politização* como sujeito da transição ecológica e social constitui um primeiro caminho. Consiste na organização coletiva, dentro da RAMA, para contestar a dominação masculina no campesinato, o direito a políticas públicas e a insustentabilidade da lógica comercial na agricultura.

- O alinhamento com o campesinato como *proteção* diante dos danos sociais e ambientais do mercado constitui um segundo caminho, ainda mais necessário à medida que a proteção do Estado diminui. Esse alinhamento pode assumir a forma estratégica de uma aliança, que fica subordinada aos objetivos das mulheres, mas também pode se transformar em uma forma de submissão, onde o trabalho das mulheres serve para reparar os danos da lógica mercantil em diferentes níveis, sem questionar a dominação masculina.

- As mulheres, enfim, podem optar por *se inserirem nos mercados*, por razões muito diferentes: porque elas precisam de renda para implementar algumas mudanças ou acessar novos espaços (por exemplo tirar a carteira de motorista), mas também porque os recursos provenientes da agroecologia podem, em determinados momentos, ser insuficientes ou porque precisam atender a novas necessidades (telefone celular, mobilidade, etc.). Em alguns casos, elas podem ser levadas a adotar práticas contraditórias para aumentar os rendimentos a curto prazo, como utilizar agrotóxicos ou fertilizantes químicos, ou trabalhar (emprego doméstico, vendas, trabalho em fábricas) nas periferias das grandes cidades vizinhas. Diante dessas tendências, a existência de mercados públicos agrícolas constitui uma proteção decisiva que pode ser complementada pela construção de mercados justos, dos quais as redes de consumo responsável, das quais a RAMA participa, são um exemplo.

<sup>1</sup> Especialmente a *Marcha das Margaridas na Luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência* que reuniu milhares de dezenas de mulheres em Brasília em agosto de 2019

## CONCLUSÃO

A análise polanyiana da crise na sociedade de mercado e da indeterminação da mudança social constitui um ponto de partida precioso para abordar a transição ecológica e social uma vez que ela esteja relacionada com a experiência dos sujeitos dessa transição e com a crítica feminista e ecológica. A experiência de sujeitos como as agricultoras da RAMA permite ultrapassar as abordagens dicotômicas que separam e opõem, de maneira muito hermética, os fatores favoráveis e desfavoráveis a essa transição. O projeto das *Cadernetas Agroecológicas*, valorizando a produção das agricultoras e sua contribuição para uma alimentação saudável e para a manutenção de ecossistemas cultivados, contribui tanto para a igualdade de gênero quanto para a sustentabilidade.

Entretanto, essa experiência, como múltiplas outras, revela a imbricação de fatores contraditórios, convidando para um olhar de perto e para uma reflexão epistemologicamente aberta. As críticas feministas e ecológicas, da sociedade civil e da Academia, chamam a atenção para a ocultação, desde o século XIX, das externalidades sociais e ambientais do sistema de mercado, e para o papel desempenhado por mulheres subalternas em repará-las. Essas denúncias mostram tanto a continuidade histórica desses mecanismos - inclusive durante o regime de regulação fordista do qual elas revelaram as falhas - quanto sua evolução no período atual que é marcado, desde a década de 1980, pela aceleração da mercantilização sob o efeito da financeirização, bem como pelo surgimento de novos sujeitos políticos, especialmente nos grupos subalternos. Mais recentemente, as tendências fascistas se desenvolveram em um número crescente de países, dos quais o Brasil, desde 2019, é um exemplo marcante.

A fim de considerar esses processos e as principais contradições que deles decorrem, as correntes críticas da economia desenvolveram diversos quadros teóricos que têm em comum a consideração da interação entre o processo econômico no sentido amplo (mer-

cantil e não mercantil) de um lado, e as interdependências sociais e ecológicas, de outro. Sobre essa base, propus a emancipação, que se opõe às desigualdades e às opressões presentes nas relações de dependência, e a sustentabilidade, que defende o respeito pelos limites materiais dos seres vivos e da Biosfera, como critérios normativos da transição ecológica e social. Em particular, chamei a atenção para a democratização e a universalização do trabalho de cuidado como um caminho de transição. Por fim, propus aplicar esses critérios à análise econômica, considerando a dinâmica de sedimentação dos conteúdos normativos nas instituições e de criação de novos padrões pelos sujeitos coletivos, me centrado na identificação das tensões entre lógicas institucionais que afetam os sujeitos da transição. Aplicado ao caso da RAMA, esse quadro me conduziu a destacar três tendências concomitantes e parcialmente contraditórias que formam a matriz de ações dessas mulheres: politização; busca de proteção, podendo ser opressiva; e inserção em diferentes tipos de mercado.

## REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M. **Régulation et crise du capitalisme**, Paris, Odile Jacob. 1997.

ALVARENGA, C. *et al.* **Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil**. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM, 2018.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, 29, 2007, p. 91-109.

CALLORDA, E.; DEGAVRE, F.; LÉVESQUE, B. **Innovations sociales transformatrices et perspective multi-niveaux sur les transitions soutenables**. 7th EMES International Research Conference on Social Enterprise, EMES Selected Conference Papers. 2020.

CANGIANI, M.; MAUCOURANT, J. Introduction. In: POLANYI, K. **Essais**. Paris, Seuil, 2008, p. 9-46.

CARRASCO, C.; TELLO E. **Apuntes para una vida sostenible**. Tejiendo alianzas para una vida sostenible. Consumo crítico, feminismo y soberanía alimentaria, 2013, p. 11-44.

CHESNAIS, F. (dir.). **La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences**, Paris, La Découverte. 2004.

DA COSTA, C. MARIN J. (dir.) **Gênero e Campesinato no Sul do Brasil: dominação masculina e transformação**. Curitiba, Editora CRV. 2018.

DELPHY, C. **L'ennemi principal: économie politique du patriarcat**. Paris, Syllepse. 1998.

DOS SANTOS, A. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Editora Campus. 1979.

ENGLAND, P. The separate self: androcentric bias in neoclassical assumptions. In: FERBER, M.; NELSON, J. (dir.). **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**, University of Chicago Press, 1993, p. 37-52.

FEDERICI, S. **Revolution at point zero: Housework, reproduction, and feminist struggle**. Oakland, PM press. 2012.

FERBER, M.; NELSON J. **Beyond economic man: feminist theory and economics**. Chicago, The University of Chicago Press. 1993.

FRASER, N. Marchandisation, protection sociale, émancipation: vers une conception néo-polanyienne de la crise capitaliste. In: HILLENKAMP, I.; LAVILLE, J. L. (dir.), **Socioéconomie et démocratie. L'actualité de Karl Polanyi**. Toulouse, Erès, 2013, p. 39-63.

GILLIGAN, C. **In a different voice**. Harvard University Press. 1982.

GUÉRIN, I.; HILLENKAMP, I.; VERSCHUUR, C. L'économie solidaire sous le prisme du genre: une analyse critique et possibiliste. **Revue française de socio-économie**, 22, 2019, p. 105-22.

HERRERO, Y. Economía ecológica y economía feminista, el diálogo necesario y urgente. **Revista de Economía Crítica**, 22, 2016, p. 144-61.

HILLENKAMP, I.; DOS SANTOS, L. The domestic domain within a post-colonial, feminist reading of social enterprise: towards a substantive, gender-based concept of solidarity enterprise. In: EYNAUD, P. *et al.* (dir.). **Theory of Social Enterprise and Pluralism**. London, Routledge, 2019, p. 90-115.

HILLENKAMP, I. ¿Cultivar su autonomía? La agroecología de las agricultoras brasileñas. **Revista de Antropología Social**, 28 (2), 2019, p. 297-322.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANISATION. **World Employment and Social Outlook**. Geneva, ILO. 2020.

JUAN, S. Le combat de l'Organisation et de l'Institution. **SociologieS**, 2006, 1.

LAVILLE, J. L. **Politique de l'association**. Paris, Seuil. 2010.

LIPIETZ, A. **Qu'est-ce que l'écologie politique?** La grande transformation du XXI<sup>e</sup> siècle. La Découverte Paris. 1999.

LOMBARDI, M. R. Annotations sur les inégalités de genre dans le marché du travail. In: GEORGES, I.; LEITE, M. (dir.). Les nouvelles configurations du travail et l'économie sociale et solidaire au Brésil. Paris, L'Harmattan, 2012, p. 89-108.

MARKARD, J.; RAVEN, R.; TRUFFER, B. Sustainability transitions: An emerging field of research and its prospects. **Research policy**, vol. 41, n<sup>o</sup> 6, 2012, pp. 955-67.

NELSON, J. Feminism and Economics. **The Journal of Economic Perspectives**, 9 (2), 1995, p. 131-48.

NOBRE, M.; FARIA, N.; MORENO, R. (dir.) **En busca de la igualdad**. Textos para la acción feminista. São Paulo, SOF. 2013.

PEDRO, J. M. O Feminismo de "Segunda Onda". In: BASSANEZI, C.; PEDRO, J. M. (dir.). **Nova História das Mulheres do Brasil**. São Paulo, Contexto, 2013, p. 240-59.

PERROT, M.; BACHRACH, S. **Métiers de femmes**. Paris, Les Ed. ouvrières. 1987.

POLANYI, K. The economy as instituted process. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C.; PEARSON, H. (org.). **Trade and Market in the Early Empires**. Economies in History and Theory. New York, London, The Free Press, Collier-Macmillan Limited, 1957, pp. 243-70.

POLANYI, K. **La Grande Transformation**. Aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris, Gallimard. 1983.

POSTEL, N.; SOBEL, R. Crise de la pensée, pensée de la crise: une analyse polanyienne. In: HILLENKAMP, I.; LAVILLE, J. L. *op. cit.*, 2013, p. 105-23.

SAORI, S. Economia verde e a financeirização da natureza no Vale do Ribeira: as respostas das comunidades e das mulheres para as mudanças climáticas. In: ISLA, A. *et al.* (org.). **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo, SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020, p. 70-92.

SERVET, J. M. Le principe de réciprocité chez Karl Polanyi. Contribution à une définition de l'économie solidaire. **Revue Tiers-Monde**, 190, 2007, p. 255-73.

WANDERLEY, M. N. **Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro**. Recife, Editora UFPE. 2013.



## 6. AS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS: UMA PERSPECTIVA FEMINISTA SOBRE A ECONOMIA DAS AGRICULTORAS NO BRASIL

*Liliam Telles<sup>1</sup>  
Camila Alvarenga<sup>2</sup>*

### INTRODUÇÃO

Subverter o pensamento econômico hegemônico, no qual se alicerça o sistema capitalista, é uma tarefa necessária que devemos assumir se buscamos construir um mundo mais justo e solidário entre todas as pessoas<sup>3</sup> e empático e responsável com a nature-

---

1 Engenheira Florestal, mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (MG), desenvolve pesquisas no campo da agroecologia, economia feminista e estudos de gênero no meio rural, é militante da Marcha Mundial das Mulheres e integra o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia/Brasil.

2 Doutora em Economia Aplicada na Universidade Federal de Viçosa (MG), membro do grupo de pesquisa sobre as Cadernetas Agroecológicas do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia.

3 Incorporamos, aqui, uma perspectiva não binária, que reconheça todas as formas de expressão das identidades de gênero.

za<sup>4</sup>. Em uma perspectiva feminista, buscaremos desnaturalizar o modo pelo qual compreendemos o trabalho e a economia, cuja noção dominante limita-se a considerar apenas as trocas mercantis como parte da economia, ocultando uma enorme quantidade de riqueza gerada em todo o mundo pelas mulheres.

Desde o século XIX, o pensamento feminista tem influenciado distintas áreas do conhecimento ao denunciar o viés androcêntrico do saber científico, que assume como universais normas e valores de uma cultura produzida sob o domínio masculino (CARRASCO, 2003). E como afirma Antonella Picchio (2012), se trata da consideração da experiência do sujeito masculino – geralmente branco, assalariado, europeu – como referência para suas análises.

Economistas feministas vêm, desde a década de 1980, afirmando as limitações do pensamento econômico ortodoxo para analisar a forma pela qual garantimos as condições para a produção do viver. Conforme afirma Julie Nelson (1995, p. 12), a própria definição de Adam Smith sobre economia incorporava a função da produção e distribuição de todas as “necessidades e conveniências da vida”, não restringindo aos bens e serviços providos apenas pelo mercado. No entanto, o desenvolvimento do pensamento econômico adotou métodos, temas e uma pedagogia que atribuiu importância apenas às atividades mediadas pelo mercado (NELSON, 1995), ignorando as relações de interdependência entre produção e reprodução e, com isso, um conjunto enorme de trabalho realizado pelas mulheres.

A economia neoclássica atribui maior valor à autonomia e à separação do que à interdependência e à conexão, baseando-se na suposta imagem de um agente racional, autônomo, interessado em si mesmo, cujas decisões são orientadas para otimizar suas escolhas em um ambiente de escassez. Para Nelson (1995, p. 5), é necessária

---

4 O uso dos termos pessoas e natureza neste texto não tem por objetivo enfatizar a separação entre ambos, mas enfatizá-los como sujeitos ao nos referirmos aos processos econômicos, uma vez que no sistema capitalista e nas análises ortodoxas, os mercados estão no epicentro da concepção sobre economia.

uma “concepção do comportamento humano que possa abarcar ambos os campos: a autonomia e a dependência, a individualidade e as relações humanas, a razão e a emoção, já que se manifestam em agentes econômicos de qualquer sexo” (tradução nossa).

A economia feminista, conforme afirma Cristina Carrasco (1999), é um campo do conhecimento com distintas abordagens teóricas, influenciadas pelas correntes do feminismo – radical, socialista, liberal etc. – e da economia – neoclássica, marxista, funcionalista etc. As questões apontadas nesse texto e que influenciam também nossas reflexões teóricas e agendas políticas no Brasil, no âmbito do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), se identificam com a chamada economia feminista de ruptura que, conforme afirma Carrasco (2006, p. 30),

[...] establece una ruptura total con las estructuras dicotómicas, con la forma de pensamiento dualista; planteando la necesidad de trascender dicha estructura como única forma de construir nuevos paradigmas más apropiados para el análisis socioeconómico que integre las diversas actividades que participan en la reproducción social y el sostenimiento de la vida humana.

Colocar a sustentabilidade da vida no centro das análises econômicas significa reconhecer uma condição humana básica, de que a vida é precária e vulnerável (OROZCO, 2019) e que, desde o nascimento até a morte, dependemos da natureza e de outras pessoas para viver. É dizer que a ideia do *Homo economicus* é inapropriada para ser tomada como referência universalizante do comportamento humano, pois as próprias noções de autossuficiência, através da inserção no mercado, e de separação, são fictícias. A vida acontece em interdependência e conexão.

Partindo desses pressupostos, propomos, com este artigo, fazer um duplo movimento: questionar o paradigma da economia neoclássica, baseada no mito do *Homo economicus* e, ao mesmo tempo, desnaturalizar o sistema de valores androcêntrico, que

condiciona a forma pela qual a sociedade se organiza e alimenta, também, uma representação social da agricultura familiar e camponesa baseada na figura do homem agricultor, como chefe de família e único responsável pelas atividades produtivas. Buscamos desconstruir esses estereótipos a partir de novos olhares, mais complexos, sobre a economia como parte de uma agenda teórica e política de ruptura com os paradigmas estabelecidos.

Inspiradas por feministas materialistas, como Danièle Kergoat e Helena Hirata, adotamos o conceito de Divisão Sexual do Trabalho para afirmar a existência de uma base material para a opressão das mulheres no sistema capitalista e, partindo dessa premissa, buscamos ampliar a compreensão do que é o trabalho, de modo a reconhecê-lo em todas as suas formas: assalariado ou não, formal ou informal, mercantil ou não mercantil. Dessa forma, damos visibilidade a um conjunto de atividades não mercantis, realizadas, em grande parte, gratuitamente pelas mulheres em seus lares, incorporando-as nas análises econômicas.

A Caderneta Agroecológica, pode-se dizer, é a materialização da convergência entre a reflexão teórica e a prática política feminista, resultando em um instrumento simples, que possibilita o reconhecimento da participação das mulheres nas diferentes esferas produtivas, mercantis e não mercantis, e evidencia a contribuição econômica, até então invisibilizada, das agricultoras agroecológicas para a economia.

## **METODOLOGIA**

Nessa seção, apresentaremos sinteticamente a metodologia adotada para a implementação das Cadernetas Agroecológicas no contexto do projeto executado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e pelo GT Mulheres da ANA no Brasil. Além disso, compõem a pesquisa as seguintes redes parceiras: Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), Rede de Mulheres Produtoras do Nordes-

te (RMPNE), Grupo de Trabalho sobre Gênero e Agroecologia da região sudeste (GT Gênero e Agroecologia) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

O projeto se enquadra no marco das pesquisas qualitativas e participativas, tendo as agricultoras como sujeitos do processo de construção do conhecimento. Foram elas que, entre março de 2017 e fevereiro de 2018, realizaram diariamente anotações referentes à produção sob sua responsabilidade. É importante observar que não utilizamos o conceito de renda, pois a CA busca tornar visível a produção econômica das agricultoras e seu destino, considerando a esfera do mercado e as esferas não mercantis das relações socioeconômicas, como o consumo, a doação e a troca.

Ao longo dos 12 meses de anotações, os dados foram sistematizados e geraram um banco de dados com as informações de 299 agricultoras que participaram da pesquisa com as Cadernetas Agroecológicas, distribuídas na Amazônia, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Desse total, 198 tiveram Questionários de Caracterização Socioeconômica (QCS) correspondentes, que conformam o universo amostral para a análise estatística descritiva apresentada nesse artigo. O número de CA e QCS não coincide em função de várias dificuldades enfrentadas pelas redes parceiras em coletar as informações no período.

Em 2018, foram realizados seminários regionais e um seminário nacional para apresentação e validação dos resultados, os quais orientaram o aperfeiçoamento do banco de dados e a qualificação do processo de sistematização. Em dezembro de 2019, foi realizado um seminário nacional de reflexões e aprofundamentos sobre os dados das Cadernetas, que deram origem a essa publicação.

### ***Cadernetas Agroecológicas***

A Caderneta Agroecológica (CA) é um instrumento metodológico elaborado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em Minas Gerais, e tem como objetivo contribuir para dar visibilidade ao trabalho protagonizado pelas agricultoras, por meio do registro e monitoramento da produção econômica monetária e não monetária sob sua responsabilidade. O instrumento possui o formato de um caderno em espiral, que pode ser pendurado em local de fácil acesso para garantir a agilidade na anotação das informações pelas próprias mulheres. Cada página da CA está organizada por quatro colunas, referentes às relações socioeconômicas de consumo, doação, troca e venda.

As agricultoras são orientadas a anotarem diariamente a quantidade, o item e o valor de tudo aquilo que é fruto da produção protagonizada por elas, seja no quintal ou em outros subsistemas produtivos, incluindo, também, os produtos processados e, em alguns casos, os serviços.

### ***Questionário de Caracterização Socioeconômica***

O QCS tem como objetivo levantar informações socioeconômicas para construir o perfil das mulheres envolvidas na pesquisa. Foi organizado em 11 seções, em que a primeira consistiu no levantamento de dados básicos das agricultoras (nome, endereço telefone, data de nascimento, estado civil, escolaridade, raça/cor etc). As demais seções continham dados sobre a Unidade de Produção Familiar (UPF), acesso a bens naturais, às políticas públicas, aos mercados; informações sobre a organização econômica das agricultoras, composição da renda familiar, principais gastos da família e sobre a participação social das agricultoras. Os dados gerados a partir do cruzamento entre QCS e as Cader-netas Agroecológicas serão apresentados a seguir.

## CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA DAS AGRICULTORAS AGROECOLÓGICAS NO BRASIL: ALGUNS RESULTADOS

As 198 agricultoras estão distribuídas em quatro regiões do Brasil, sendo elas Nordeste, Amazônia, Sul e Sudeste. Ademais, aproximadamente 80% delas estão localizadas nas regiões Nordeste e Amazônia, como demonstra a Tabela 1:

**Tabela 1: Número de agricultoras com Caderneta e questionários distribuídas em 4 regiões.**

REGIÃO	NÚMERO DE AGRICULTORAS	PORCENTAGEM DO TOTAL
Nordeste	87	43,9%
Amazônia	70	35,4%
Sul	18	9,1%
Sudeste	23	11,6%
Total Geral	198	100,0%

*Fonte: Elaboração própria.*

Nesse capítulo, serão apresentadas algumas informações sobre a contribuição econômica dessas 198 agricultoras agroecológicas, a partir dos instrumentos citados acima e com base na perspectiva da economia feminista. Nesse empreendimento analítico, entende-se que a sustentabilidade da vida humana depende do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, o que, nesse caso, pode ser representado pelas relações socioeconômi-

cas de consumo, doação e troca. Nesse sentido, ao desvelar o trabalho não mercantil protagonizado pelas agricultoras, os resultados aqui apresentados reafirmam a importância econômica das atividades realizadas pelas agricultoras, seja no âmbito familiar ou junto às/aos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), às instituições financeiras e às/aos gestoras/es responsáveis pela formulação de políticas públicas.

### ***Caracterização socioeconômica das agricultoras agroecológicas***

A partir das informações do QCS, foram identificadas algumas similaridades entre as agricultoras participantes em relação à sua situação socioeconômica, aos aspectos de sua produção econômica e às suas formas de organização. Observa-se que 68,7% das agricultoras são casadas ou estão em união estável, e, ainda, que esse mesmo percentual possui até duas/dois filhas/os residentes. Além disso, 51% residem com até três pessoas no domicílio, e cerca de 10% residem com idosos. Nota-se, também, que 65,7% das agricultoras se autodeclararam pretas ou pardas. Em relação à escolaridade, 46,5% possuem até o ensino fundamental completo, enquanto outras 36,9% cursaram o ensino médio.

Em relação à forma de acesso à terra, cerca de 55% das agricultoras declararam possuir terra própria. No caso do acesso à água, existem variações regionais significativas – verifica-se que, no Nordeste, 86,2% possuem cisterna de beber, enquanto na Amazônia 61,4% possuem poço artesiano. Diversamente, nas regiões Sul e Sudeste, 92,7% das agricultoras captam água de nascentes. De maneira geral, a forma de acesso que mais contempla esse conjunto de agricultoras é o poço artesiano, representando 39,4% da amostra. Essa representatividade está relacionada com a maior ocorrência de agricultoras da Amazônia no conjunto, 35,4% do total, mas, também, com o fato de que o poço artesiano ocorre com alguma frequência nas demais regiões.

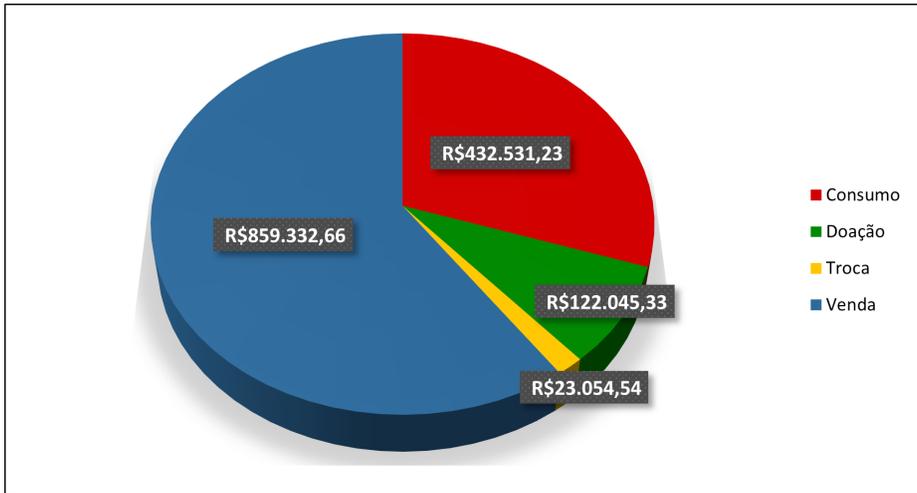
No que se refere às políticas públicas acessadas, a maioria das agricultoras – 56,6% – acessa ou já acessou ao Programa Bolsa Família (PBF). Um pouco menos da metade acessa ou já acessou ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e/ou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse dado também fundamenta a questão do acesso a mercados. Para além do acesso através de políticas públicas, 52% das agricultoras vendem mercadorias em suas próprias casas, enquanto 38,4% participam de feiras agroecológicas. Para mais, 61% das mulheres da amostra participam de grupo produtivo – um aspecto bastante representativo de suas formas de organização produtiva.

As agricultoras se organizam através de sindicatos e de movimentos sociais de mulheres – 59% relataram a primeira forma de participação social e 56,6% relataram a segunda. Essas formas de organização, bem como as informações contextuais da situação econômica das agricultoras amostradas, são o pano de fundo para a análise dos dados anotados nas CA, apresentados abaixo.

### ***Contribuição econômica das agricultoras agroecológicas***

Nessa seção, apresentamos informações relativas à produção econômica das 198 agricultoras agroecológicas ao longo de 12 meses de anotações na CA. O valor total da produção é equivalente ao valor monetário de R\$1.436.963,75. A Figura 1 ilustra o esse montante distribuído entre as relações econômicas:

Figura 1: Valor total da produção por relação econômica.



Fonte: Elaboração própria.

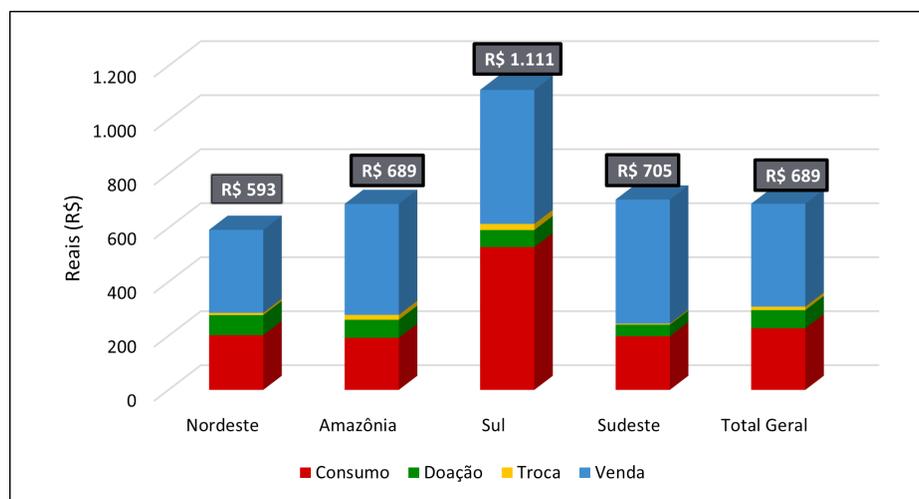
A Figura 1 revela que aproximadamente 60% do valor total é representado pela produção para venda, enquanto 40% do valor total produzido se destina às relações econômicas não monetárias, ou seja, ao consumo, à doação e à troca. Nesse âmbito, o autoconsumo representa 75% da produção sem contrapartida monetária, a doação representa 21% e a troca, 4%. A Amazônia é a região com o maior percentual de trocas – 6% em relação ao total das relações socioeconômicas não monetárias da região. Foi relatado pelas agricultoras da região que, quanto mais distante dos circuitos de comercialização está situada a residência, maior a incidência de trocas entre as mulheres (ALVES et al, 2008).

A concepção de *valor* da produção econômica das agricultoras agroecológicas vai para muito além do âmbito monetário, contribuindo, por exemplo, para a soberania e segurança alimentar das famílias. Nesse sentido, destaca-se que **quase 92% do valor total produzido é referente à produção de alimentos, sejam eles de origem vegetal, animal ou ambos**. Entre regiões, há algumas

variações nessa razão – na Amazônia, por exemplo, a produção de plantas e preparos medicinais e de artesanatos se destacam. Ainda assim, a produção de alimentos é próxima a 85% do valor total.

Considerando que no meio rural, em particular, os trabalhos produtivo e reprodutivo das mulheres tendem a ser considerados como uma extensão do trabalho doméstico, avaliou-se que seria importante expressar a produção econômica das agricultoras da amostra em termos monetários. A Figura 2 expressa o valor médio mensal da produção por agricultora, por região e no total geral.

Figura 2: Média mensal da produção por agricultora.



Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 2, o valor atribuído a cada região representa quanto, em média, cada agricultora contribui economicamente para sua família e comunidade, ao longo de um mês. Esse valor inclui a soma monetária que ela obtém através da comercialização – colorido de azul no gráfico – e, também, o que ela deixa de despende pelo fato de produzir para consumo, doação e troca – coloridos de vermelho, verde e amarelo, respectivamente.

Para se ter uma ideia comparativa, o salário mínimo no ano de 2017 foi de R\$937,00. Ou seja, a média mensal da produção por agricultora corresponde a quase 74% do valor do salário mínimo no ano de referência das anotações na CA.

Essa comparação não objetiva fazer extrapolações, apenas dar uma referência de valor monetário, para uma aproximação comparativa do equivalente da produção econômica das agricultoras.

Através da Figura 2, também se percebe que as diferenças médias entre regiões são relativamente pequenas, com exceção da região Sul. Esse fato pode ser *parcialmente* explicado pela produção volumosa de leite nos estados do Sul. Ainda que o cálculo da média exclua os valores atípicos, que se distanciam da série e podem gerar viés no cálculo da média, a produção econômica de duas agricultoras nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina é constituída em mais de 85% pela produção de leite, percentual que expressa a representatividade da produção de origem animal na vida econômica dessas mulheres.

De maneira geral, percebe-se que na ausência do registro e do monitoramento daquilo que é produzido sem viés mercantil, quase metade da produção econômica das agricultoras passaria despercebida, ou seja, permaneceria invisível.

Além disso, é válido refletir sobre o que seria consumido pela família – e qual o dispêndio envolvido – caso tivesse que adquirir no mercado os alimentos que são produzidos no quintal<sup>5</sup>. Considerando a média geral da Figura 2, a produção para consumo, que

<sup>5</sup> Essa questão adquire mais corpo na discussão sobre soberania e segurança alimentar, que é assunto de outro capítulo.

consiste quase totalmente em alimentos, equivale a uma economia de mais de R\$225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) mensais. Deve-se ressaltar, no entanto, a ocorrência de subnotificação nas anotações, especialmente daqueles produtos que não se convertem em dinheiro e, também, daqueles vendidos nos mercados. Uma parte considerável da produção das agricultoras é representada por produtos com pouco valor agregado, consumidos, doados, trocados e vendidos, em pequenas quantidades, diariamente. É o que costumamos chamar de miudezas: alguns pés de alface ou outras hortaliças, um molho de cheiro verde, uma pequena quantidade de ovos, frutas e outros que são utilizadas todos os dias para o consumo da família, para a doação ou a troca por meio das relações de vizinhança, ou com fins mercantis.

Como o cotidiano das agricultoras é dinâmico e frequentemente ocorre sobrecarga de trabalho, a anotação desses itens acaba sendo esquecida e não notificada. Dessa forma, uma boa parcela da contribuição econômica das agricultoras permanece invisível à família, à sociedade e ao Estado. Nesse caso, portanto, o valor médio calculado na Figura 2 representa apenas uma parcela da produção média das agricultoras agroecológicas, em função da subnotificação.

Pode-se dizer que na ausência das anotações na Caderneta, a produção aqui apresentada seria invisível aos olhos da maioria das pessoas, às/aos gestoras/es públicas/os e formuladoras/es de políticas. Mesmo sendo extremamente importante para a manutenção da família (consumo) e da comunidade (doação e troca), é muito comum que a produção que não gera compensação financeira seja desconsiderada, e sua importância minimizada. E é dessa maneira que o papel econômico das mulheres, nesse caso das agricultoras agroecológicas, é invisibilizado na sociedade. Em outras palavras, conforme afirma Michèle Pujol (1992, p. 3), “a economia tem desenvolvido uma metodologia que não consegue ‘ver’ o comportamento econômico das mulheres”.

Ainda, ao aprofundar a discussão sobre o processo de anotação e sua interface com a variação da produção e sua subnotificação, fica evidente a subordinação da vida produtiva das agricultoras às implicações concretas da divisão sexual do trabalho, vide que: (a) as agricultoras são responsáveis pelo cuidado com pessoas da família que adoecem, afetando sua capacidade de produzir e/ou registrar sua produção; (b) seu trabalho produtivo é considerado secundário em relação à cultura de lavouras tradicionais, como é o caso do café em Minas Gerais, exigindo que as agricultoras releguem seu cultivo próprio ao segundo plano para dar lugar à cultura considerada “principal”; e (c) o acúmulo de trabalho doméstico e de cuidados reduz seu tempo disponível para as atividades de produção (ALVES et al., 2018).

No caso da produção comercializada, ainda que exista uma contrapartida monetária, frequentemente esse valor fica, de certa forma, oculto, porque, como exposto acima, é comumente constituído por pequenos fluxos de dinheiro. Esses valores não são recebidos de uma só vez ou na forma de salário, o que dificulta perceber o montante movimentado.

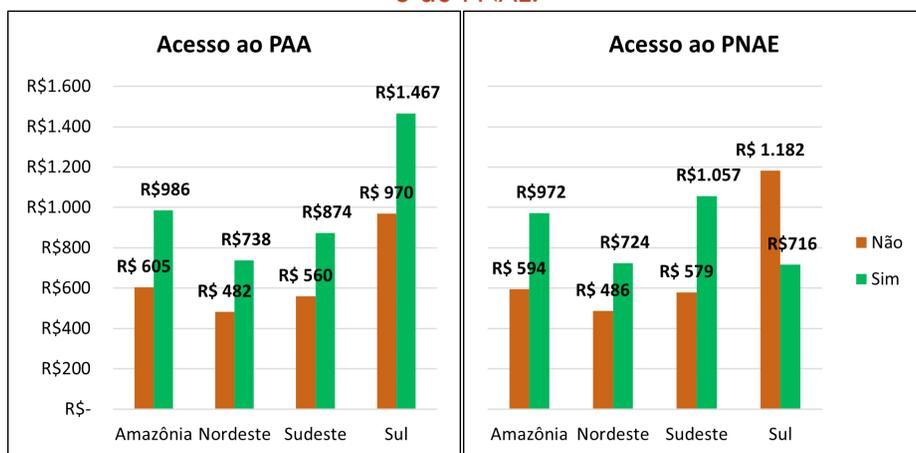
Nota-se que, dentre 11.632 anotações de venda<sup>6</sup>, 8.581 anotações, ou 73,8%, possuem valor menor ou igual a 50 reais. A princípio, isso significa que cada anotação possui um equivalente monetário que pode ser absorvido rapidamente pelas despesas do dia a dia do domicílio (ALVES et al., 2018) e, por isso, esses valores e seus destinos são muitas vezes invisibilizados.

Provavelmente, não fossem as anotações realizadas nas Cadernetas Agroecológicas, esse montante de recursos financeiros gerados pelas agricultoras não seria contabilizado nem por elas, nem por suas famílias ou por outras instituições e o Estado.

<sup>6</sup> Cada anotação de venda corresponde a uma linha anotada na CA, na coluna de venda.

Ao analisar as rendas médias mensais, existem alguns casos em que as agricultoras auferem valores que são consistentemente maiores do que o observado na média geral, em parte porque comercializam com o apoio de uma estrutura institucional, ou porque participam ativamente de mercados que absorvem sua produção. No primeiro caso, destacam-se as atuações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Na Figura 3, estão ilustradas as médias mensais por agricultora de acordo com o acesso ao PAA e ao PNAE, respectivamente:

Figura 3: Média mensal por agricultora segundo o acesso ao PAA e ao PNAE.



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Figura 3, os valores médios mensais da produção das agricultoras que acessam ou acessaram ao PAA e ao PNAE são sistematicamente maiores do que a média daquelas que nunca acessaram aos programas, com exceção do acesso ao PNAE na região Sul, onde novamente há influência da produção de leite e, também, da participação em cooperativas. **A média geral, no país, para quem acessa ao PAA e ao PNAE, é de**

cerca de R\$874,00 e R\$821,00, respectivamente. Esses valores superam a média de quem não participa dos programas em 50% e 38%, nessa ordem, e superam a média do Gráfico 2 em 19%, no caso do PAA, e 27%, no caso do PNAE.

Esses dados demonstram que as políticas de acesso aos mercados institucionais são um importante instrumento para a comercialização dos produtos sob responsabilidade das mulheres. Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão (2011), ao analisarem a participação das mulheres no PAA, concluíram que o Programa, em suas distintas modalidades, contribui indiscutivelmente para a valorização do trabalho das agricultoras e para a comercialização de seus produtos, por operar por meio de entregas parceladas, constantes e em pequenas quantidades. Além disso, a grande diversidade de produtos abrangida pelos programas de compras institucionais possibilita que a produção das mulheres seja comercializada.

## CONCLUSÃO

Os dados apresentados evidenciam a densidade da contribuição econômica das agricultoras agroecológicas, afirmando a sua importância para a agricultura familiar e para a economia. Demonstram, ainda, que o trabalho realizado pelas mulheres é fundamental para a produção do viver, pois não está orientado apenas racionalmente pelos marcos da produção mercantil. A produção econômica não monetária das agricultoras agroecológicas tem impactos na segurança alimentar e nutricional das famílias e no nível comunitário e deve ser reconhecida pelo Estado e pela sociedade, a partir de políticas públicas destinadas especificamente a elas.

A economia feminista, como lente analítica, permitiu colocar luz sobre essa enorme quantidade de riqueza e de trabalho realizada pelas mulheres e simplesmente desconsiderada pela economia convencional. Ao mesmo tempo, as experiências concretas desenvolvidas pelas agricultoras agroecológicas e por organizações de assessoria e movimentos sociais têm aportado

com novas ideias e perspectivas analíticas para a construção da economia feminista, especialmente para a inclusão das mulheres rurais e da agroecologia nas análises econômicas. É a partir desse movimento de interconexão entre teoria e prática comprometidas com a transformação social que esperamos contribuir para a construção de uma nova sociedade, que reconheça as mulheres rurais - em sua diversidade - como sujeitos de direitos e por sua contribuição fundante para a sustentabilidade da vida.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. *et al.* **Caderneta agroecológica e os quintais**: sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM, 2018.

CARRASCO, C. (org). Introdução: Para uma Economia Feminista. In: CARRASCO, C. **Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Ed. Icaria, Colección Antrazyt. Espanha, 1999, 438p.

CARRASCO, C. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.). **A produção do viver**: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003.

NELSON, J. Feminismo y economía. **Journal of Economic Perspectives**, v. 9, n. 2, American Economic Association. 1995. (Traduzido)

OROZCO, A. P. **Subversión feminista de la economía**: aportes para un debate sobre el conflicto capital – vida. Traficantes de Sueños: 4ª ed., 2019, 336p.

PICCHIO, A. A economia e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, N.; MORENO, R. **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia.** São Paulo: SOF, 2012. p. 13-28. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 3).

TELLES, L. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Viçosa, 2018.





## 7. REFLETINDO SOBRE O PROTAGONISMO ECONÔMICO DAS MULHERES AGRICULTORAS: UMA PERSPECTIVA SUBSTANTIVA

*Camila Alvarenga<sup>1</sup>*

*Lilium Telles<sup>2</sup>*

*Alair Ferreira de Freitas<sup>3</sup>*

*Nayara Lopes de Castro<sup>4</sup>*

*Cícero Braga<sup>5</sup>*

1 Doutora em Economia Aplicada na Universidade Federal de Viçosa (MG), membro do grupo de pesquisa sobre as Cadernetas Agroecológicas do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia.

2 Engenheira florestal, mestra em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (MG), consultora do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) pelo Termo de Referência n. TR/PF/IICA – 9804. É membro do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia e militante da Marcha Mundial das Mulheres.

3 Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.

4 Graduanda em Engenharia Agrônoma na Universidade Federal de Viçosa (MG).

5 Doutorando em Economia Aplicada na Universidade Federal de Viçosa (MG), consultor do grupo de pesquisa sobre as Cadernetas Agroecológicas do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia.

## INTRODUÇÃO

O presente capítulo traz uma análise econômica a partir de uma perspectiva feminista e substantiva da economia, de modo a dar visibilidade ao trabalho e à contribuição de mulheres agricultoras para a economia familiar e comunitária e para a segurança alimentar de famílias do município de Viçosa (MG). Em geral, as mulheres pouco ou nada são consideradas no âmbito do planejamento do desenvolvimento rural e na economia agrícola, sendo marginalizadas analiticamente por estudos técnico-científicos, o que é institucionalizado pelo Estado diante da ausência de políticas públicas adequadas à realidade econômica das mulheres. É sobre esse contexto que este trabalho se assenta, buscando contribuir com a reflexão crítica sobre a economia e o papel econômico das mulheres agricultoras, ressaltando sua importância para a sustentabilidade da vida.

A proposta deste texto é descrever a característica das mulheres agricultoras e de seus trabalhos, bem como caracterizar sua produção, revelando a importância que elas assumem para a reprodução social de suas famílias. Isso foi feito com base na implementação da “Caderneta Agroecológica”, que permitiu o monitoramento periódico da produção e do trabalho de mulheres agricultoras, associado à análise de seus perfis. O exercício analítico e descritivo operado aqui seguirá no sentido de explicitar a densa vida econômica das mulheres, distinguindo atividades não necessariamente mercantis ou monetizadas, mas que, ainda assim, configuram a economia familiar.

Isto posto, este artigo se divide em cinco partes, considerando essa introdução. A seção 2 traz à tona a necessidade de uma ampliação da noção de economia, incorporando a perspectiva da economia feminista e da economia substantiva de Karl Polanyi. A Seção 3 traz detalhes da implementação e dos procedimentos metodológicos adotados para acompanhamento e observação das Cadernetas e Questionários Socioeconômicos, enquanto na

seção 4 apresenta-se os resultados obtidos a partir dos instrumentos citados. Por fim, a Seção 5 traz as considerações finais.

### REPENSANDO A ECONOMIA DESDE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

A economia feminista é apropriada, aqui, como uma orientação ontológica e epistemológica sobre a economia, com objetivo de revelar elementos fundamentais sobre a sustentabilidade da vida, muitos deles de cunho simbólico, condicionantes dos comportamentos econômicos em sociedade. Para Carrasco (2003), o pensamento feminista tem sido protagonista do processo de questionamento do viés androcêntrico e machista do campo científico, que reproduz o domínio masculino na construção de valores e normas tomados como universais. No pensamento econômico, esse abismo é muito maior e não apenas invisibiliza as pensadoras, mas também o papel econômico das mulheres na sociedade, induzindo uma visão limitada sobre o significado de econômico.

De acordo com Pujol (1992), a economia tradicional, reforçada por uma matriz ortodoxa ocidental, tem institucionalizado metodologias e conceitos que não dão conta de perceber o comportamento econômico das mulheres. O movimento histórico de caracterização da economia, transformada em agenda de Estados e da ciência, redonda em explicações limitadas e insatisfatórias sobre a natureza e o papel econômico das mulheres.

Quando se trata de mulheres rurais, essa dinâmica histórico-analítica, também tornada cultura, marginaliza sua relevância e as coloca fora do ambiente econômico. As mulheres foram associadas ao que é conferido como doméstico, em uma trajetória eminentemente androcêntrica da agricultura e da sociedade. A modernização da agricultura, impulsionada pelo Estado e organismos multilaterais de desenvolvimento, apoiaram e valorizaram a comoditização dos alimentos e a integração comercial das cadeias produtivas, associando a produção econômica agrícola ao mercado e tudo isso à ação masculina. As mulheres agricultoras foram historicamente “banidas”

a uma condição acessória na economia rural em decorrência das visões distorcidas sobre a natureza do que é econômico e da real estrutura de reprodução da vida no campo.

Uma consideração sintomática sobre isso é a análise em relação à divisão sexual do trabalho. Um exemplo já clássico é decorrente do investimento de Maria Ignez Silveira Paulilo em sua pesquisa no Brasil. Em um de seus ensaios, a autora analisa a distinção entre o que é considerado trabalho “leve” e trabalho “pesado” e a quem seriam atribuídos, em diferentes regiões do país. A pesquisa concluiu que, em geral, o que é considerado “leve” é trabalho das mulheres e crianças e o trabalho “pesado” é atribuição prioritária dos homens, já conformando um sistema cultural androcêntrico de valoração do trabalho e marginalidade feminina. Conforme afirma Paulilo (1987), essa classificação é dinâmica e varia no tempo e no espaço, mas as pesquisas indicam que tal distinção está mais relacionada ao sexo de quem o realiza do que à natureza do esforço físico. E complementa: o “peso do trabalho leve” é muito grande, pois as mulheres desempenham multifunções e o leve não é sinônimo de fácil ou de ausência de esforço; ao contrário, pode representar rotinas intensas de trabalho.

Para Picchio (2012), são as abordagens analíticas femininas que mais contribuem para superar esse abismo, pois se baseiam em evidenciar e valorizar as mulheres como sujeitos econômicos. É com base na experiência das mulheres e seus engajamentos na reprodução social da vida que devem ser construídos novos marcos analíticos, metodológicos e conceituais. E, reforça a autora, isso se difere das emergentes abordagens de gênero que, apesar de descreverem e denunciarem desigualdades entre homens e mulheres, o fazem, em geral, a partir de arcabouços teóricos da economia ortodoxa.

Strassmann (1999) argumenta que é preciso entender e desafiar as resistências disciplinares ao pensamento feminista para poder romper com suposições estereotipadas sobre gênero, que produziram “verdades estilizadas”. Elas compõem estruturas analíticas

e culturais cujo padrão foi construído sobre a experiência de homens adultos, ignorando a autonomia limitada de crianças, idosas/os, enfermas/os e das próprias pessoas adultas e sãs. A esfera doméstica, que operacionaliza uma economia familiar, baseada, dentre outras, em relações de cuidado, que garantem alimentação, amamentação, atendimento de necessidades emocionais da família e inúmeras outras atividades e funções básicas para a manutenção da vida, não são consideradas pela economia convencional.

Porém, como afirma Marçal (2017), a economia do agregado familiar é nuclear para compreensão da sustentabilidade da vida. Mas, conforme aponta a autora, o considerado “pai da economia moderna” (observem que à economia nunca foi atribuída uma “mãe”), Adam Smith, negligenciou sua dinâmica. A autora questiona: “quem cozinhou o jantar de Adam Smith?”. Esse autor clássico da economia tradicional afirmou que não é da benevolência do açougueiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar; contudo, afirma Marçal, ele esqueceu de registrar e considerar, em sua teoria, a benevolência de sua própria mãe e de uma prima, que cuidavam da casa e de suas finanças enquanto ele trabalhava e escrevia. Lavar sua roupa, fazer sua comida, brigar com os vizinhos para não lhe atrapalharem, cuidar de criança etc., são atividades básicas que possibilitaram a ele escrever seus livros e trabalhar, sem as quais dificilmente conseguiria realizar suas atividades consideradas econômicas e produtivas. Todas essas atividades foram invisibilizadas em suas teorias e por séculos, mas elas são a base de toda a economia e, ao contrário do senso comum, não são acessórias, porque produzem a vida.

Essa perspectiva é, portanto, limitada. Ela parte, como afirma Strassmann (1999), de uma presunção equivocada de igualdade humana em recursos e escolhas e omite uma ampla e variada matriz de influências na vida das mulheres. Isso diz respeito a padrões culturais, que impõem às mulheres certas proibições e determinam formas de comportamento, normas sexistas, violências e assédios morais e sexuais, tratamentos desiguais sobre a

reprodução etc. É preciso compreender as condições subjacentes das escolhas e dos comportamentos humanos, e não apenas as ações em si, como em geral é objeto de análise da economia ortodoxa. O que está em jogo, assim, é o significado próprio do que é econômico e como ele se manifesta.

Karl Polanyi amplia essa noção e nos convida a refletir criticamente sobre a sociedade supostamente conduzida por mercados autorregulados. O autor chama a atenção para a necessidade de não reduzir a economia a uma economia de mercado, apresentando os princípios de organização econômica. Para ele, o mercado é apenas um dos princípios e, apesar de ter sido incorporado na cultura das sociedades capitalistas e se tornado *modus operandi* da vida social, não pode limitar a compreensão analítica da economia. Polanyi (2000) apresenta outros três princípios básicos: (i) a domesticidade, ligada à governança da produção domiciliar, operada pelo grupo familiar e pautada na reprodução social da vida em âmbito nuclear ou comunitário; (ii) a reciprocidade, que integra ações baseadas na criação e reforço de laços sociais, implicados na construção de sociabilidades; e (iii) a redistribuição, que, orientada pela noção de centralidade, expressa a governança comunitária centrada em uma autoridade legitimamente definida que se apropria da produção, armazena e distribui para satisfação das necessidades coletivas.

Para o autor, esses princípios econômicos formam a esfera não mercantil da economia e é a configuração entre eles, incluindo o princípio da troca, associada ao mercado, que define a dinâmica econômica. As transações de bens e serviços operadas pela domesticidade e pela reciprocidade não são materializadas pelo dinheiro, ou seja, não dão lugar a pagamentos com equivalência monetária. Assim, pode-se falar, também, que são a esfera não monetária da economia, mas representam um aspecto crucial da vida econômica. As economias não monetárias e não mercantis são a base da sustentabilidade da vida e é por meio delas que muitas famílias acessam as condições de sua existência.

Além disso, é preciso reforçar, essas ações econômicas são também mecanismos da sociabilidade comunitária e influenciam a vida em sociedade. A reciprocidade como princípio de integração econômica diz respeito à constituição dos vínculos sociais, à criação de redes sociais de apoio, amizade, vizinhança, compadrio etc., e definem boa parte das trocas materiais e simbólicas na economia, sejam elas monetárias ou não. Para Mauss (2003), as relações de reciprocidade (que em determinados momentos o autor associa à noção de dádiva) são nutridas por um ciclo de sociabilidade, baseado em compromissos morais inerentes à vida social. Ainda, sinaliza que a vida em comunidade pressupõe a criação de vínculos por meio das trocas, fundamentais para a reprodução social da própria vida e para a permanência ou exclusão dos grupos.

Reconhecer esses aspectos diz respeito a um movimento epistemológico de importante envergadura, já que a economia em sua acepção formal, reduzida ao mercado, foi naturalizada e tomou conta do senso comum. Polanyi (2021) classifica como um anacronismo conceitual a relação entre economia e mercado, afirmando que foram transferidos os sentidos e a história da economia, personificando-a no mercado. Reside nessa falácia economicista, que iguala a economia humana à economia de mercado, o lastro da invisibilidade das mulheres e de sua densa vida econômica. Desconsiderar as esferas não mercantis e não monetárias da economia é negar a real configuração da produção de riquezas da sociedade e, de forma mais significativa, a reprodução social da vida.

Nesse sentido, nos apropriamos, aqui, do que Polanyi (2012) apresenta como significado substantivo da economia, que não é assentada apenas na escolha em si ou em seu fundamento utilitário da escassez. Ele considera os costumes, as tradições, as configurações familiares, a cultura, dentre outras condições subjacentes que operam as escolhas e demarcam as características socioculturais de uma sociedade e de suas estratégias de reprodução material da vida comunitária. Não obstante outras acepções,

Polanyi define, a partir daí, a economia como processo instituído, uma vez que se trata de um movimento dinâmico, no tempo e no espaço, de apropriação dos elementos materiais entre diferentes agentes e, além disso, porque não se trata de uma interação mecânica entre humanos atomizados, mas institucionalmente contextualizados, imbricados em relações sociais.

Não se pode, nessa perspectiva, negar – como o fez a economia *mainstream* – o papel central das famílias e das mulheres e, assim, dos princípios da domesticidade e da reciprocidade, pois são essas as bases sobre as quais se edifica a economia. Como assinalou a economista Neva Goodwin, citada por Raworth (2017), esta pode ser considerada a “economia nuclear” e vem em primeiro lugar todos os dias, sustentando o essencial da vida social com os recursos humanos universais de tempo, conhecimento, habilidade, cuidado, empatia, ensino e reciprocidade. Para a autora, ignorar essa economia nuclear, protagonizada em geral pelas mulheres, é deixar de perceber como a economia remunerada, mercantil e monetária depende dela. Ou seja, toda a economia depende dessa economia nuclear. Portanto, as mulheres, ao invés de acessórias, são as reais agentes da organização econômica da sociedade.

## **METODOLOGIA**

Neste item apresentaremos sinteticamente a metodologia adotada para a implementação das Cadernetas Agroecológicas no contexto do Projeto CNPQ/Tecnologia Social 443195/2018-8, aprovado no âmbito da Chamada CNPQ/MDS/MCTIC 36/2018. As atividades envolveram mulheres de três comunidades rurais de Viçosa: a) Buieié, comunidade reconhecida pela

Fundação Cultural Palmares<sup>6</sup> como remanescente de quilombo; b) Córrego dos Nobres, comunidade diversa com núcleo familiar com indícios de ser um remanescente de quilombo e; c) Pau de Cedro, comunidade predominantemente negra, embora não se identifique como remanescente de quilombo.

As Cadernetas Agroecológicas (CAs) têm o objetivo de contribuir para a construção da autonomia econômica das agricultoras rurais e urbanas, por meio do monitoramento, qualificação e diversificação da produção agroecológica e pela organização econômica. Elas se configuram como um instrumento metodológico elaborado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (MG) (CTA-ZM) em diálogo com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), com vistas a dar visibilidade ao trabalho protagonizado pelas agricultoras, por meio do registro e monitoramento da produção econômica monetária e não monetária sob sua responsabilidade. Associada à CA, também foi adotado um Questionário de Caracterização Socioeconômica (QCS), para a construção do perfil das agricultoras envolvidas na pesquisa.

Ao longo da execução do projeto, além do acompanhamento às agricultoras para o registro nas CAs, também foram realizadas oficinas, visitas de intercâmbio e trocas de experiências a partir das demandas apresentadas por elas. Nesse artigo, apresentamos os dados sistematizados referentes às anotações das agricultoras e à aplicação do QCS no período de maio de 2019 a março de 2020.

Dentre as agricultoras acompanhadas, consideramos, aqui, 23 Cadernetas Agroecológicas e 13 QCSs. O número inferior de questionários se deve a dois fatores que dificultaram a ida da

---

6 Fundada em 1988, a Fundação Cultural Palmares é a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. O § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, reserva à Fundação Cultural Palmares a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral, que reconhece os direitos das comunidades e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal. Disponível em: < [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=95](http://www.palmares.gov.br/?page_id=95)>. Acesso em: 10 ago 2020.

equipe às comunidades: a intensidade das chuvas no início do ano, com níveis atípicos, que resultaram em enchentes e alagamentos em diversos pontos do município, sobretudo na zona rural; e o início do isolamento social, devido à Covid-19, a partir de março de 2020. A relação de número de Cadernetas e QCS recebidos por comunidade é apresentado na Tabela 1:

**Tabela 1 - Número de agricultoras com acompanhamento de CA e QCS por comunidade**

COMUNIDADES	CADERNETAS	QCS
Buieié	5	4
Córrego dos Nobres	7	4
Pau de Cedro	11	5
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>13</b>

*Fonte: dados da pesquisa*

Nas seções subsequentes, apresenta-se a caracterização socioeconômica das agricultoras acompanhadas, bem como sua configuração domiciliar e as relações de produção (venda, consumo, troca e doação) reportadas nas 23 Cadernetas Agroecológicas, além do perfil socioeconômico e demográfico das 13 agricultoras de três comunidades:

Os procedimentos adotados para apresentação dos resultados baseiam-se na digitalização e transcrição das informações reportadas mensalmente pelas agricultoras em relação à produção e seu destino, seja para venda (produção monetária), troca, doação ou consumo (relações não monetárias). Os dados foram

uniformizados considerando as diferentes grafias dos produtos, bem como as diferentes unidades de medida. Essa uniformização permitiu a classificação da produção em grupos de produtos e serviços, de modo a apresentar possíveis padrões entre as comunidades. Na próxima seção serão apresentados os resultados referentes às anotações das CA e à aplicação dos QCS.

### **CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA DAS AGRICULTORAS EM VIÇOSA: RESULTADOS PRELIMINARES**

Esta seção descreve resultados do projeto, explicitando características das mulheres agricultoras e de suas contribuições para a economia e para a segurança alimentar das famílias. A caracterização revela empiricamente aspectos da condição de vida e das configurações familiares das mulheres, o que as contextualiza. A contribuição econômica delas é expressa pela contribuição que realizam para a reprodução material da vida, mais especificamente, sobre o valor monetário de sua produção, que foi didaticamente convertida em moeda para permitir a visualização de sua economia.

#### ***Caracterização socioeconômica das agricultoras agroecológicas***

A partir das informações do QCS, foram identificadas algumas similaridades entre as agricultoras participantes em relação à sua situação socioeconômica, aos aspectos de sua produção econômica e às suas formas de organização, os quais serão descritos nesta seção. A média de idade das agricultoras é de 49 anos. Do total de 13 agricultoras, 9 declaram morar com cônjuge e filhas/os enquanto 4 declaram morar somente com filhas/os ou somente com pai e mãe; 8 são casadas, 1 uma está em união estável, 2 são separadas e 2 são viúvas.

Dentre as casadas ou em união estável, 6 mulheres relataram que o cônjuge participa do trabalho doméstico, apesar de serem

majoritariamente responsáveis (92%) pelas atividades domiciliares. Nota-se, ainda, que todas possuem filhas/os (média de 4 filhas/os por agricultora).

Em relação à cor ou origem étnica, 5 mulheres se autodeclararam pardas, 5 pretas, 2 se declararam quilombolas e houve 1 caso em que se autodeclarou preta e quilombola. Segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), isso significa que a totalidade das agricultoras pode ser considerada de mulheres negras. Em relação às identidades socioculturais, no Buieié, todas as mulheres se declararam quilombolas; no Córrego dos Nobres, 3 se declararam agricultoras familiares e 1 se declarou quilombola; no Pau de Cedro, 3 se declararam agricultoras familiares e 2 não se identificaram com nenhuma das opções. A declaração da agricultora do Córrego dos Nobres em relação à sua identidade sociocultural reforça que, embora não seja uma comunidade quilombola reconhecida pelo Estado, trata-se de um remanescente de quilombo.

Majoritariamente, o ensino formal centra-se no ensino fundamental completo (6 mulheres) ou incompleto (5 mulheres). Somente 2 agricultoras da comunidade quilombola do Buieié possuem ensino superior incompleto, que foi possível em função da Bolsa Permanência<sup>7</sup>, política de fomento à educação para jovens quilombolas e de povos e comunidades tradicionais. Somente 1 agricultora, que reside no Córrego dos Nobres, possui informações sobre o tamanho da propriedade ou do lote em que reside e tem a documentação em seu nome. As demais informaram que residem em terra própria, de herança, ou em terra de familiares.

Dentre as políticas públicas acessadas atualmente, a mais recorrente é o Programa Bolsa Família (PBF), com 46% de adesão das agricultoras. As demais 54% se dividem em aposentadoria

---

7 O Bolsa Permanência é uma política pública voltada à concessão de auxílio financeiro às/aos estudantes, sobretudo estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculadas/os em instituições federais de ensino superior. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>. Acesso em: 28 ago. 2020.

rural, bolsa permanência, pensão e Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Em 9 casos, entre as 10 mulheres que acessam políticas que envolvem repasse de recursos financeiros, a responsável por cuidar do recurso é a própria agricultora e, em apenas 1 caso, a responsabilidade é assumida pela filha. A renda proveniente do PBF e de aposentadoria é o principal rendimento para 3 famílias, enquanto a maioria se beneficia principalmente da prestação de serviços agrícolas e não agrícolas. A composição da renda familiar, portanto, é variada, mas em todas, as mulheres possuem contribuição direta, recebendo e gerenciando recursos ou vendendo seu trabalho.

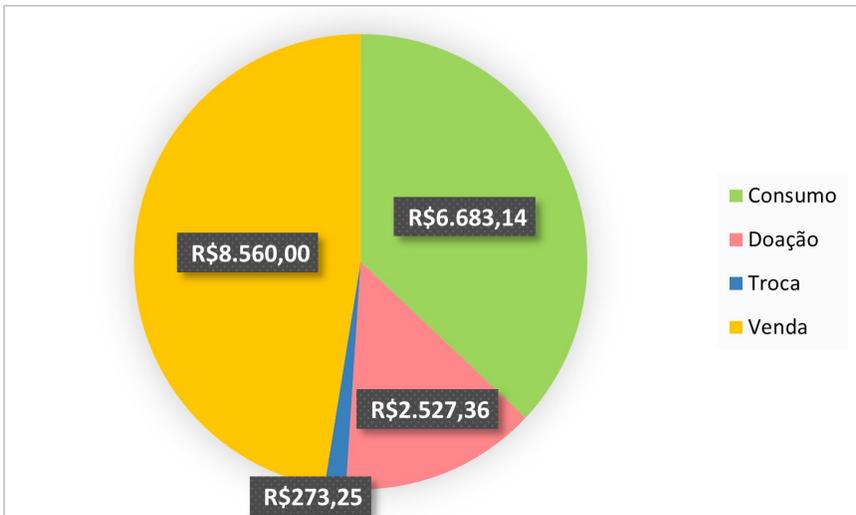
No que diz respeito ao acesso a mercados, observa-se que há um predomínio da comercialização de alimentos em circuitos curtos: 8 mulheres relataram comercializar seus produtos, sendo que dessas, 4 realizam vendas “de porta em porta” e 4 se dividem entre venda na comunidade e venda em casa. Em apenas 1 caso a agricultora não participa da venda e nem cuida do dinheiro da comercialização. Portanto, a comercialização de alimentos, especialmente em mercados locais, que gera renda monetária para as famílias, depende das mulheres, que são protagonistas.

Nos espaços de organização sociopolítica, 12 mulheres sinalizaram que participam da igreja e, dessas, 5 exercem cargo de liderança. Além disso, 2 mulheres também participam e exercem cargo de liderança no sindicato, e 1 delas em uma associação. Essas formas de organização, bem como as informações contextuais da situação socioeconômica das agricultoras, são o pano de fundo para a análise das anotações registradas por elas nas Cadernetas Agroecológicas, cujos resultados serão apresentados a seguir.

### ***A contribuição das mulheres para a economia e Segurança Alimentar e Nutricional***

A análise dos dados reportados nas Cadernetas Agroecológicas possibilitou a observação de uma densa vida produtiva das mulheres agricultoras. **Foram registrados, no total, 135 produtos diferentes manejados por elas, com um valor monetário equivalente a aproximadamente R\$18.000,00, divididos entre as quatro categorias (consumo, doação, troca e venda), como mostra a Figura 1, abaixo.**

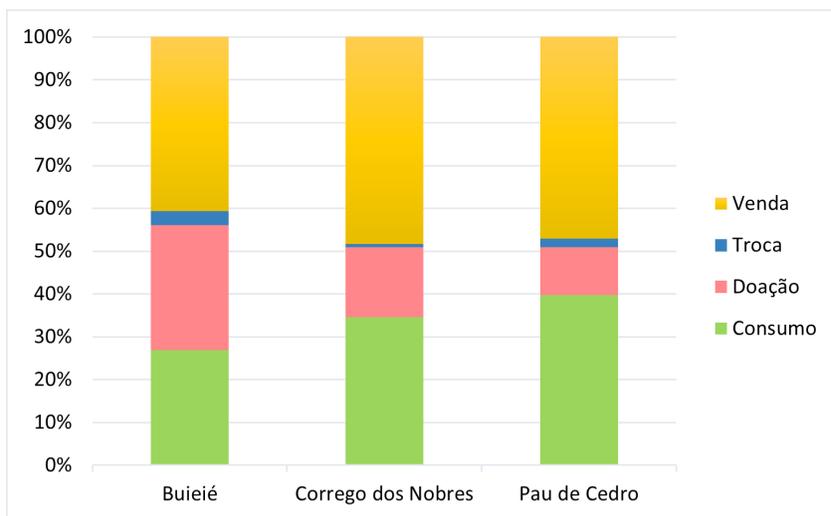
**Figura 1 - Valor total da produção por relação socioeconômica**



Não surpreendentemente, como apontado na Figura 1, a parcela mais expressiva das anotações foi percebida no âmbito das trocas mercantis, ou seja, na venda de produtos (47%). Posteriormente, o maior montante de anotações foi de produtos consumidos (37%), seguido das doações (14%) e trocas (2%). Essas proporções são similares entre as comunidades, como mostra a Figura 2. **Elas sinalizam a importância das mulheres na geração de renda e para a produção de alimentos para consumo da família,**

além de parcela significativa que é doada nas comunidades, refletindo a agência das agricultoras na promoção da segurança alimentar:

Figura 2 - Porcentagem da produção por relação socioeconômica por comunidade



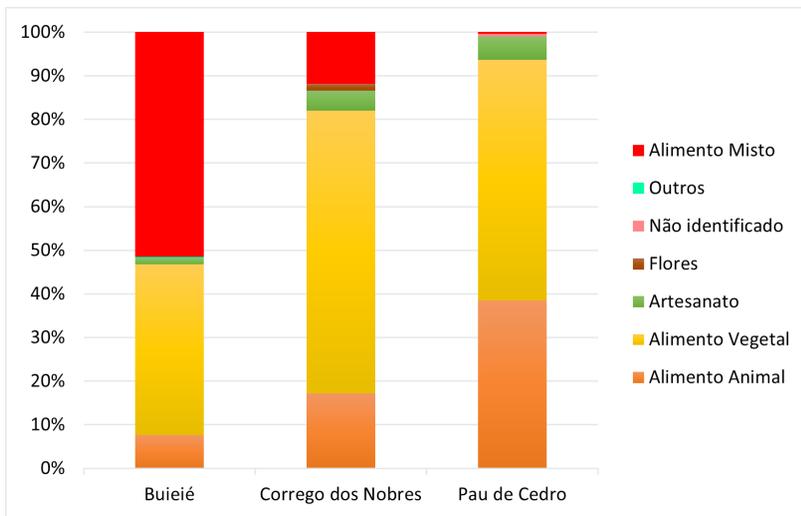
A partir da Figura 2, algumas especificidades são observadas entre as diferentes comunidades. Na comunidade quilombola do Buieié, por exemplo, há uma parcela mais expressiva de anotações referentes às trocas, bem como de produtos doados, se comparados com as demais. Especificamente nessa comunidade, a produção destinada à doação é a segunda mais reportada, diferentemente das outras comunidades em que, depois das vendas, os produtos consumidos são os mais expressivos. Isso demonstra a importância das relações de reciprocidade no nível comunitário.

Em uma perspectiva Polanyiana, conforme afirma Servet (2016), “[...] a reciprocidade deve ser compreendida como um modo específico de interdependência das atividades e de uso dos recursos disponíveis”. Portanto, é por meio do princípio de re-

ciprocidade que, em muitas comunidades rurais, o acesso ao conhecimento, aos alimentos, serviços e infraestrutura é possível, pois caso fossem mediados estritamente pelo mercado, provavelmente boa parte das famílias não teria condição de acessá-los.

Na Figura 3, apresenta-se a porcentagem de participação da produção por grupo de produto em cada comunidade, excluindo-se os serviços, que serão analisados mais adiante.

Figura 3 - Porcentagem da produção por grupo de produto por comunidade



Esta análise é interessante, pois permite demonstrar o relevante papel das mulheres para a garantia do acesso à alimentação adequada e saudável<sup>8</sup> e, ao mesmo tempo, reforça a existência de outras lógicas que orientam a produção das mulheres, distintas das relações estritamente de mercado.

8 O acesso à alimentação adequada e saudável se configura em uma das dimensões do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional adotado no Brasil. O artigo 3º da LOSAN (Lei Orgânica de SAN) define a SAN como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

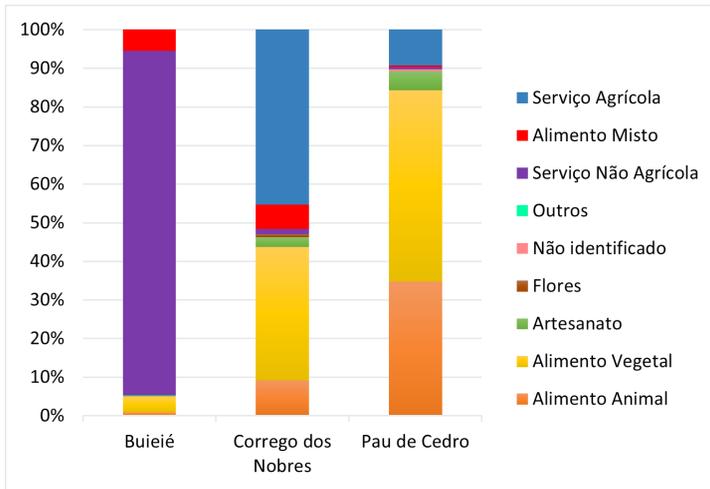
Percebe-se que os grupos de produtos possuem diferente relevância quando observado o total de produtos relatados. Por exemplo, na comunidade Buieié, mais da metade da produção reportada foi de alimentos mistos que dizem respeito, em sua maioria, a alimentos beneficiados<sup>9</sup>, como bolos, roscas, dentre outros. Já no Córrego dos Nobres e Pau de Cedro, esse grupo possui baixa participação na produção total, que é composta, principalmente, por alimentos de origem vegetal e animal (esse último especialmente no Pau de Cedro). Não somente, os artesanatos aparecem com certa frequência nessas duas comunidades.

A inclusão dos serviços na divisão dos grupos de produtos evidencia outro aspecto da dinâmica socioeconômica das comunidades, como ilustrado na Figura 4. Alguns estudos sobre as relações entre os espaços urbanos e rurais (GRAZIANO DA SILVA, 2001; VEIGA, 2002) têm demonstrado a importância cada vez maior das atividades não agrícolas para a geração de renda e manutenção das famílias no meio rural. É notório que no município de Viçosa, o setor de serviços não agrícolas, especialmente o trabalho informal na realização de faxina para o público universitário, é uma alternativa econômica importante para as mulheres. Isso se refletiu nas CAs de algumas agricultoras, como observado na Figura 4, abaixo.

---

<sup>9</sup> Optou-se por classificar os alimentos como beneficiados, pois não foi possível analisar a composição dos mesmos, inviabilizando sua classificação segundo o grau de processamento, conforme preconiza o Guia Alimentar para a População Brasileira.

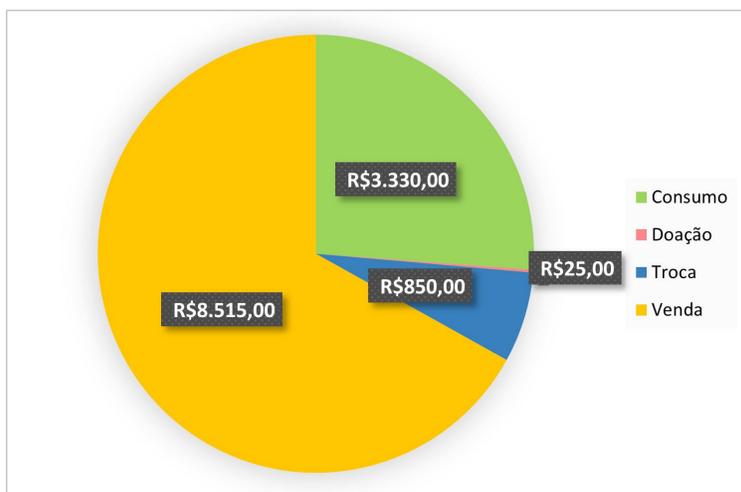
Figura 4 - Porcentagem da produção por grupo de produto por comunidade



Na comunidade do Buieié, os serviços não agrícolas correspondem a aproximadamente 90% em termos de equivalente monetário de todas as anotações da Caderneta e se referem basicamente ao trabalho de diarista realizado por uma das agricultoras. Esse dado, no entanto, não serve para extrapolações, uma vez que o conjunto de agricultoras que adotaram as Cadernetas Agroecológicas é pequeno, se comparado ao universo de pessoas que residem na comunidade.

Por outro lado, no Córrego dos Nobres e no Pau de Cedro, os serviços agrícolas foram reportados nas Cadernetas Agroecológicas, conformando importante contribuição econômica. Dada sua significativa contribuição para a economia das agricultoras que preencheram as Cadernetas, cabe detalhar as particularidades dos serviços realizados, como ilustra a Figura 5.

Figura 5 - Valor dos serviços por relação econômica



A partir da análise desses dados, percebe-se que, assim como ocorre com os produtos reportados pelas agricultoras, os serviços vendidos no mercado de trabalho tiveram o maior valor comparativamente àqueles consumidos, doados ou trocados. Entre as relações socioeconômicas não monetárias, foram reportados serviços de faxina em casa, diária de serviço agrícola doada ou trocada com outras pessoas e a realização das tranças nos cabelos das mulheres negras, com objetivo estético e, também, como forma de reconstrução da identidade sócio-histórica e cultural nas comunidades quilombolas.

Dada a questão da subnotificação, em especial da produção econômica não monetária nas Cadernetas Agroecológicas, e pelo fato desse instrumento não ter sido pensado para o registro dos serviços prestados pelas agricultoras, é evidente que esse conjunto de trabalhos mercantis e não mercantis registrados refere-se a apenas uma parte do trabalho realizado pelas mulheres. Não obstante, possibilitou demonstrar um conjunto de atividades realizadas pelas agricultoras, de importância econômica para as famílias e para as comunidades e que estariam invisibilizadas não fosse o

registro nas Cadernetas Agroecológicas. Além disso, explicitou a existência das práticas de reciprocidade, como a troca e a doação de dias de serviço, especialmente importantes no meio rural.

## CONCLUSÃO

Os dados confirmam a diversidade e a heterogeneidade observadas nas possibilidades de produção e inserção socioeconômica, evidenciando que as agricultoras acompanhadas se dedicam substancialmente aos serviços agrícolas e não agrícolas desempenhados. A pesquisa demonstra uma condição pluriativa das famílias e que as mulheres são protagonistas dessa dinâmica socioeconômica que integra as estratégias de reprodução social no campo. Portanto, não diz respeito apenas à geração de renda, mas à diversificação das estratégias econômicas; e em todas elas, a mulher é central.

Percebe-se que as dinâmicas de venda da força de trabalho no mercado, por meio da prestação de serviços agrícolas e não agrícolas como diaristas, é um componente importante para a produção econômica de algumas mulheres, embora reforce uma condição mais precária no que diz respeito ao acesso aos direitos trabalhistas. Esse aspecto revela também a intensidade da vida econômica das mulheres, que articula diversas formas de trabalho, produtivos e reprodutivos, quase sempre implicando uma sobrecarga para as agricultoras. Além de venderem serviços, aportam seu trabalho na produção agrícola para a família e para a venda nos mercados locais, mas também são as responsáveis pelos trabalhos de cuidado (preparar os alimentos, arrumar a casa, lavar e passar roupas etc.).

Apesar desse trabalho ter destacado com maior ênfase o trabalho produtivo e, por vezes, sua equivalência monetária, é preciso reforçar que perceber a economia das mulheres, desde uma perspectiva feminista e substantiva, é considerar também todas as formas de trabalho realizadas por elas e implicadas na construção da sustentabilidade da vida.

Vê-se, portanto, que entender as relações econômicas para além das inferências *mainstream* propostas na literatura econômica é imperativo para desvelar contribuições produtivas e reprodutivas que são desconsideradas nas análises convencionais. Nomeadamente, a contribuição das mulheres rurais, sobretudo a das agricultoras agroecológicas, é fundamental para a economia familiar e comunitária e para a garantia de segurança e soberania alimentar, para suas famílias e comunidades e, portanto, para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

CARRASCO, C. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N.; NOBRE, M. (org.). **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados** [on line], v. 15, n. 43, p. 37-50. 2001. Disponível em: <http://www.grupochorlavi.org/php/doc/documentos/velhosynovos.pdf>. Acesso em: 28 de ago. de 2020.

MARÇAL, K. **O Lado invisível da Economia: uma visão feminista**. Trad. Laura Folgueira. São Paulo: Editora Alaúde, 2017.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 536 p.

PAULILO, M. I. O Peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje**, 5(28). Rio de Janeiro: ICH, 1987. Disponível em: <http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PICCHIO, A. A economia e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, N.; MORENO, R. **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012. p. 13-28. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 3).

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Compus, 2ª. ed. 2000. 337 p.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 384 p.

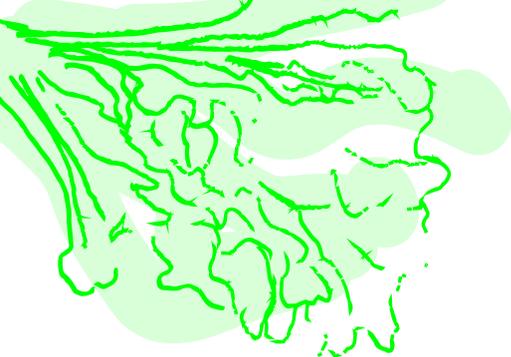
PUJOL, M. **Feminism and anti-feminism in early economic thought**. Vermont: Edward Elgar, 1992.

RAWORTH, K. **Doughnut economics: seven ways to think like a 21st century economist**. Chelsea Green Publishing, 2017.

SERVET, J. M. O princípio da reciprocidade hoje. Um conceito para compreender e construir a economia solidária. In: HILLENKAMP, I.; LAVILLE, J. L. (org). **Socioeconomia e Democracia: a atualidade de Karl Polanyi**. Porto Alegre: Escritos. 2016. p. 149-176.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas [SP]: Autores Associados, 2002.





## 8. MULHERES CONSTRUINDO A AGROECOLOGIA: CAMINHOS PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

*Rodica Weitzman<sup>1</sup>*  
*Vanessa Schottz<sup>2</sup>*  
*Maria Emília L. Pacheco<sup>3</sup>*

1 Doutora em Antropologia Social (PPGAS-MN/UFRJ), com pós-doutorado pelo IPPUR/UFRJ dentro da linha de pesquisa associada a “Conflitos Socioambientais.” Além de ser membro do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, integra o Grupo de Trabalho “Gênero e Ruralidades” (CPDA/UFRRJ) e o “NuAP – Núcleo de Antropologia da Política” (UFRJ, UFF). É Consultora autônoma para diversas organizações sociais no Brasil e na esfera internacional.

2 Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Professora do curso de Nutrição da UFRJ Macaé e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional (PPGSAN/UNIRIO). Integrante do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia.

3 Mestra em Antropologia Social (PPGAS-MN/UFRJ). Assessora da FASE- Solidariedade e Educação, Integrante do Núcleo Executivo e do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia.

## INTRODUÇÃO

A imensa biodiversidade nas regiões do Brasil, tanto de ecossistemas como de espécies protegidas historicamente pela diversidade étnica e sociocultural de seus povos, possibilitou o desenvolvimento de sistemas integrados e complexos de produção. O manejo e o enriquecimento dos ecossistemas naturais, os cultivos agrícolas de ciclo curto e/ou longo, as atividades de criação de pequenos animais, bovinos, equinos, ovinos e, em algumas regiões, especialmente na Amazônia, a coleta, pesca e caça, compõem esses sistemas. Há uma combinação distinta das atividades produtivas e seus significados também simbólicos em relação ao uso da terra e à gestão dos bens da natureza.

As práticas econômicas, sociais e culturais que se desenvolvem no interior desses sistemas de produção são condicionadas pelos impactos negativos do modelo agrícola vigente. Mas, também devem ser vistas como expressão da resistência dos povos com suas tradições culturais e modos de vida, informados pelas experiências e práticas transmitidas através das gerações, transformados e renovados nas lutas sociais pela afirmação de identidades socio-políticas e de proposição de políticas públicas. Uma análise que tenha como centro a complexidade e a diversidade dos sistemas de produção, combinando as abordagens econômica, de gênero e ecológica, permite dar visibilidade às questões políticas de extrema relevância para a luta por um outro modelo agrícola que respeite os direitos dos povos e assegure a soberania alimentar.

Os sistemas de produção caracterizam-se, em geral, pela presença de um componente chamado “*quintal*”, que recebe várias denominações no país. A grande diversidade aí presente evidencia a produção variada de alimentos como frutíferas, hortícolas de valor nutricional e medicinal, mas também de espécies madeiras, fibras, óleos, flores e matéria-prima para o artesanato, formando um conjunto. Em muitos lugares, são expressão de práticas agroflorestais, utilizadas há milênios pelas populações

tradicionais nos trópicos, que foram se desenvolvendo pela observação e experimentação. Incluir árvores em meio aos cultivos agrícolas, fazer consórcios de plantas, realizar plantio com base na sucessão natural de espécies e plantar frutíferas em torno das moradias são exemplos dessas práticas.

Historicamente, podemos dizer que esses espaços foram negligenciados pelos dirigentes políticos, pelos planejadores, pelas estatísticas oficiais, pelos administradores, pelos técnicos extensionistas de órgãos oficiais e, muitas vezes, também pelos técnicos de ONGs. Ao produzirem, sobretudo, valores de uso, ficaram *invisíveis* para a economia formal (CASTRO, 1995) e tornaram também invisíveis as mulheres, que desempenham um papel fundamental nos quintais enquanto experimentadoras de novas práticas e guardiãs dos produtos da sociobiodiversidade.

A pesquisa nacional “*Os quintais das mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil*” lança luz sobre os quintais e sobre a contribuição das mulheres rurais para a economia familiar e para a reprodução do seu agroecossistema (CARDOSO et al, 2019).

Orientadas pelo enfoque de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), buscamos analisar, neste artigo, algumas informações geradas a partir da aplicação das Cadernetas Agroecológicas (CAs), do Questionário de Caracterização Socioeconômica (QCS) e do Mapa da Sociobiodiversidade<sup>4</sup> junto a mulheres rurais em distintos contextos socioambientais e culturais que predominam em cada uma das quatro regiões (Amazônia, Sul, Sudeste e Nordeste) e seus respectivos biomas.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), fruto de um longo e rico processo de participação social que, poste-

4 Embora esses três instrumentos não tenham sido aplicados com todas as agricultoras que fizeram parte dessa pesquisa nacional, as fontes de informação são múltiplas, o que possibilita identificar diferentes dimensões dos sistemas agroalimentares e das expressões da sociobiodiversidade.

riormente, se materializou em uma Lei Orgânica (LOSAN), busca articular diferentes dimensões sociais, culturais, econômicas, ambientais e nutricionais que envolvem a alimentação<sup>5</sup>, alicerçada em dois princípios: o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Soberania Alimentar (BURLANDY, 2011; SCHOTZ, 2019).

Proposta pelos movimentos da Via Campesina, a Soberania Alimentar, entendida como o direito dos povos de decidir sobre seu próprio sistema alimentar e produtivo com vistas a garantir alimentação saudável, sustentável e culturalmente referenciada, coloca “aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares acima das exigências do mercado e das empresas” (Declaração de Nyeleni, 2007). Em sua construção histórica, o conceito de Soberania Alimentar ganhou novos sentidos nesse encontro de Nyeleni com a participação de mais de 500 organizações camponesas, de povos indígenas e comunidades tradicionais, movimentos de ecologistas urbanos e consumidores, dentre outras, quando foi incluída, com nitidez, a perspectiva de construção de novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais e gerações. Firmou-se o compromisso de continuar a luta para que “se reconheçam e respeitem os direitos e o papel das mulheres na produção de alimentos e a representação das mulheres em todas as instâncias de tomada de decisões”. (NYELENI, 2007).

Sob essa bandeira política estão articuladas várias lutas camponesas, indígenas e de comunidades tradicionais por terra, água, território e sementes. Assim, a defesa da Soberania Alimentar requer, necessariamente, um compromisso político com um projeto de sociedade antipatriarcal e antirracista, que tenha

---

5 “Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural econômica e socialmente sustentáveis.” (LOSAN – Art 3º)

centralidade no bem viver, na sustentabilidade ambiental e na vida humana (NOBRE, 2013; ANA, 2018).

Neste artigo, a análise busca exercitar um olhar feminista sobre os dados, partindo de uma concepção ampliada da alimentação enquanto um fenômeno que é, ao mesmo tempo, político, ecológico, sociobiocultural e historicamente derivado. Os alimentos e as comidas estão situados em um universo simbólico e devem ser compreendidos a partir de um sistema de significados que é culturalmente variável.

Na seção 2, “O papel ativo das mulheres nos usos sociais da agrobiodiversidade”, nos dedicamos a analisar o inventário dos produtos registrados nas Cadernetas Agroecológicas por 299 mulheres rurais (entre março de 2017 e fevereiro de 2018), a partir das seguintes dimensões de SSAN: diversificação dos arranjos produtivos; diversidade dos alimentos; destinação da produção e valorização e conservação da agrobiodiversidade.

Na seção 3, com o propósito de exemplificar como as mulheres, do ponto de vista étnico e social, representam esse espaço do quintal – que compõe um sistema integrado de relações e de transformação da natureza – tomamos alguns exemplos dos mapas desenhados em vários ecossistemas e biomas. Eles nos mostram as diferentes percepções em relação ao trabalho que realizam e aos alimentos que consomem e transformam, ao mesmo tempo em que ilustram as concepções de território enquanto expressão de identidades coletivas e modos de vida. Amplia-se, pois, o sentido inicialmente desenhado em relação à agrobiodiversidade. Por isso, denominamos essa parte do capítulo como “A representação dos territórios da sociobiodiversidade pelas mulheres.”

## ○ PAPEL ATIVO DAS MULHERES NOS USOS SOCIAIS DA AGROBIODIVERSIDADE

A imagem de um “prato colorido” repleto de alimentos diversificados “da época” – de variadas cores, texturas e sabores – é um reflexo dos princípios fundantes de sistemas alimentares socialmente e ambientalmente sustentáveis. Essa diversidade torna-se ainda mais visível nos sistemas alimentares que têm como base os princípios e as práticas agroecológicas. É um reflexo do lugar de destaque que o Brasil ocupa no mundo, uma vez que é o país que detém o maior grau de biodiversidade de flora e fauna do planeta, sendo mais de 103.870 espécies animais e 46.737 espécies de vegetais, das quais 40% são consideradas endêmicas (Convenção de Diversidade Biológica/ONU, 2020).

A sustentabilidade ambiental e social dos sistemas alimentares configura-se como um dos princípios do Guia Alimentar para População Brasileira (GAPB) (BRASIL, 2014). Considerado um dos mais avançados do mundo<sup>6</sup>, a versão atual do Guia – rompendo com uma visão estritamente biológica da alimentação como ingestão de nutrientes – reconhece que a alimentação adequada e saudável deve ser proveniente de sistemas alimentares baseados “na agricultura familiar, em técnicas tradicionais e eficazes de cultivo e manejo do solo, [...] no cultivo consorciado de vários alimentos combinado à criação de pequenos animais, no processamento mínimo de alimentos realizado pelos próprios agricultores ou por indústrias locais [...]” (BRASIL, 2014, p. 19).

---

<sup>6</sup> Em 2016, foi publicado pela FAO, em parceria com Food Climate Research Network, um relatório elaborado pela Universidade de Oxford que avaliou os guias alimentares de mais de 80 países. Fonte: FISHER, Carlos Gonzalez & GARNETT, Tara. Plates, pyramids and planets - Developments in national healthy and sustainable dietary guidelines: a state of play assessment. Food and Agriculture Organization of the United Nations and The Food Climate Research Network at The University of Oxford, 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i5640e.pdf>

### ***A multifuncionalidade dos quintais: espaços de experimentação, ensinamentos, doações e trocas***

A diversificação dos alimentos nos arranjos produtivos é um dos traços primordiais dos “quintais”, em comparação com outros espaços de produção dentro da propriedade rural que, muitas vezes, apresentam menos variações de espécies. De acordo com Pacheco (1997), os quintais podem ser compreendidos como espaços que compõem um sistema a partir de suas diversas zonas de manejo, onde as mulheres conjugam a criação de pequenos animais com a plantação de verduras, legumes, frutas, plantas medicinais e flores ornamentais, entre outros. Os quintais também podem ser concebidos como espaços ideais para a introdução e aclimatação de novas culturas, experimentação de inovações nos modos de produzir e transmissão de conhecimentos tradicionais para futuras gerações a partir de uma espécie de “saber-fazer”, na lida constante com os ciclos da natureza. É inegável que, no espaço do quintal e nas áreas próximas a ele, testemunhamos a experimentação de práticas agrícolas protagonizadas pelas mulheres a partir de um processo fenomenológico – “aprender fazendo” – no qual conhecimentos circulam e são continuamente renovados no interior das relações sociais. Há uma fluidez característica desses espaços, uma vez que são regidos por fluxos de “entradas” e “saídas” de insumos e recursos: tudo o que entra é aproveitado de algum modo; o que passa por eles é submetido a uma série de transformações.

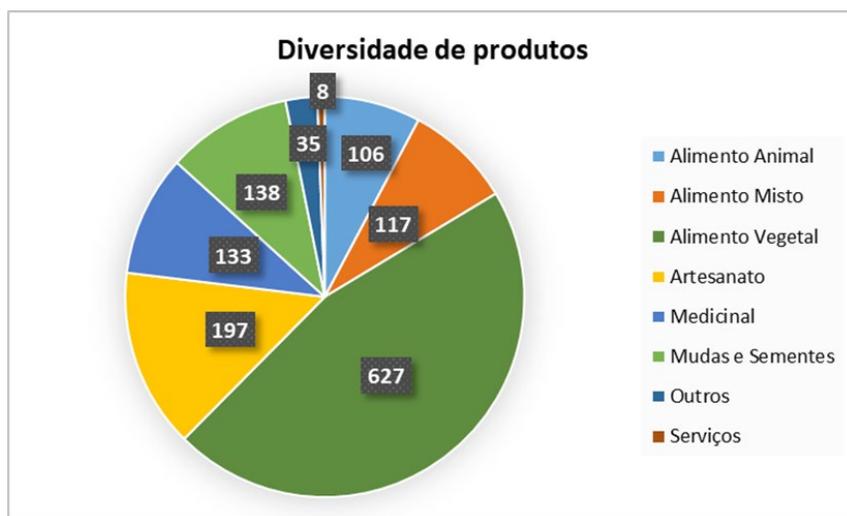
De fato, ao exercitar um olhar mais apurado sobre o conjunto de anotações<sup>7</sup> efetuadas pelas mulheres nas CAs, a diversidade produtiva é um aspecto que, de imediato, chama a atenção, uma vez que foram registrados, ao todo, 1.361 diferentes tipos

---

<sup>7</sup> É importante considerar a possibilidade de subnotificações nas anotações dos alimentos vendidos, consumidos, trocados e doados, uma vez que, para muitas agricultoras, o processo de anotação é uma prática nova, que vai se tornando um hábito com tempo. Nas regiões nas quais existe um processo de acompanhamento mais sistemático das agricultoras, especialmente por meio de reuniões coletivas e processos de formação, a tendência é que as mulheres esclareçam suas dúvidas e consigam anotar com mais assiduidade, nas diversas colunas, ao longo do processo vivido.

de produtos (alimentos, plantas medicinais, mudas, sementes, artesanatos, entre outros), dos quais 850 (63%) correspondem a alimentos<sup>8</sup> (Gráfico 1).

Gráfico 1: Diversidade de produtos registrados pelas mulheres nas Cadernetas Agroecológicas



No que se refere à destinação dessa produção (venda, consumo, troca ou doação), a análise das Cadernetas Agroecológicas aponta para a relevância das relações econômicas de natureza não monetária: i) 40,2% do valor total da produção, estimado pelas próprias mulheres, é atribuído às práticas de autoconsumo, troca ou doação; ii) todas as participantes da pesquisa, em maior ou menor medida, promoveram a doação e/ou troca de sementes, mudas e alimentos durante o período das anotações.

Cabe destacar, aqui, que essas relações de troca, doação e autoconsumo são de enorme importância, desde a perspectiva da

<sup>8</sup> Utilizamos, no gráfico 1, a mesma classificação de alimentos adotada no âmbito da pesquisa: a) alimentos de origem vegetal; b) alimentos de origem animal; c) alimentos mistos para os casos em que as preparações culinárias utilizam tanto ingredientes de origem vegetal quanto de origem animal, como, por exemplo, bolos ou caldos.

economia feminista, a partir dos enfoques de SSAN e da conservação da agrobiodiversidade. Ao colocar no centro a sustentabilidade da vida, a economia feminista questiona a visão androcêntrica que limita a economia às relações monetizadas, chamando a atenção para a existência de outros mecanismos econômicos, muitos dos quais representam uma espécie de “economia indireta”, e que estão baseados na solidariedade, na reciprocidade e na reprodução social (MORENO, 2013).

Nessa perspectiva, Jancz et. al (2018) destacam as diferentes lógicas e motivações que orientam as práticas econômicas das mulheres rurais:

Quando olhamos para as práticas econômicas das mulheres rurais, fica evidente que a economia é muito mais do que é vendido no mercado. Para além da produção para o mercado, ela envolve práticas como doações, trocas e produção para o autoconsumo. Os tempos e as motivações para cada uma dessas práticas são diferentes. A produção para o consumo da família, para a troca e para a doação segue a lógica de valorizar a qualidade do que é produzido, relacionado com a qualidade de vida e os alimentos saudáveis. Já o dinheiro é necessário para garantir os custos de vida, como as despesas de energia, transporte e moradia, por exemplo, mas também é preciso considerar que vivemos numa sociedade que cria cada vez mais necessidades (JANCZ et. al, 2018 p. 17).

As práticas de doação ou troca de alimentos, mudas e sementes entre vizinhas possibilitam a propagação das espécies nos territórios, o que contribui enormemente para a preservação da agrobiodiversidade nos diversos espaços de plantação.

Embora essas relações não monetárias tendam a ser subnotificadas, é inegável que essas práticas fazem parte de uma tradição milenar, na base de processos de sociabilidade e convivência social entre

parentes, vizinhas/os e moradoras/es de comunidades próximas que incidem sobre a promoção de uma rede de abastecimento local. Essa rede de abastecimento local, enraizada nos territórios, garante o autoconsumo e se constitui como uma das estratégias de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional. Tal rede se fortalece não apenas a partir das visitas entre as casas e quintais, mas também no âmbito de intercâmbios e encontros na própria região ou em outras regiões do país, como podemos testemunhar nas manifestações culturais expressivas, como “festas de sementes” ou “feiras de saberes e sabores”, sendo essa última atividade um dos destaques de alguns eventos periódicos de articulação política, como os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA).

### ***Diversidade Alimentar e Conservação da Agrobiodiversidade***

Para caracterizar a riqueza e a diversidade de alimentos produzidos pelas mulheres que participaram desta pesquisa, optamos por analisar os dados referentes às frutas, dentre os quais enfatizamos: i) diversidades de espécies; ii) variedades intraespécies; iii) diversidades de produtos beneficiados (processamento ou preparações culinárias). Essa escolha se deve ao fato de as frutíferas se apresentarem com maior expressão nos quintais agroecológicos nos diferentes biomas<sup>9</sup>.

É notória a diversidade registrada pelas mulheres nas Cadernetas, especialmente os alimentos de origem vegetal “in natura” ou “minimamente processados”<sup>10</sup>, recomendados pelo Guia Alimentar (BRASIL, 2014, p. 125) como a “base ideal para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável”.

<sup>9</sup> Lunz (2007), Gaziel Filho (2008), Florentino et. al (2008), Leite e Gomes, et. al (2016).

<sup>10</sup> Segundo o Guia Alimentar, os alimentos “in natura” são aqueles obtidos diretamente de plantas ou animais. Já os alimentos minimamente processados são aqueles alimentos que passaram por processos de limpeza, remoção de partes comestíveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pasteurização, refrigeração, congelamento ou outros processos similares (BRASIL, 2014).

Cabe, aqui, destacar que a versão atualizada do Guia passou a classificar os alimentos segundo o grau e a finalidade do processamento: i) alimentos in natura/minimamente processados; ii) ingredientes culinários (sal, açúcar, óleos e gorduras); iii) processados (alimentos adicionados de sal, açúcar ou outra substância de uso culinário); iv) ultraprocessados (formulações industriais obtidas a partir de diversas etapas, com uso de algumas técnicas, como a adição de substâncias de uso industrial). Quanto mais processado for um alimento, maiores os impactos sobre a saúde, a cultura alimentar e o meio ambiente (BRASIL, 2014).

Vale ressaltar que o processamento mínimo – prática muito comum entre as mulheres rurais e que também observamos nas anotações das Cadernetas – possibilita a conservação dos alimentos por mais tempo sem acarretar perdas excessivas no seu valor nutricional, além de ampliar ainda mais a diversidade alimentar.

No quadro 1 é apresentada, por região, uma listagem com as diferentes espécies de frutas que foram registradas nas Cadernetas. Olhando para as regiões, percebe-se, no Nordeste, 33 tipos de frutas; na Amazônia são 55 tipos de frutas; no Sul são 33 tipos de frutas; e no Sudeste, 38 tipos de frutas. A região Amazônica lidera essa listagem, mostrando uma diversidade maior de frutas, seguida pelas regiões Sudeste, Nordeste e Sul.

Quadro 1: Diversidade de espécie de frutas, por região, registradas na Caderneta Agroecológica

REGIÃO	FRUTA
Nordeste	abacaxi, acerola, ameixa, amora, araçá, ata, banana, cacau, goiaba, cajá, cajá-umbu, caju, carambola, coco, cupuaçu, fruta-pão, graviola, jabuticaba, jaca, jambo, laranja, macaíba, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, mexerica, morango, pitanga, pitomba, tamarindo, umbu.
Amazônia	abacaxi, açai, acerola, ameixa, ananás, ata, babaçu, bacaba, bacuri, bacupari, banana, buriti, cacau, cajá, cajarana, caju, cajú, camapu, carambola, coco, cupuaçu, fruta-pão, goiaba, graviola, ingá, jabuticaba, jaca, jambo, jenipapo, juçara, laranja, lima, limão, maçã, mamão, mamão verde, maná-cubiu, manga, maracujá, mari, melancia, melão, mexerica, miriti, murici, pequi, piquiá, pitomba, sapucaia, tangerina, tanja, taperebá, toranja, tucumã, uxi.
Sul	abacaxi, acerola, ameixa, amora, araçá, banana, camapu, caqui, carambola, caxi, figo, goiaba, guabiroba, ingá, jabuticaba, laranja, lima, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, melancia, melão, mexerica, morango, nêspira, pera, pêssego, romã, tangerina, uva.
Sudeste	abacaxi, açai, acerola, ameixa, amora, banana, cacau, cajá, caju, caqui, carambola, coco, cupuaçu, figo, fruta do conde, goiaba, graviola, jaca, jabuticaba, jambo, jenipapo, laranja, lichia, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, maná-cubiu, melancia, mexerica, pêssego, pitaia, pitanga, romã, seriguela, tangerina.

Em alguns casos, os registros efetuados pelas mulheres também incluíram as variedades das espécies de frutas<sup>11</sup>, o que reforça o potencial dos quintais para a conservação da agrobiodiversidade (Quadro 2). Por exemplo, no Sudeste foram anotadas 10 (dez) variedades de bananas, 10 (dez) no Nordeste, 5 (cinco) no Norte e 4 (quatro) no Sul.

<sup>11</sup> Optamos por utilizar as terminologias nativas, ou seja, os nomes das variedades atribuídos pelas próprias mulheres.

Quadro 2: Variedades de espécies de frutas, por região, registradas nas Cadernetas Agroecológicas

REGIÃO	FRUTA	VARIEDADE
Nordeste	Banana	china, coruda, banana-da-terra, banana-d'água, dindim, banana-farinha, banana-maçã, misura; pacovã; prata.
	Laranja	bahia, cravo, lima, mimo.
	Melão	melão-de-cheiro, melão-pepino.
Amazônia	Banana	comprida, maçã, pacovã, prata, roxa.
	Manga	fiapo, rosa.
	Laranja	japonesa.
	Limão	galego.
Sul	Banana	graúda, maçã, nanica, prata.
	Figo	figo-da-Índia, verde.
	Laranja	bahia, cooper, lima, pera, umbigo, poncan.
	Limão	rosa, tati.
	Mexerica	morgote, poncan.
	Uva	branca, roxa.
Sudeste	Banana	caturra, ouro, pacovã, banana-pão, santomé, banana-da-terra, banana-maçã, nanica, prata, são domingo.
	Laranja	bahia, lima, serra d'água, cristal, pera.
	Limão	doce, rosa, taiti, galego.
	Manga	coquinho, espada, palmer.

É importante pontuar que os problemas ambientais que têm se acentuado nos últimos 10 anos – crise climática, contaminação da água, do ar e do solo, desertificação e desmatamento – têm tido uma influência direta sobre a disponibilidade de alimentos. Atualmente, 1.173 espécies da flora brasileira são ameaçadas de extinção em função de fatores invasivos, como a expansão de monocultivos e a construção de grandes projetos de infraestrutura (Convenção de Diversidade Biológica/ONU, 2020).

Especificamente em relação aos alimentos, o movimento *Slow Food*<sup>12</sup> desenvolveu um catálogo mundial, chamado “Arca do Gosto”, que inventaria os produtos que se encontram ameaçados de extinção biológica e cultural<sup>13</sup> e que devem ser preservados. Pertencem à cultura, à história e às tradições gastronômicas das comunidades e é importante redescobri-los e valorizá-los para apoiar economias locais. No caso brasileiro, a Arca do Gosto já identificou 186 produtos. O Quadro 3 apresenta a lista de 22 frutas registradas nas Cadernetas que são consideradas ameaçadas pela Arca do Gosto.

### Quadro 3: Lista de frutas registradas na Caderneta Agroecológica e consideradas sob ameaça de extinção pela Arca do Gosto

ananás, araçá, babaçu, bacaba, bacuri, bacupari, buriti, cajuí, camapu, fruta-pão, guabiroba, ingá, jenipapo, juçara, maná cubiu, murici, pequi, piquiá, pitanga, pitomba, umbu, uxi

12 *Slow Food* é um movimento social de âmbito mundial que tem como princípio básico “o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores” (site do *Slow Food*: <http://www.slowfoodbrasil.com>).

13 São adotados vários critérios para a seleção e inclusão dos produtos na Arca do Gosto: (i) apresentar características qualitativas das espécies domésticas, ou espécies selvagens e produtos beneficiados que são expressão de saberes rurais e artesanais complexos; (ii) ter qualidade sensorial especial definida pelas tradições e usos locais; (iii) ser ligado a um território e à memória, identidade e saberes locais tradicionais de uma comunidade; (iv) apresentar risco de desaparecimento com produção mais limitada. Há um formulário de inscrição com várias informações que são analisadas por comissões do *Slow Food*. (MAKUTA, 2018).

Ainda em relação às frutas, outro aspecto que merece ser destacado a partir da análise das Cadernetas diz respeito à diversidade de novos produtos (minimamente processados e preparações culinárias) que são obtidos a partir do beneficiamento: polpas, sucos e licores, doces e compotas, bolos e balas, geleias e chimias<sup>14</sup>, óleos e azeites.

Se observarmos as diferentes regiões, vamos constatar que no Nordeste temos 11 frutas transformadas em polpa<sup>15</sup>, enquanto na Amazônia são 18; no Sul, 2; no Sudeste, 1. Na categoria de sucos: no Nordeste: 8; na Amazônia: 11; no Sul: 2; no Sudeste: não houve registro. Na categoria de doces: no Nordeste, 10; na Amazônia, 8; no Sul, 10; no Sudeste, 11. É interessante observar que, nas categorias de polpas e sucos, a Amazônia demonstra maior variedade, seguido pela região Nordeste. No caso dos doces, vemos que o Sudeste tem a maior variedade, seguido pelas regiões Nordeste e Sul, com a Amazônia em último lugar. Isso gera uma reflexão sobre o maior envolvimento das agricultoras no Sul em algumas atividades de beneficiamento das frutas, como a produção das geleias (ou chimias, de acordo com a terminologia nativa), compostas por 9 frutas diferentes. No caso do Nordeste, vale ressaltar outros alimentos fabricados a partir das frutas que foram registrados nas outras regiões, como balas, mingaus, vinhos e licores.

Com base no processamento caseiro ou de pequenas agroindústrias e nas preparações culinárias, podemos vislumbrar como, a partir de um “alimento base”, diversas derivações são geradas, resultando em uma ampla gama de produtos e de novos sabores (bolos, biscoitos, farinhas, doces, geleias e assim por diante). Além das frutas, essa tendência se torna visível nas anotações de outros alimentos de origem vegetal feitas pelas mulheres, como é

14 A chimia é um doce muito parecido com a geleia, mas é um pouco mais consistente. É produzido na Região Sul.

15 A polpa é obtida a partir do esmagamento das partes comestíveis da fruta, sendo, em seguida, congelada.

o caso de mandioca, – cujo cultivo é visível em todo o território nacional – produto usado por inteiro, da casca à polpa, em diversos derivados, como farinhas, biscoitos, bolos e tapiocas.

A partir dessas múltiplas criações culinárias, a capacidade criativa das mulheres agricultoras, que manipulam esses alimentos e possibilitam sua transformação, é revelada a pleno vapor, configurando-se como uma estratégia importante para a garantia da diversidade de sabores e sabores na alimentação cotidiana, além de evitar perdas e desperdícios.

Outro aspecto relevante é que muitas dessas iniciativas são realizadas no plano coletivo, de modo que representam formas espontâneas de auto-organização das mulheres no âmbito comunitário. Tais iniciativas locais constituem-se como embriões de pequenas “agroindústrias” que, se fossem consideradas como foco de investimentos de políticas públicas de crédito e custeio (como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) ou de compras públicas (como o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA ou Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio<sup>16</sup>), poderiam ser estruturadas de tal forma que se tornariam empreendimentos com um retorno econômico significativo para as mulheres que protagonizam esses processos e para seus familiares.

Em resumo, é possível concluir que alimentos que passam por um processo de beneficiamento em graus mínimos contribuem tanto para a garantia da segurança alimentar e nutricional das mulheres e suas famílias, quanto para o fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos que contribuem para a economia local a partir de processos de organização social.

16 PGPMBio é uma política que valoriza as práticas extrativistas das comunidades tradicionais, especialmente aquelas localizadas nos biomas de Cerrado e Amazonas, ao garantir preços mínimos para 17 produtos da sociobiodiversidade. Em 2018, PGPMBio completou 9 anos de sua operacionalização, com mais que \$49 milhões transferidos para os grupos beneficiados. (CONAB, 2017).

## **A REPRESENTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE PELAS MULHERES**

São múltiplas as funções desempenhadas pelas mulheres a partir de sua circulação pelos diversos espaços que compõem os agroecossistemas, o que permite nos aproximarmos de sua percepção sobre um dos seus componentes – o “quintal”.

Muitas maneiras têm sido usadas para definir um agroecossistema. Sua delimitação tem sido objeto de várias interpretações. Para Altieri, por exemplo, são sistemas agrícolas dentro de pequenas unidades geográficas e incluem as interações entre pessoas e recursos para a produção de alimentos em uma propriedade ou área específica (ALTIERI, 2012). Gliessman (2000) fala dos limites espaciais como algo arbitrário, mas o considera como equivalente a uma unidade produtiva rural individual, embora chame atenção para sua relação com o mundo social e natural circundantes.

Na abordagem do Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas adotado pela Articulação Nacional de Agroecologia, o agroecossistema é definido como “unidade social de apropriação e conversão de bens ecológicos em bens econômicos” (ANA, 2017 p.32). Embora essa caracterização não contemple a inclusão dos bens simbólicos, ela amplia as dimensões contidas no debate ao identificar, além da delimitação do estabelecimento familiar, o reconhecimento das áreas de uso comunitário em determinados contextos. Ademais, ela chama atenção para a configuração dos territórios e para a gestão dos bens comuns.

Esse é o desafio: contemplar a diversidade de sistemas agrícolas complexos construídos historicamente em uma sociedade pluriétnica. Em todos os biomas há etnias indígenas. São cerca de 704 Terras Indígenas no Brasil, que constituem 12,6% do território nacional, povoadas por 896.900 pessoas indígenas, que são falantes de 180 línguas (Convenção de Diversidade Biológica/ONU, 2020, p. 123; MMA, 2017, p. 21 & 59). Ademais, no Brasil, há em torno de 5.000 a 6.000 comunidades quilombolas, das

quais 2.997 são certificadas pela Fundação Palmares (Convenção de Diversidade Biológica/ONU, 2020, p. 123). É importante ressaltar que as comunidades quilombolas são reconhecidas em seu direito ao território desde a Constituição de 1988.

Ainda testemunhamos uma ampla gama de comunidades tradicionais que abrigam diferentes categorias identitárias que se reproduzem historicamente: ribeirinhos/as, gerazeiras/os, pescadoras/es, vazanteiras/os, quebradeiras de coco babaçu, mangabeiras, colhedoras de flores, andirobeiras, e tantas outras, assim identificadas, apenas desde 2007, e formalmente reconhecidas com o Decreto nº 8.750/2016. Esses grupos desenvolvem estratégias diferenciadas *em terras tradicionalmente ocupadas* para lidar com as condições ambientais, fazendo aportes significativos na conservação e no manejo da agrobiodiversidade. Seus territórios são caracterizados “como espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (Decreto 6.040:2007).

Essas características refletem na percepção das mulheres. Há uma relação entre os quintais e os espaços que os rodeiam – matas, paisagens, florestas e rios, nos quais plantas alimentícias e medicinais são coletadas, e, em alguns contextos, nos quais se pratica a pesca e a caça. Elas apresentam uma visão singular sobre o território e revelam seu conhecimento profundo sobre os recursos naturais dos vários ambientes.

Historicamente, as mulheres têm atuado como “guardiãs dos produtos da sociobiodiversidade”, o que não apenas diz respeito ao seu empenho na inovação de métodos de plantação, mas também nos remete ao seu engajamento nas práticas de coleta, pesca e caça, e às interações sociais a partir das quais estreitam os elos familiares e de vizinhança, envolvendo a troca e doação e o engajamento sócio-organizativo.

Ao mesmo tempo, as pressões exercidas sobre a gestão das terras com a crescente disputa dos recursos naturais, além da flexibilização de políticas de regularização fundiária e ambiental, abrem caminhos para a transferência de terras classificadas como “públicas” ou de “uso comum” para empresas privadas.

A título de exemplo, podemos citar a aprovação da lei nº13.465/17, que tem favorecido a apropriação de terras de domínio coletivo para finalidades do setor privado, a partir de um processo agressivo de mercantilização das terras. Além disso, os processos de “grilagem” de terras (“*land grabbing*”) e a implantação de obras hidrelétricas, projetos de mineração e monocultivos do agronegócio provocam a expropriação territorial com um impacto incomensurável sobre as populações e as relações que constroem com a natureza e os alimentos.

Vários territórios nos quais as mulheres fizeram uso das Cadernetas Agroecológicas estão sob fortes ameaças ambientais e fundiárias e sofrem pressões por parte de diversas empresas privadas, o que tem um reflexo direto sobre os sistemas agroalimentares.

A proposta do Mapa da Sociobiodiversidade foi elaborada como exercício político pedagógico para mostrar os espaços nos quais as mulheres são protagonistas, construindo sua autonomia e se reconhecendo como geradoras de conhecimentos, produtos agrícolas, bens culturais, e como promotoras da garantia e soberania alimentar nas propriedades. Em resumo, a proposta buscou revelar as relações de poder e a divisão sexual do trabalho, evidenciando a lógica patriarcal (JALIL et al., 2019). Para sua concretização, foi elaborada uma proposta metodológica para o desenho dos mapas e para sua interpretação pelas mulheres (CARDOSO, 2019). Apesar do estabelecimento dessa metodologia, sua aplicação se deu de forma distinta.

Em nossa breve análise, sem pretender detalhar os vários objetivos da proposta, buscamos tão somente mostrar que a perspectiva étnico-social associada à visão holística das mulheres contribui para ressignificar a caracterização e delimitação dos agroecossistemas.<sup>17</sup>

### ***Povos indígenas e agroextrativistas na Amazônia***

Na Amazônia, os estudos têm revelado a importância dos *quintais agroflorestais*. Suas denominações variam. Chama-se “*miscelânea*” na região do Rio Negro e Rio Solimões. Em municípios do estado do Amazonas, esse sistema é denominado de *pomar caseiro* devido à predominância de frutíferas, mas recebem também a denominação de “*sítio*”, “*quintal*”, “*terreiro*”, “*horta familiar*”.

A grande variedade de clima, ciclo hidrológico, relevo e umidade condicionou a formação de vários ecossistemas na Amazônia, dentre os quais: floresta de terra firme, floresta de várzea, floresta de igapó, savanas, campinaranas. Nas savanas de Roraima, conhecidas como “*lavrado*”, há um mosaico de vegetação com diferentes graus de cobertura arbórea-arbustiva com “*ilhas*” de floresta, matas de galeria e buritizais.

Aí habita o povo indígena Wapichana e outras etnias. Na comunidade indígena Jacamim, no município de Bonfim, o “quintal” (Figura 1) é apresentado como um *continuum* entre a moradia e os caminhos para outras casas, o percurso para a “roça”<sup>18</sup> e as árvores nativas. É uma representação da “*ecologia da paisagem*”, da qual nos fala Diegues (1999). Ela expressa a relação com o território, como uma porção da natureza e espaço sobre a qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos os direitos de acesso, uso e controle dos recursos naturais que deseja ou é capaz de utilizar: os meios de subsistência, os meios de trabalho e as relações sociais. (GODELIER, 1984).

17 Trata-se de um exercício aproximativo e preliminar, que deve ser aprofundado no processo de aperfeiçoamento da proposta das Cadernetas Agroecológicas.

18 Espaço dedicado para o cultivo da mandioca consorciado com outros alimentos.

No autoconsumo, destacam-se as atividades de caça: tatu, paca, queixada, cutia, mutum, kujubi (jacu), mostrando a relação com a floresta. Há também destaque para o peixe, que expressa a relação com as águas, e a criação dos animais, tais como galinha, pato, porco.

A mandioca, o alimento básico e mais tradicional, é consumida na forma natural e em alimentos preparados, tais como a farinha, o beiju, a tapioca, o tucupi<sup>19</sup>, a carimã<sup>20</sup>, e na preparação de bebidas como o caxiri<sup>21</sup>, servido tanto cotidianamente como por ocasião de solenidades. São igualmente importantes as atividades de coleta da bacaba e do buriti e o cultivo dos tubérculos além da mandioca, como a batata doce e o inhame. A lógica que preside essa organização do sistema tradicional é o autoconsumo. A venda de produtos é pouco significativa.

Figura 1 – Amazônia – Comunidade indígena



19 Tucupi é extraído da raiz da mandioca descascada, ralada e espremida, tradicionalmente no “tipiti”. O caldo descansa para separar do amido e depois é cozido e fermentado para ser usado como condimento, em geral junto com pimenta.

20 Forma de preparo da farinha de mandioca.

21 Bebida feita da mandioca fermentada.

Como nos diz Diegues (1999), é importante levar em conta que, na cosmologia indígena, a “natureza” e outros conceitos como “*ecossistema*”, tal como a ciência ocidental entende, não são domínios autônomos e independentes, mas fazem parte de um conjunto de inter-relações. E a diversidade não é vista como “*recurso natural*”, mas como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado em uma complexa cosmologia. Nesse sentido, é possível falar em uma etnobioidiversidade, isto é, a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira como selvagem e intocada. De certa maneira, ainda que em graus e qualificações distintas, essas percepções se aplicam também às comunidades ribeirinhas amazônicas, caiçaras e outras onde a influência da cultura indígena é importante.

Figura 2 – Amazônia – Comunidade agroextrativista



O desenho da Figura 2 mostra a caracterização de um sistema agroflorestal das populações tradicionais agroextrativistas com diversidade dos espaços de uso múltiplo. As áreas de uso comum, próprias das terras tradicionalmente ocupadas, aparecem na definição do trabalho da agroextrativista que não se limita ao

espaço no entorno da casa. Na faixa de terra firme está a casa com a criação de animais, horta e algumas frutíferas. Interessante observar as paisagens que se separam pela linha para mostrar o sistema agroflorestal e a relação terra firme e várzea, onde predomina o açai. Um estudo sobre o manejo tradicional dos agroecossistemas na Ilha do Capim, no Pará, por exemplo, mostra sua estruturação a partir da relação entre os espaços terra firme e várzea, o espaço das águas (baías, furo, igarapés, rios), formando cinco zonas de paisagem com características muito próprias do campesinato agroextrativista da Amazônia (AZEVEDO, 2018). Estudos como esse se constituem como um convite para um aprofundamento do conhecimento dos agroecossistemas, relacionando a perspectiva da soberania alimentar e feminista.

### ***Nos caminhos da caatinga e do agreste***

No Nordeste, os quintais agroflorestais têm sido considerados como subsistemas de uso da terra que possuem grande importância socioeconômica, cultural e ambiental, principalmente no semiárido brasileiro, onde as dificuldades são agravadas pelas condições edafoclimáticas típicas da região (FREITAS, 2009).

Um interessante estudo realizado em 22 unidades produtivas em São João da Várzea, no Rio Grande do Norte, sobre a percepção do quintal pelos agricultores familiares, identificou 15 espaços<sup>22</sup> de uso integrados, com área de transição e de sobreposição entre eles, podendo o mesmo local receber diferentes denominações e funções, bem como espaços com diferentes funções serem denominados como sinônimos, dentro e entre as unidades produtivas estudadas. A análise recortou os espaços da *“horta”, “jardim”, “chiqueiro”, “terreiro de frente”, “terreiro”, “oitão” e*

22 Esses espaços são denominados: quintal, fundo da casa ou muro, terreiro, terreiro da frente, frente, frente de casa ou “pé de porta”, “oitão” ou beco, jardim, horta ou canteiro, roça ou roçado, “baixio” ou “croá”, beira do rio ou “beíço do rio”, “capineira”, mata, mato ou “manga”, “faxina”, curral, “cercado” ou estábulo, chiqueiro, chiqueiro de galinhas, chiqueiro de ovelhas ou chiqueiro de porcos e “monturo”, lixeiro ou “cisqueiro.”



Figura 4 – Nordeste – Agricultura Familiar



Tomamos dois exemplos de Mapas do Nordeste. No desenho da Figura 3 vemos com destaque as tecnologias sociais – cisterna para água de consumo humano e cisterna calçadão para a segunda água de produção –, fundamentais para diminuir a penosidade do trabalho das mulheres. Há uma representação de um quintal agroflorestal<sup>23</sup>.

Há uma diversidade dos alimentos produzidos e registrados na Caderneta Agroecológica (Figura 4). Mas há uma distinção clara entre os alimentos consumidos e vendidos, os quais são uma expressão da cultura alimentar. Entre os alimentos vendidos, no que se refere às hortaliças, estão a rúcula, o espinafre,

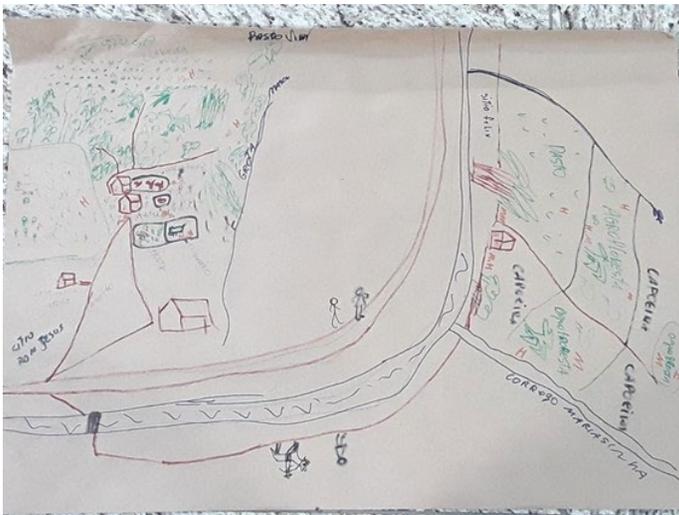
<sup>23</sup> O mapa não está acompanhado do questionário e dos dados da Caderneta, o que limita a descrição da diversidade de plantas representada.

a cenoura, e o rabanete, que não se incluem entre os alimentos consumidos. Entre os consumidos têm destaque: as frutas, como banana, maracujá, cajá e laranja; os tubérculos, como a macaxeira e batata doce; e as verduras, como quiabo e couve, além do feijão. As galinhas e os ovos são destacados tanto no autoconsumo quanto na venda. As anotações na Caderneta entre abril e novembro de 2017 mostram o equivalente a R\$ 373,00 para o autoconsumo, R\$ 7.070,00 para a venda, R\$ 64,00 para doação e R\$ 96,00 para troca.

Esse exemplo nos convida a aprofundar o debate sobre a relação entre o atendimento à demanda de mercado e a cultura alimentar, tendo em vista os sentidos das doações e das trocas integradas à lógica da economia de reciprocidade do campesinato. Também exercemos um olhar aguçado sobre esses processos em consonância com os princípios da economia feminista sobre o sentido do autoconsumo e a reprodução da vida.

## COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO SUDESTE

Figura 5 – Sudeste – Comunidade Quilombola



Na comunidade quilombola de Ribeirão Grande-Terra Seca, no município de Barra do Turvo, na região do Vale do Ribeira, em São Paulo, também vemos traçados os caminhos que mostram uma percepção da comunidade sobre a dimensão territorial onde se insere a unidade familiar. Capoeira, agrofloresta, sítio, córrego, pasto e grota aparecem e são constitutivos da organização do espaço (Figura 5). Expressam a percepção de território para além da unidade familiar. A relação entre o que se vendeu e o que se consumiu, traduzida em termos monetários durante um ano, equivale a um total de R\$ 2.228,85 em produtos consumidos e R\$ 3.004,00 em produtos vendidos. Mas, essa expressão não dá conta efetivamente de traduzir o que significa cerca de 80 variedades consumidas, enquanto as variedades vendidas se concentram em um número bem menor.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar as múltiplas funções exercidas pelas 299 mulheres agricultoras familiares, agroextrativistas, quilombolas e indígenas que fizeram uso das Cadernetas Agroecológicas nas 4 regiões do Brasil.

Elas constroem relações diferenciadas com a terra e os recursos naturais nos seus trânsitos por diversos espaços que caracterizam os diferentes agroecossistemas. São experimentadoras de novas práticas agrícolas e alimentares e são educadoras que sensibilizam as/os outras/os a partir de uma ética de “cuidado.”

Elas influenciam a composição dos arranjos produtivos, contribuindo para a diversificação das espécies dos alimentos – um dos princípios da Agroecologia enquanto ciência e prática social.

Estudos e pesquisas mostram que, na maior parte das famílias rurais, são as mulheres que se empenham na transição agroecológica e introduzem inovações nos processos produtivos. Em

muitos casos, suas práticas acarretam conflitos intrafamiliares, em razão da resistência dos homens (maridos e filhos) em aceitar mudanças no modelo de produção agrícola, por considerarem ser mais onerosas e menos lucrativas. As mulheres, de forma recorrente, são as primeiras a coordenar processos produtivos dentro da lógica da diversificação, buscando formas de plantar “um pouco de tudo”, de forma “misturada” nos diversos espaços de produção agrícola, além de buscar práticas sustentáveis que aproveitem integralmente os recursos locais e que não impactem o meio ambiente.

Além disso, essa capacidade de cuidar da diversificação de espécies de alimentos se expressa por meio da propagação de mudas e sementes quando as mulheres se engajam em trocas e doações. Inegavelmente, esse conjunto de conhecimentos e práticas que fazem parte de um trabalho imensurável de “cuidados”<sup>24</sup> que não se contabiliza são legados que elas deixam para as próximas gerações. Assim, os saberes tradicionais sobre arranjos produtivos e métodos de plantação, além dos seus ensinamentos sobre os valores dos alimentos e suas múltiplas funções na alimentação cotidiana, perduram ao longo do tempo, fazendo parte da transmissão transgeracional.

Elas desenvolvem esse papel de “educadoras” junto a diversos públicos – filhas/os, vizinhas/os e outros familiares – nos próprios quintais e nos outros espaços produtivos. Quando as mulheres vendem produtos na comunidade (“porta a porta”) ou os levam para feiras, elas também estão se engajando em processos pedagógicos, socializando seus saberes a partir dessas interações, uma vez que, para “vender” produtos agroecológicos – in natura ou minimamente processados – é importante demonstrar seu di-

---

24 A partir da ótica da Economia Feminista, partimos do pressuposto de que o “trabalho de cuidados” se refere às múltiplas tarefas que as mulheres desempenham para cuidar de outras/os, especialmente os grupos mais vulneráveis (crianças, idosas/os) e do seu entorno, fazendo parte da esfera da “reprodução social.” Esses trabalhos voltados para a “produção do viver” não são considerados na lógica calculista e mercantil da economia neoclássica, embora sejam cruciais para garantir a sustentabilidade da vida humana. (CARRASCO, 2017)

ferencial, pois, de algum modo, esse processo de convencimento é importante para as transações de venda.

Também, vemos que os circuitos curtos de comercialização, como as feiras, além de serem espaços fundamentais para a sociabilidade ao nível local, estreitando os vínculos entre as/os produtoras/es e consumidoras/es, dão visibilidade para os aportes das mulheres nos processos de sensibilização sobre o sentido cultural e ecológico dos produtos vendidos, para além do valor monetário.

A análise das Cadernetas demonstrou, também, a capacidade ímpar das mulheres de transformar os alimentos a partir da utilização de diferentes técnicas de processamento mínimo e das preparações culinárias que resultam em novas texturas e sabores e, ao mesmo tempo, conseguem preservar suas qualidades nutricionais e aumentar sua durabilidade. A riqueza e a diversidade de preparações mostram o quanto elas se empenham diariamente na criação de receitas culinárias.

Outra questão que merece ser foco de nossas reflexões diz respeito à diversidade das formas de combinação dos componentes dos sistemas de produção e uso da terra e da gestão dos recursos naturais – expressões significativas da diversidade étnico-social das mulheres agricultoras familiares, agroextrativistas, quilombolas, indígenas.

A imbricada interação dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais com os ciclos e processos naturais e os saberes associados são um convite para o estabelecimento das relações entre a abordagem agroecológica, a etnoecologia, a geografia ambiental e o manejo dos ecossistemas naturais ou etnoconservação (FÁVERO; PACHECO, 2013). O exercício das Cadernetas Agroecológicas, combinadas com a elaboração dos Mapas e Questionários em distintos contextos socioculturais e ecológicos, representam um convite para um aprofundamento desse debate numa perspectiva feminista.

Não será possível construir alternativas reais e transformadoras se as mulheres não forem consideradas sujeitos de pleno direito e se não trabalharmos para sua autonomia e para uma verdadeira igualdade nas relações sociais. Assim como se introduzem a economia ecológica ou ambiental nas novas alternativas, também a economia feminista é fundamental para a construção de outros mundos mais justos.

Entendemos, também, que é fundamental que o Estado assuma seu papel como promotor de políticas públicas que afirmam os múltiplos papéis que as mulheres desempenham nos seus diversos agroecossistemas, levando em consideração os distintos contextos socioculturais e ecológicos. Tais políticas deveriam fomentar a produção protagonizada pelas mulheres nos seus quintais e nas suas iniciativas culinárias – muitas delas nomeadas de pequenas agroindústrias – ao mesmo tempo em que buscam soluções duradouras que garantem a divisão justa de trabalho doméstico e a socialização dos cuidados.

### AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial para Luiza Carolina da Silva, integrante do Núcleo Jurema – Feminismos, Agroecologia e Ruralidades/UFRPE, por seu apoio na organização dos materiais que subsidiaram nossa análise a partir da ótica de SSAN.

### REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª. Ed., São Paulo, Rio de Janeiro, Expressão Popular, ASPTA-2012.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política do IV Encontro Nacional de Agroecologia.** Belo Horizonte, 2018.

AZEVEDO, U. P. **Transição Agroecológica**. Reflexões a partir de agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia numa perspectiva política. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Agricultura Amazônica, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, UFPA, Belém-Pará, 2018.

BRAGA, V. **Cultura Alimentar**: contribuições da Antropologia da Alimentação. Saúde Ver, Piracicaba, v. 6, n.13, 2004, p. 37-44.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério de Meio Ambiente. **Encontro avalia projetos socioambientais** [Meeting evaluates socioenvironmental projects]. Brasília: MMA, 2017a. Disponível em: <http://mma.gov.br/informma/item/14029-noticia-acom-2017-03-2243.html>. Acesso em 10 set 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Oficina debate gestão territorial quilombola** [Workshop debates quilombola territorial management]. Brasília: MMA, 2018. Disponível em <http://www.mma.gov.br/informma/item/14868-noticia-acom-2018-07-3099.html>. Acesso em 03 set 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB: 2016-2020** / Secretaria de Biodiversidade, Departamento de Conservação de Ecossistemas.– Brasília, DF: MMA, 2017b.

BRASIL, **Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em 05 set 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)**. Brasília, 2006.

BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil no campo da alimentação e nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Cien Saude Colet**, v.1, n.1, 2011, p. 3064-3077.

CARDOSO, E. *et al.* **Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica**. Recife: EDUFRPE, 2019.

CARRASCO, C. La economía feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción. **Revista Vasca de Economía**, número 91: 1, 2017, pp. 50-75.

CASTRO, C. F. A. “Biodiversidade e Quintais”. IN: FATHEUER, T. W. (org.). Série: **Cadernos de PROPOSTA**, Ano 2, n.3. Rio de Janeiro: FASE/SACTES, 1995.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Política de garantia de preços mínimos para os produtos da sociobiodiversidade** [Minimum price policy for sociobiodiversity-based products]. Brasília: CONAB, 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio>. Acesso em 31 ago 2020.

CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA; UN ENVIRONMENT. **The 6<sup>th</sup> National Report for the Convention on Biological Diversity**. 29 de abril 2020.

DIEGUES, A. C. *et al.* **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, Núcleo de Pesquisas sobre populações humanas em áreas úmidas brasileiras, USP, S. Paulo, 2000.

FAVERO, C.; PACHECO, M. E. Seguindo em frente na construção social da Agroecologia. In: EMBRAPA. **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**, Embrapa, v. 1, 2013. (Coleção Transição Agroecológica)

FLORENTINO, A. T. N.; ARAUJO, E. L.; ALBUQUERQUE, U. P. **Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil**. Acta

Bot. Bras., São Paulo, v. 21, n. 1, 2007, p. 37-47, Março. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-33062007000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062007000100005&lng=en&nrm=iso) Acesso em 31 ago 2020.

FORO MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTARIA. **Declaração de Nyélény**. Nyélény, 2007. Disponível em: <http://www.nyeleni.org/spip.php?article327> Acesso em 01 set 2020.

FREITAS, A. V. L. **Recursos genéticos em quintais e comercialização de plantas de uso medicinal no município de São Miguel-RN**. Mossoró, 2009. 192p.

FREITAS, A. V. L. *et al.* **O que é o quintal para os agricultores de São João da Várzea no Rio Grande do Norte**. Disponível em: <https://editoraverde.org/gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/6174/6069> Acesso em 10.09.2020

GAZEL FILHO, A. B. **Composição, Estrutura e Função de Quintais Agroflorestais no Município de Mazagão, Amapá**. 104p. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2008.

GLIESMANN, S. **Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2000

GODELIER, M. **L' Idéel et le materiel**. Paris:Fayard, 1984.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. CD-ROM.

JALIL, L.; SILVA, L. C.; OLIVEIRA, J. Caderneta agroecológica: A contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 15, jul-dez 2019.

JANCZ, C. *et al.* **Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira**. São Paulo: SOF, 2018. 84p.

LEITE GOMES, F.; LIMA, C.; LEITE GOMES, E. M.

Agroecologia e gênero: Uma relação de desenvolvimento nos quintais produtivos. **Cadernos de Agroecologia**. [S.l.], v. 10, n. 3, mai 2016. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/17385>. Acesso em: 20 set. 2020.

LUNZ, A. M. P. Quintais agroflorestais e cultivo de espécies frutíferas na Amazônia. In: V Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2007, Guarapari. **Anais...** Porto Alegre: Revista Brasileira de Agroecologia, 2007. p. 1255-1258.

MAKUTA, G. **Biodiversidade, Arca do Gosto e Fortalezas Slow Food**: um guia para entender o que são, como se relacionam com o que comemos e como podemos apoiá-las. Associação Slow Food do Brasil, São Paulo, 2018.

MALERBA, J. *et al.* Mais Proprietários e Menos Assentados. Como e Por que a Atual Política Fundiária ampliará a Concentração de Terras. **Série Direito à terra e ao território**, n° 01. FASE: RJ, 2019.

MINTZ, S. MALERBA, J. Comida e Antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, out. 2001.

MORENO, R. Economía feminista: una visión antisistémica. In: Sempre Viva Organização Feminista - SOF. **En busca de la igualdad**: textos para la acción feminista. São Paulo: SOF, 2013. p 33-55

NOBRE, M. La perspectiva feminista sobre la soberania alimentaria. In: Sempre Viva Organização Feminista - SOF. **En busca de la igualdad**: textos para la acción feminista. São Paulo: SOF, 2013. p. 57-79

PACHECO, M. E. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Revista Proposta - Desenvolvimento Sustentável**. Ano 25, FASE, Rio de Janeiro, dezembro/fevereiro de 1997, nº71.

PETERSEN, P. *et al.* ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Método de Análise econômico-ecológica de Agroecossistemas**. Rio de Janeiro, ASPTA, 2017.

SANTOS, S.; GUARIM NETO, G. **Conservação de recursos genéticos em quintais de Alta Floresta, Mato Grosso, Brasil**. In:

Congresso de Ecologia do Brasil, 6., Fortaleza, Resumos expandidos: Fortaleza: Soc. de Ecologia do Brasil, 2003. p. 135-136.

SCHOTTZ, V. A incorporação de princípios de Segurança Alimentar e Nutricional ao Programa Nacional de Alimentação Escolar: trajetória e perspectivas. **Revista Raízes**. Campina Grande, v. 39, n. 1, jan./jun. 2019.

SLOW FOOD BRASIL. **Produtos do Brasil na Arca do Gosto**. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/arca-do-gosto/produtos-do-brasil>. Acesso em 01 set 2020.

WEITZMAN, R. As práticas alimentares ‘tradicionais’ no contexto dos povos indígenas de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, n.1, abril 2013.

WEITZMAN, R. **Educação Popular em Segurança Alimentar e Nutricional: uma metodologia de formação com enfoque de gênero**. Belo Horizonte: REDE, 2008.

**Sites pesquisados:**

[https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8934-  
hoje-e-o-dia-mundial-da-biodiversidade](https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8934-hoje-e-o-dia-mundial-da-biodiversidade)

[https://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/populacao-indigena-  
no-brasil](https://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/populacao-indigena-no-brasil). (ISA. Instituto Socioambiental. População indígena no Brasil).

<http://www.slowfoodbrasil.com>





## 9. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE AGRICULTORAS DO GT MULHERES SERRAMAR (RJ): CONECTANDO A CADERNETA AGROECOLÓGICA COM O GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

*Yasmin Alves Vilasseca<sup>1</sup>  
Vanessa Schottz<sup>2</sup>  
Lilium Telles<sup>3</sup>*

1 Nutricionista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua com atendimento clínico e consultoria na área de segurança alimentar e nutricional. Integra a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável e o Grupo de Trabalho de Mulheres na Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro/Serramar.

2 Vanessa Schottz - professora adjunta do Curso de Nutrição da UFRJ Campus Macaé, professora do Programa de Pós-graduação em Segurança Alimentar e Nutricional (PPGSAN/UNIRIO), integrante do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia e do GT Mulheres da Articulação de Agroecologia Serramar (GT Mulheres Serramar), membro do núcleo executivo do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN).

3 Engenheira Florestal, mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (MG), desenvolve pesquisas no campo da agroecologia, economia feminista e estudos de gênero no meio rural, é militante da Marcha Mundial das Mulheres e integra o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia/Brasil.

## INTRODUÇÃO

Nosso objetivo com o presente artigo é caracterizar, com base no Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB), a produção agroecológica de três agricultoras que integram o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia Serramar (GT Mulheres Serramar). Entre abril de 2017 e março de 2018, as agricultoras anotaram na Caderneta Agroecológica (CA), de forma sistemática, informações sobre a produção oriunda de seu trabalho nos quintais. Os registros continham dados sobre a quantidade, valor monetário de cada produto e sua destinação (autoconsumo, doação, troca ou venda).

A Caderneta Agroecológica se configura como um instrumento político pedagógico que viabiliza o monitoramento da produção e, ao mesmo tempo, gera reflexões e reconhecimento sobre a importância do trabalho e da produção agroecológica das mulheres, fazendo parte da ação política do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA).

Com vistas a realizar análises sobre o papel das agricultoras e de sua produção para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), foi proposto um sistema de classificação da produção registrada na CA baseado na edição atualizada do GAPB<sup>4</sup>. Publicada em 2014 (BRASIL, 2014), essa edição aproximou o debate entre agroecologia e SSAN ao trabalhar a alimentação em dimensões mais amplas, não se atendo apenas ao valor nutricional dos alimentos. Uma vez que as políticas de saúde devem buscar se adequar ao panorama epidemiológico da população brasileira, essa edição do Guia traz uma classificação dos alimentos que não se limita aos grupos alimentares, como feito na edição anterior, mas que considera a inserção da indústria nos

---

4 Essa proposta foi construída no âmbito de um Trabalho de Conclusão de Curso de Nutrição da UFRJ Campus Macaé, intitulada “Guapuruvu, Orquídea E Perpétua Do Brasil: Caracterização Segundo O Guia Alimentar Da Produção De Mulheres Agricultoras Registradas Na Caderneta Agroecológica”. Uma versão atualizada desse sistema de classificação está sendo elaborada no âmbito da dissertação de mestrado profissional.

sistemas alimentares e leva em conta o nível de processamento. Pretendemos, a partir dessa caracterização, examinar se as práticas agroecológicas das mulheres participantes do projeto das CAs vão ao encontro do que é preconizado pelo Guia.

O texto está subdividido em quatro seções. Na primeira seção, abordamos a edição 2014 do Guia Alimentar para a População Brasileira; na segunda, apresentamos o GT Mulheres Serramar e as agricultoras que participaram da pesquisa. Em seguida, na seção 3, caracterizamos a produção agroecológica registrada nas CAs com base no sistema de classificação de acordo com o Guia Alimentar. Por fim, apresentamos as considerações finais.

### **O GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA**

A reedição, em 2014, do Guia Alimentar incluiu etapas que contaram com a participação de diversos profissionais da área da saúde e SSAN e, ainda, com consultas públicas para a população em geral, abrangendo o significado da alimentação para além da ingestão de nutrientes. Essa reformulação do Guia aborda questões como comensalidade, cultura alimentar, natureza e propósito do processamento dos alimentos, impactos sociais, ambientais e econômicos do sistema agroalimentar e os obstáculos para a promoção da alimentação saudável (BRASIL, 2014).

O Guia adotou a classificação *NOVA*, que agrupa os alimentos conforme a extensão e o propósito do processamento a que são submetidos (MONTEIRO, et al, 2016). O processamento de alimentos, tal como entendido por esta classificação, envolve processos físicos, biológicos e químicos que ocorrem após a colheita. Assim, os alimentos são classificados em quatro categorias: *in natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários processados, processados e ultraprocessados.

Os alimentos *in natura* são aqueles “obtidos diretamente de plantas ou de animais (como folhas e frutos ou ovos e leite) e adquiridos

para consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza” (BRASIL, 2014, p.25). Já os minimamente processados são produtos *in natura* que sofreram processos mínimos, como limpeza, remoção de partes não comestíveis, secagem, embalagem, pasteurização, resfriamento, congelamento, moagem e fermentação. A segunda categoria de alimentos - os ingredientes culinários processados - trata de produtos extraídos de alimentos *in natura*, ou da natureza, e que são usados para temperar alimentos e criar preparações culinárias: são os óleos, gorduras, sal e açúcar. Já os alimentos processados, que compõem a terceira categoria, são produtos derivados de processos de adição de óleos, gorduras, sal e açúcar a alimentos *in natura* ou minimamente processados. Na quarta categoria estão os ultraprocessados, que são produtos “cuja fabricação envolve diversas etapas e técnicas de processamento e vários ingredientes, muitos deles de uso exclusivamente industrial” (BRASIL, 2014, p.26).

Com base nessa classificação, o GAPB recomenda que os alimentos *in natura* ou minimamente processados sejam a base da alimentação, uma vez que são nutricionalmente balanceados, com uma oferta ampla de micronutrientes (vitaminas e minerais) e macronutrientes (carboidratos, proteínas e lipídeos) e com quantidades variáveis de energia e calorias disponíveis. Já para os alimentos processados, a recomendação é que seu consumo seja limitado, preferencialmente como acompanhamento de preparações culinárias à base de alimentos *in natura* ou minimamente processados, ou, ainda, figurando como ingrediente de preparações culinárias em quantidade moderada.

Em relação aos ultraprocessados, o Guia, fundamentado em evidências científicas robustas<sup>5</sup>, é categórico quanto à recomendação de que seu consumo deve ser evitado. Dentre os argumentos que embasam essa recomendação está o fato desses alimentos serem nutricionalmente desbalanceados, tendo, em

5 LOUZADA et al (2019) reúnem um conjunto amplo de evidências científicas que evidenciam os impactos dos ultraprocessados à saúde.

sua composição, um teor elevado de açúcares e/ou gorduras e, muitas vezes, de sódio, utilizados para mascarar o sabor de aditivos e substâncias empregados no ultraprocessoamento. Também são apontados os impactos ambientais, sociais e culturais da sua produção, da sua distribuição, da sua comercialização e do seu consumo, afetando, também, a saúde e o bem-estar das pessoas (BRASIL, 2014; LOUZADA, 2019).

Grande parte dos produtos ultraprocessoados é igual em todo o mundo, isto é, são produtos acompanhados sempre de grandes campanhas midiáticas que favorecem seu consumo e que trazem, por consequência, grande impacto na cultura local (da qual as práticas alimentares são parte essencial). O impacto social dos ultraprocessoados também é abordado no Guia, pelo fato desse tipo de produto diminuir a interação social proporcionada pelas práticas alimentares, uma vez que, em sua maioria, eles não precisam de preparação e usualmente são consumidos sem hora fixa: muitas vezes enquanto a pessoa caminha na rua, dirige um veículo, conversa ao telefone ou assiste televisão. São, muitas vezes, ocasiões de relativo isolamento (LOUZADA, 2019).

Em relação ao impacto ambiental ocasionado pelos ultraprocessoados, destaca-se a grande quantidade de lixo gerada na sua produção, uma vez que necessitam de embalagens que, majoritariamente, não são biodegradáveis. Além disso, a demanda por açúcar, óleos vegetais e outras matérias-primas comuns na fabricação de alimentos ultraprocessoados estimula monoculturas dependentes de agrotóxicos e do uso intenso de fertilizantes químicos e de água, em detrimento da diversificação da agricultura. O Guia resume suas considerações acerca dos tipos de processamento dos alimentos com a chamada regra de ouro: **“prefira sempre alimentos in natura ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessoados”** (BRASIL, 2014, p.4).

Finalmente, o Guia traz uma descrição dos principais grupos alimentares consumidos pela população brasileira e que devem

compor, de forma balanceada, uma alimentação saudável: feijões; cereais; raízes e tubérculos; legumes e verduras; frutas; castanhas e nozes. A classificação dos alimentos quanto ao processamento e aos grupos alimentares, proposta pelo Guia Alimentar, se constituiu na base para a categorização e análise da produção registrada pelas agricultoras nas CAs.

### **GUAPURUVU, ORQUÍDEA E PERPÉTUA DO BRASIL: BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS AGRICULTORAS E DO GT MULHERES SERRAMAR**

No estado do Rio de Janeiro, apenas três agricultoras efetuaram o registro na Caderneta Agroecológica, devido às dificuldades de assessoria técnica continuada ao longo dos 12 meses de anotações. As agricultoras, portanto, tiveram papel determinante como sujeitos da pesquisa e, por meio de relações de reciprocidade, foram apoiando umas às outras para sanar dúvidas e compartilhar reflexões durante todo o período de anotações, o que contribuiu para a riqueza dos registros. As três participantes da pesquisa das CAs no Rio de Janeiro integram o GT Mulheres Serramar.

O GT Mulheres Serramar foi criado em 2017 e se configura como um espaço de auto-organização das mulheres no âmbito da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM). Formado por 20 participantes, entre agricultoras (rurais e urbanas), viveiristas, artesãs, feirantes, técnicas, professoras e estudantes dos municípios de Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Araruama e Rio das Ostras, o grupo atua em conjunto com o GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e o GT Mulheres da ANA (SCHOTTZ et al, 2020). Em função da proximidade afetiva e política, três agricultoras da região metropolitana do Estado também integram o GT Mulheres Serramar, participando ativamente das oficinas, trocas de experiências e vivências agroecológicas.

Em diálogo com as participantes da pesquisa, identificadas por nomes de plantas escolhidos pelas próprias agricultoras, fo-

ram atribuídos a elas os nomes de Guapuruvu, Perpétua do Brasil e Orquídea. As agricultoras Guapuruvu e Perpétua do Brasil são moradoras do assentamento Fazenda Visconde, localizado na cidade de Casimiro de Abreu, que fica no entorno da Reserva Biológica União/ICMBio. Guapuruvu é agricultora e viveirista e desenvolve, em sua propriedade, um trabalho de produção e preservação de mudas nativas que contribui para a manutenção da qualidade ambiental do território, além de trabalhar com o cultivo e fazer seu próprio fertilizante natural. É negra, mãe, esposa e evangélica. Comercializa seus produtos nas feiras das quais o GT Serramar participa e na comunidade em que vive.

Perpétua do Brasil é agricultora e saboeira. Ela produz materiais de higiene e de limpeza, através do reaproveitando do óleo utilizado nas preparações culinárias e de produtos excedentes na própria comunidade, como o mamão verde. Compartilha seus conhecimentos com outras mulheres que fazem parte do GT Mulheres Serramar. É negra, mãe, esposa e avó. Comercializa seus produtos em feiras e na comunidade em que vive. Além disso, é representante do GT em outros espaços, compartilhando as experiências agroecológicas vivenciadas pelo grupo.

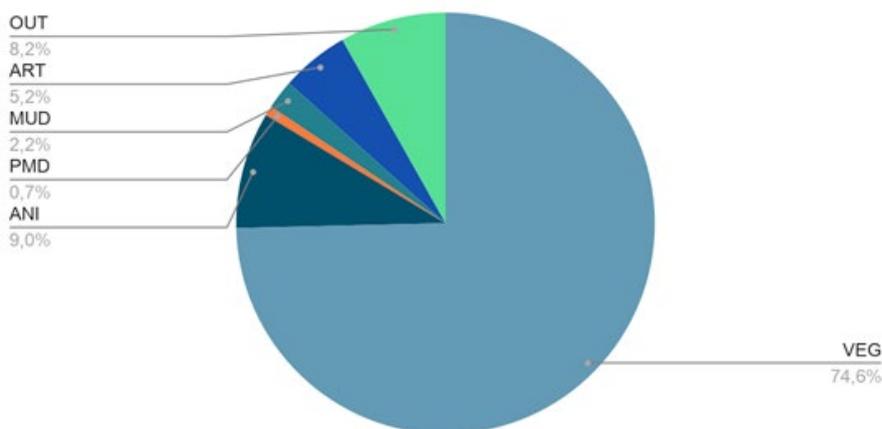
Orquídea é uma agricultora urbana que tem sua propriedade localizada no município de Magé. Embora o município não esteja geograficamente localizado na região Serramar, Orquídea atua como colaboradora e está sempre presente nas reuniões (presenciais e em grupo de aplicativo de celular específico do GT), colaborando a partir de suas experiências. Além do cultivo, dedica-se ao beneficiamento dos produtos cultivados, em que, além das preparações com matos de comer, destacam-se as farinhas diversas, como farinha de quiabo e de inhame. É mãe e avó. Comercializa seus produtos em diversos espaços de feiras agroecológicas na cidade do Rio de Janeiro, é integrante de movimentos de agricultura urbana, além do GT Mulheres da AARJ e do GT Mulheres Serramar, com quem compartilha suas experiências.

## A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DO GT SERRAMAR PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: UM OLHAR SOBRE AS CADERNETAS A PARTIR DO GUIA ALIMENTAR

Para caracterizar a produção das agricultoras, sistematizamos e analisamos a totalidade dos produtos registrados nas CAs, sem avaliar finalidade (doação, troca, venda ou consumo), quantidade, valor monetário ou sazonalidade. Nosso propósito foi efetuar uma análise qualitativa dos produtos anotados. Assim, sistematizamos variedades de produtos (e não quantidade) e, com isso, direcionamos nosso olhar para além dos números expressos nas Cadernetas. Passa a estar em nosso foco o tipo de trabalho que cada produção exigiu por parte das agricultoras, partindo do princípio de que cada produto exige um conhecimento e um manejo específico, cujas práticas têm raízes na cultura local.

Ao todo, foram identificados **cento e trinta e quatro** (134) produtos. O Gráfico 1 apresenta a classificação dos produtos e sua distribuição percentual em relação ao número total registrado nas CAs.:

**Gráfico 1 - Classificação dos produtos registrados na CA**



De acordo com o gráfico acima, os alimentos correspondem a 83,6% (n=112) dos produtos registrados nas CAs, somando os de origem vegetal (VEG) e animal (ANI). Fica evidenciado que a maior parte da produção anotada na Caderneta é fruto da agricultura, uma vez que os produtos de origem vegetal representam, de longe, a maior porcentagem, 74,6% (n=100). Vale salientar que estão incluídos, nessa categoria, produtos oriundos do beneficiamento de alimentos de origem vegetal, como o doce de coco feito pela agricultora Perpétua do Brasil. Em seguida, temos a presença dos produtos de origem animal, representando 9,0% (n=12) do total dessa categoria, incluindo leite e laticínios. Ao todo, no período de um ano, as três agricultoras produziram cento e doze (112) produtos alimentícios.

Além de alimentos, é importante destacar a diversidade produtiva que caracteriza o trabalho dessas mulheres, na medida em que também foram registradas plantas medicinais (PMD) (n=1), mudas (MUD) (n=3), artesanato (ART) (n=7), entre outros (OUT)<sup>6</sup> (n=11). Todas as participantes de nosso trabalho haviam anotado, em suas Cadernetas, ao menos um produto que não se classifica como alimento. A abrangência produtiva dessas mulheres extravasa a mesa: incluem produtos de higiene, de utilidade doméstica, de cultivo do solo, de vestimenta e de promoção da preservação ambiental.

Uma observação importante é que a agricultora Guapuruvu, que é viveirista, não tipificou as mudas que comercializa em sua Caderneta, ficando as anotações apenas como “mudas nativas” e “mudas”. O mesmo ocorre com outros produtos, como banana, mandioca etc, cujos registros não representam a variedade intraspecífica manejada pelas agricultoras. A diversidade produtiva que resulta do trabalho das mulheres é, portanto, superior ao que foi registrado nas Cadernetas.

<sup>6</sup> Refere-se a produtos excepcionais que não se adequam às categorias previamente utilizadas, como o “fertilizante natural” feito pela agricultora Guapuruvu.

Especificamente em relação aos alimentos, a Quadro 1 apresenta a distribuição do número de produtos anotados de acordo com a classificação dos grupos alimentares destacados pelo GAPB como parte da alimentação da população brasileira. São alimentos com perfil nutricional e usos culinários semelhantes. Pela diversidade da produção, o grupo dos temperos e especiarias também foi incluído na classificação.

**Quadro 1: Grupos de Alimentos registrados nas CAs**

GRUPO DE ALIMENTOS	NÚMERO DE ESPÉCIES OU PRODUTOS REGISTRADOS
Legumes e verduras	29
Frutas	26
Carnes e ovos	10
Raízes, rizomas e tubérculos	9
Temperos e especiarias	8
Castanhas, nozes e cocos	4
Feijões	2
Leite e Queijo*	2

\* Embora o queijo não seja classificado como um alimento in natura, sua inclusão neste quadro deve-se ao fato do mesmo compor um dos grupos alimentares destacados pelo GAPB.

Foi possível identificar a presença de todos os grupos alimentares destacados pelo Guia, o que demonstra a importância dessa produção para a promoção da alimentação saudável. Chama a atenção a diversidade de legumes e verduras (29), frutas (26) e raízes, rizomas e tubérculos (9).

No que se refere ao grupo de carnes e ovos (10), é importante destacar que foram anotadas carnes de aves por todas as agricultoras, ainda que haja diferença na quantidade e variedade de espécies. Foram registradas a criação de ganso, peru e galinha, sendo que as galinhas foram discriminadas nas CAs como galinhas, galos e frangos. Essa diferenciação em nomenclatura pode revelar diferentes finalidades atribuídas ao mesmo animal: para abate, para reprodução, para postura.

Apenas uma das Cadernetas apresenta a anotação de carne vermelha bovina e carne de porco. Contudo, observamos que o grupo dos leites e produtos lácteos está presente em todas as CAs analisadas, sendo registradas, inclusive, a produção e a venda de leite. A conjunção desses dois dados nos indica que a criação de gado de leite é priorizada em detrimento da criação animal para corte e é utilizada para o autoconsumo e para abastecer a produção de outros produtos pelas agricultoras.

O beneficiamento da produção também é um aspecto que pode ser destacado nessa análise, uma vez que foram registrados produtos como doces, panificação (bolos e pães), farinhas, bebidas, laticínios, preparações vegetais (conservas, compotas e geleias) e temperos.

Dentre esses produtos, os doces representam a maior diversidade, com vinte (20) tipos anotados, o que condiz com o fato de que, como apresentado no Quadro 1, grande parte da produção é de frutas, comumente ingredientes principais desse tipo de preparo.

Também é importante destacar a variedade de farinhas ( $n=11$ ), produção alavancada principalmente pela agricultora Orquídea, em função da **“Cozinha Colher de Pau”**<sup>7</sup>, onde há o maquinário específico para a sua fabricação. Destaca-se, aqui, a produção de farinhas pouco usuais, como farinha de quiabo, inhame, jiló e berinjela.

<sup>7</sup> Cozinha Colher de Pau é um grupo produtivo de mulheres sediado na cidade de Magé (RJ). Entre as atividades produtivas destacam-se a produção agroecológica de farinhas diversas e doces de compota.

Fica evidenciado, dessa forma, que o beneficiamento ocupa um lugar relevante no trabalho dessas mulheres, inclusive com emprego de variadas técnicas, além da sua importância para a diversificação dos produtos, maior aproveitamento, aumento da durabilidade dos alimentos *in natura* e agregação de valor à produção.

Além disso, conforme afirma Patricia Howard (2003), é na cozinha que boa parte das atividades de conservação e uso da biodiversidade ocorre. As preferências culinárias e os processos de pós-colheita apropriados pelas mulheres e realizados no âmbito doméstico são parte importante para o conhecimento, seleção, uso e conservação da biodiversidade vegetal pelas pessoas.

O Quadro 2 apresenta a classificação dos alimentos quanto ao processamento preconizado pelo GAPB. Por essa razão, não foram contabilizadas as preparações culinárias, como bolos, pães e compotas.

**Quadro 2: Classificação da produção quanto ao processamento**

GRAU DE PROCESSAMENTO	NÚMERO DE ESPÉCIES/PRODUTOS REGISTRADOS
<i>In natura</i>	66
minimamente processado	21
sal, óleo e açúcar	0
processados	1
ultraprocessados	0

Ao analisar esses dados, é possível perceber que a base da produção dessas agricultoras é de alimentos *in natura*, mas há, também, um número importante de minimamente processados, demonstrando a riqueza das diferentes técnicas empenhadas para o beneficiamento da produção. Estão presentes na categoria de minimamente processados alimentos como as diversas farinhas, chás, goma e tempero. Os alimentos processados correspondem a um único produto, o queijo.

Aqui, é importante refletirmos sobre a conceituação do produto ultraprocessado, para entendermos o porquê de a produção com esse nível de processamento ser impraticável para pequenas/os produtoras/es, ainda que contem com uma ampla gama de beneficiamento de alimentos.

A fabricação de produtos ultraprocessados só é possível em indústrias<sup>8</sup> dado o alto grau de artificialização dos ingredientes, muitos dos quais oferecem risco à saúde humana. Já a produção das agricultoras está baseada em produtos da sociobiodiversidade e em práticas agroecológicas, cujos conhecimentos sobre os usos e o manejo, bem como sobre as técnicas de beneficiamento apropriados por elas são fundamentais para a conservação da biodiversidade e da cultura alimentar tradicional.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das Cadernetas Agroecológicas demonstrou que as três agricultoras do GT Mulheres Serramar são responsáveis pela manutenção de uma grande diversidade de produtos de todos os grupos alimentares destacados pelo Guia Alimentar da População Brasileira, o que demonstra a relevância dessa produção para a promoção da alimentação adequada e saudável.

Essa diversidade é incrementada por meio do uso de técnicas para o beneficiamento dos alimentos, que contribui não apenas para o seu melhor aproveitamento, mas para a manutenção e o resgate das culturas alimentares locais. É o caso da produção da bananada, da compota e do doce de jenipapo, do doce de jaca, além da diversidade de farinhas produzidas.

8 É importante ressaltar que há agroindústrias familiares que produzem alimentos que podem ser considerados ultraprocessados, como é o caso da bebida láctea quando são adicionadas substâncias como caseína, soro de leite, isolado proteico de soja e de outros alimentos e hidrolisado de proteínas, além de conservantes e aromatizantes sintéticos (NUPENS, 2018).

As tradições culinárias resultam da interseção entre conhecimento, cultura e a relação das mulheres com a natureza e têm particular importância para a conservação da biodiversidade. A diversidade de plantas nativas - ou matos de comer - registrada pelas agricultoras nas Cadernetas Agroecológicas é uma amostra do importante papel desempenhado pelas mulheres como guardiãs da biodiversidade e em diferentes dimensões da SSAN.

As preparações culinárias e os produtos do beneficiamento realizados pelas agricultoras obedecem, majoritariamente, ao princípio de aproveitamento integral dos alimentos, como no caso das farinhas de casca de ovo e de banana, da amora, consumida *in natura*, como geleia ou como chá, ou dos sabões feitos com óleo de cozimento reutilizado.

Além de contribuir para o melhor aproveitamento dos alimentos, as agricultoras são responsáveis pela produção de produtos não alimentícios, como materiais de limpeza, artesanatos, mudas e sementes, que têm forte vínculo com as práticas agroecológicas e efeitos importantes sobre a manutenção da qualidade ambiental em suas comunidades. **Fica evidenciado, dessa forma, que a produção agroecológica anotada pelas agricultoras nas Cadernetas Agroecológicas está em consonância com os princípios e recomendações do Guia Alimentar.**

Por fim, é fundamental ressaltar que o exercício de análise qualitativa dos dados das CAs a partir de um sistema de classificação baseado no Guia Alimentar forneceu significativas informações que contribuíram para ampliar o olhar sobre a importância da produção das agricultoras do GT Mulheres Serramar para a alimentação adequada e saudável. **Olhar para a diversidade produtiva das mulheres na perspectiva da SSAN e da conservação da sociobiodiversidade permite dar visibilidade ao papel desempenhado por elas em diferentes esferas, além de indicar a necessidade de políticas públicas e ações afirmativas que as reconheça como guardiãs da sociobiodiversidade.**

O emprego desse sistema de classificação apontou para o potencial de sua aplicabilidade para o conjunto de dados gerados a partir da pesquisa das Cadernetas no âmbito nacional. Todavia, é importante destacar que esse exercício também evidenciou algumas limitações desse sistema de classificação, especialmente no que se refere à análise dos produtos beneficiados. Sendo assim, é necessário dar continuidade ao processo de aperfeiçoamento, em diálogo com a equipe de metodologia da pesquisa das Cadernetas Agroecológicas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. *et al.* Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM, 2018.

BARBOSA, V. L.; D'ÁVILA, M. I. Mulheres e artesanato: um 'ofício feminino' no povoado do bichinho/Prados-mg. **Revista Ártemis**, Rio de Janeiro, v. 1, n. , 2014, p.141-152. Semestral.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf). Acesso em 20 fev 2019.

HOWARD, P. **The major importance of 'minor' resources**: women and plant biodiversity. Gatekeeper Series no. 112 London, IIED, 2003, 22 p. Disponível em: <https://pubs.iied.org/sites/default/files/pdfs/migrate/9282IIED.pdf>. Acesso em 14 abr. 2021.

LOUZADA, M. L. C *et. al*; Alimentação e saúde: a fundamentação científica do guia alimentar para a população

brasileira. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2019. Disponível em: <http://colecões.sibi.usp.br/fsp/items/show/3480#?c=0&m=0&s=0&cv=0>. Acesso em 20 out. 2020.

MONTEIRO, C. A.; *et al.* **NOVA. A estrela brilha.** [Classificação dos alimentos. Saúde Pública]. World Nutrition, v. 7, n. 1-3, Janeiro-Março 2016.

NUPENS(USP)-NÚCLEO DE PESQUISAS EPIDEMIOLÓGICAS EM NUTRIÇÃO E SAÚDE. **Aprenda a classificar alimentos.** Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/nupens/aprenda-a-classificar-alimentos/>. Acesso em 20 jun. 2021.

SCHOTTZ, V. *et al.* **Mulheres da Articulação de Agroecologia Serramar:** Compartilhando Receitas para a Soberania Alimentar. Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2019.





## 10. QUINTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR: RELÍQUIAS DO PASSADO, PÉROLAS DO PRESENTE, TESOUROS DO FUTURO

*Rafael Monteiro de Oliveira<sup>1</sup>*

*Isabel de Luanda Lopes<sup>2</sup>*

*Nina Abigail C. Cruz<sup>3</sup>*

*Irene Maria Cardoso<sup>4</sup>*

### INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é reconhecidamente importante para a produção de alimentos. Nas unidades de produção da agricultura familiar, os quintais são especialmente importantes, mas pouco reconhecidos como tal. Em muitas regiões no Brasil, o quintal tem sido definido como a porção de terra próxima à residên-

---

1 Agroecólogo, Mestre e Doutor em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa e Assessor Técnico da Cáritas Brasileira.

2 Pedagoga, foi colaboradora do Programa Mulheres e Agroecologia do CTA-ZM.

3 Agrônoma associada do Centro de tecnologia alternativas e atual gestora da Rede agroecológica de prosumidores/as Raízes da Mata.

4 Agrônoma, Professora do Departamento de Solos da Universidade Federal de Viçosa, ex presidente da Associação Brasileira de Agroecologia e colaboradora do CTA-ZM.

cia e de fácil acesso (BRITO & COELHO, 2000). **Entretanto, as mulheres que fizeram parte do Projeto<sup>5</sup> que apoiou esta pesquisa definiram quintal como um local de trabalho e experimentação de forma autônoma da mulher, visando à produção da socioagrobiodiversidade, à soberania e à segurança alimentar.** A palavra biodiversidade refere-se à diversidade e à variabilidade de todas as formas de vida existentes no planeta. A agrobiodiversidade é a parte desta biodiversidade que tem relação direta com os seres humanos. Alguns autores têm denominado de agrosociobiodiversidade a agrobiodiversidade que é gerada ou manejada de forma sustentável pelos agricultores (as) familiares e pelos povos e comunidades tradicionais (ANA, 2018).

Os quintais são espaços complexos, multifuncionais e importantes para a construção de estratégias de manutenção das famílias (NASCIMENTO et al., 2005; OLIVEIRA, 2015), pois neles as famílias cultivam ou mantêm múltiplas espécies que, dentre outras funções, são utilizadas como alimentos, como plantas medicinais, aromáticas e ornamentais e para a geração de renda para as famílias. Enquanto local de produção de alimentos, os quintais são responsáveis em grande parte pela soberania e segurança alimentar das famílias (KUMAR & NAIR, 2004; OLIVEIRA, 2015). Eles também oferecem benefícios culturais associados aos valores estéticos, medicinais, espirituais, religiosos e educacionais (ADHIKARI & HARTEMINK, 2016), além de propiciar um microclima agradável graças à vegetação presente no entorno das casas. A diversidade presente nos quintais garante a multifuncionalidade deles e ainda pode contribuir para mitigação e adaptação às mudanças climáticas (GALHENA et al., 2013; MINANG et al., 2014).

---

5 Projeto “Os Quintais das Mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil”.

Ademais, os quintais são considerados sistemas agroflorestais (SAFs), pois envolvem o consórcio de culturas agrícolas anuais, perenes e arbóreas, além da criação de animais (CARNEIRO et al., 2013; KUMAR & NAIR, 2004; FERNANDES & NAIR, 1986). As árvores dos quintais são responsáveis por muitas funções que geram benefícios para os seres humanos, como, por exemplo, a produção de frutos e de sombra, e o embelezamento e a atração de muita biodiversidade associada ao solo e àquilo que está acima do solo (KUMAR & NAIR, 2004).

A biodiversidade associada refere-se àquela que não foi intencionalmente incorporada aos quintais pelos seres humanos. Muitas plantas são cultivadas nos quintais para produzirem frutos para alimentação humana e flores para a ornamentação, as quais, por sua vez, atraem pássaros, abelhas e insetos (PERFECTO et al., 1996). Além disso, devido ao sistema radicular profundo, as árvores associam-se a muitos microrganismos. Portanto, os pássaros, abelhas, insetos e microrganismos são considerados biodiversidade associada porque as plantas foram cultivadas com a finalidade de produzirem flores e frutos e, conseqüentemente, atraíram os outros seres. Esses organismos parceiros das árvores exercem muitas funções benéficas para os seres humanos, chamadas por alguns cientistas de serviços ecossistêmicos como, por exemplo, o controle biológico, a polinização e a fixação de nitrogênio (MEA, 2005; DE GROOT et al., 2010; VEZZANI, 2015). Nós preferimos usar o termo benefícios ecossistêmicos, pois a natureza não está ao nosso serviço. Tais benefícios referem-se às bondades (como denominada por Leonardo Boff<sup>6</sup>) que a natureza nos oferece, devido ou não ao nosso trabalho. As árvores são muito bondosas conosco, e muitos dos benefícios associados a elas se devem à biodiversidade associada, por isto, entendemos que sem árvore não há sustentabilidade.

---

6 BOFF, Leonardo. *As ameaças da grande transformação*. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2014/07/26/as-ameacas-da-grande-transformacao/>. Acesso em 28 set 2020.

A mão de obra utilizada nos quintais é intensamente gerida pela família, em especial pelo trabalho feminino que, em muitas vezes, não é reconhecido pela sociedade (CARNEIRO et al., 2013; FERNANDES & NAIR, 1986; BRUMER, 2004; OAKLEY, 2004). Além do trabalho nos quintais, as mulheres participam de outras atividades agrícolas na unidade produtiva, em grandes jornadas de trabalho. Entretanto, a forma recorrente de trabalho delas não é reconhecido nem remunerado, além de ser considerado “leve”, pois não são consideradas as exigências de tempo ou de esforço necessárias para realizar um trabalho cansativo, moroso e às vezes nocivos à saúde (PAULILO, 1987). Isso expressa a desigualdade de gênero e invisibiliza o significado da inserção produtiva das mulheres (SIQUEIRA, 2008).

No manejo desses quintais agroflorestais diversos e complexos, a sabedoria e o conhecimento dos agricultores, em especial das agricultoras (OAKLEY, 2004), têm sido essenciais. A forma sustentável de produzir alimentos nos quintais é mantida por gerações, mesmo sem acesso a recursos financeiros e sem a intervenção de técnicos (KUMAR & NAIR, 2004), com pouco ou nenhum uso de insumos externos e quase sempre sem nenhum uso de insumos químicos (KUMAR & NAIR, 2004; OAKLEY, 2004; OLIVEIRA, 2015). Por isso, as práticas agroflorestais dos quintais podem dar dicas importantes para o manejo sustentável dos agroecossistemas (MBOW et al., 2014).

Embora se utilize pouco ou nenhum insumo externo, no manejo dos quintais utiliza-se muitos insumos que têm origem nos próprios quintais ou em outros locais da unidade produtiva. Para além da questão dos insumos, os quintais são muito importantes para a manutenção da unidade produtiva como um todo, pois servem, por exemplo, de refúgios de inimigos naturais ou polinizadores que serão úteis para cultivos fora dos quintais, além de eles também poderem produzir alimentos para animais mantidos fora dos quintais. Portanto, há uma relação de fluxos, que podem ser entendidos

como o vai e vem de produtos entre os quintais e outros locais da propriedade, e entre os diversos cultivos da unidade produtiva.

Nos sistemas complexos dos quintais, o solo desempenha funções importantes para a manutenção da biodiversidade. A biodiversidade, por sua vez, é importante na manutenção da qualidade do solo, uma vez que ela cria relações ecológicas entre os seus componentes, que geram a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (ALTIERI, 1987). Essas relações ecológicas são as simbioses, competições, parasitismos e outras que criam sinergias, antagonismos e alelopatias responsáveis pela produção saudável de alimentos.

O solo atua, assim, como base para a ocorrência de diversas relações ecológicas que se relacionam com muitos benefícios da natureza (ADHIKARI & HARTEMINK, 2016; JONES et al., 2015). Portanto, a obtenção de inúmeros benefícios da natureza depende da manutenção da qualidade do solo (JONES et al., 2015; VEZZANI, 2015), pois o solo de boa qualidade é responsável direta e indiretamente pela ciclagem de nutrientes, fixação biológica de nutrientes e infiltração de água (VEZZANI, 2015).

**O manejo utilizado nos quintais, comumente agroecológico, é o responsável pela manutenção da qualidade do solo dos quintais. Esses solos, em geral, são melhores que os de outros locais da unidade de produção (JUNQUEIRA et al., 2016; OLIVEIRA, 2015), porque as práticas agroecológicas garantem a conservação e a qualidade do solo (BENGTSSON et al., 2005; ALTIERI et al., 2015).**

Tais práticas contribuem para a manutenção da cobertura vegetal e para o aporte da matéria orgânica, as quais, consequentemente, contribuem para o aumento da vida no solo, fator responsável pelos benefícios oriundos dele (ALCANTARA & MADEIRA, 2008).

Embora os quintais sejam tão importantes, eles são invisibilizados e pouco estudados (PESÁNTEZ VALDIVIESO, 2017),

assim como é invisibilizado o trabalho das mulheres, as principais responsáveis pela manutenção desses quintais. Para apontar a importância dos quintais e do trabalho das mulheres, realizou-se uma pesquisa em cinco unidades de produção da agricultura familiar nos municípios de Acaiaca, Divino, Espera Feliz, Simonésia e Viçosa, todos na Zona da Mata de Minas Gerais. O estudo foi realizado em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e com as agricultoras gestoras dos quintais. Nesta pesquisa, estudou-se a importância socioambiental dos quintais, os fluxos e o solo dos quintais da agricultura familiar.

### **CARACTERIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DE QUINTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Para caracterizar e avaliar a importância socioeconômica e ambiental dos quintais, utilizamos entrevistas semiestruturadas, visitas aos quintais acompanhadas das mulheres e a Caderneta Agroecológica<sup>7</sup>.

Os quintais estudados estavam localizados nas várzeas secas (terraceo fluvial) ou no sopé dos morros (terço inferior das encostas) e próximos às casas. A idade dos quintais variou de cinco a, aproximadamente, 40 anos, as propriedades analisadas possuíam área total variando entre 2.400 m<sup>2</sup> a 48.400 m<sup>2</sup> e áreas de quintais variando de 2.100 m<sup>2</sup> a 8.830 m<sup>2</sup>.

O manejo da maioria dos quintais era realizado pela mulher, mas com a cooperação dos demais membros da família. Neles não eram utilizados agrotóxicos ou queimadas. Ademais, a adubação utilizada nesses quintais foi exclusivamente orgânica, oriunda majoritariamente de resíduos do próprio agroecossistema, sendo

<sup>7</sup> A Caderneta Agroecológica foi desenvolvida pelo CTA-ZM. Ela é composta de 12 folhas, uma para cada mês. Cada folha é dividida em 4 colunas. Na primeira coluna anotam-se os produtos oriundos do quintal que são consumidos pelas famílias, em seguida os que são vendidos, os que são doados e os que são trocados.

o esterco bovino e ou de aves, o aporte de resíduos das árvores e doméstico e o manejo da vegetação espontânea herbácea, ou seja, do mato miúdo, as principais fontes de adubação do solo. Para o manejo desse mato, os principais instrumentos utilizados foram a enxada e a roçadeira, utilizada especialmente no manejo dos pomares. A enxada era usada para a capina das hortas e usada como principal ferramenta para realização dos canteiros nesse espaço. Em nenhum dos quintais verificou-se qualquer revolvimento do solo com máquinas pesadas.

No total foram encontradas 210 diferentes espécies de plantas nos quintais, sendo elas 44 (32 %) de espécies arbóreas, 13 (10%) de espécies arbustivas e 79 (58 %) de espécies herbáceas (mato miúdo). Apenas banana, cana-de-açúcar, laranja, limão, mexerica, milho e taioba foram encontrados em todos os cinco quintais analisados. Abacate, acerola, alface, alho-poró, batata doce, brócolis, café, cebolinha, cenoura, chuchu, couve, esterco, goiaba, manga, serralha, ovo, tomate cereja e algum tipo de carne foram produzidos em pelo menos quatro quintais.

Além dessa alta diversidade, outro fator que chamou a atenção foram os baixos valores de similaridade entre os quintais analisados, ou seja, um quintal é muito diferente do outro, de modo que cada quintal é muito diverso e há diversidade entre eles. Essa diversidade é fruto de diferenças associadas aos aspectos ambientais e socioculturais, pois, por exemplo, uma família gosta mais de uma fruta que outra família, ou um quintal é mais ensolarado que o outro e permite o desenvolvimento melhor de certas espécies e não de outras.

**Aproximadamente 76% dos produtos dos quintais são dedicados à alimentação das famílias. Esses produtos precisam também ser considerados geradores de rendas, pois não é necessário comprá-los, já que são produzidos nos quintais. Ou seja, eles representam dinheiro também.**

A renda indireta dos quintais é considerada por alguns autores como renda não monetária (PETERSEN et al., 2017), pois se refere ao que se economiza com o que deixou de ser comprado. Essa é uma renda invisível.

Entretanto, mais importante que o dinheiro que se economiza é a soberania alimentar gerada pela autonomia na produção de alimentos. Aconteça o que acontecer, a comida está garantida. Ademais, a qualidade dos alimentos promove a segurança alimentar, que repercute na saúde da família, o que é tão ou mais importante do que a renda.

Além disso, a diversidade dos quintais também gera renda direta a partir dos produtos comercializados. **Considerando toda a produção, ou seja, o que foi vendido, consumido e doado, as agricultoras obtiveram uma renda que variou de 3 a 15 salários-mínimos por ano. Em média, a renda foi em torno de duas vezes mais do que a renda do café, isso sem considerar os custos de produção, bem maiores no café que nos quintais.** O café é considerado a cultura de renda da região, e quem tem o controle sobre sua renda é o homem, embora as mulheres trabalhem intensamente na maioria das etapas necessárias para a produção desse produto. **A sociedade brasileira, ainda patriarcal, atribui ao homem a responsabilidade pelo provimento da família. Esse provimento é entendido a partir da produção que se transforma em dinheiro, de modo que o papel das mulheres na segurança e soberania alimentar (BRUMER, 2004) e no cuidado com a família não é considerado.**

### **FLUXOS: O VAI E VEM DE PRODUTOS DOS QUINTAIS E SUA RELAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE**

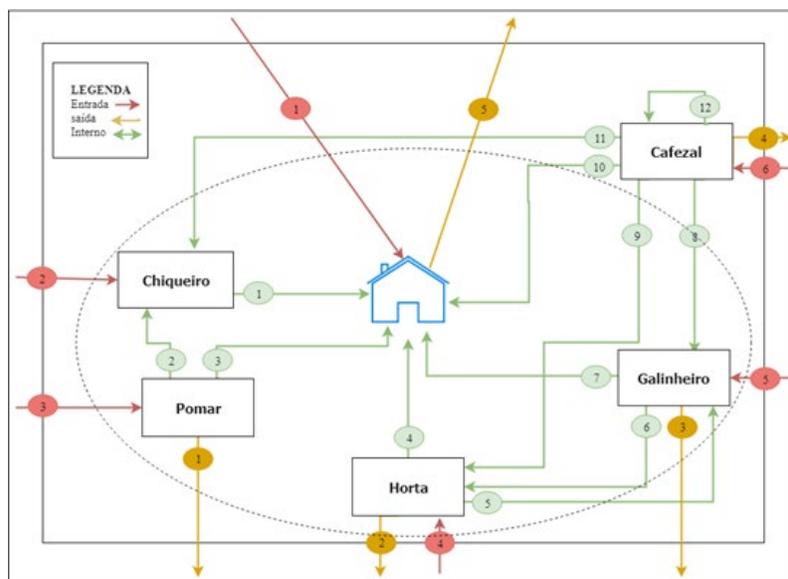
Nesta pesquisa, identificamos as práticas de manejo dos solos e os fluxos de entradas e saídas de produtos (insumos e alimentos) dos quintais. Para isso, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e a técnica de análise dos fluxos, que permitiu

compreender as relações do quintal com os outros locais de produção da propriedade, ou seja, entender como os produtos circulam dentro da unidade produtiva. O fluxo de um dos quintais estudados pode ser observado na Figura 1.

Nas cinco unidades familiares de produção analisadas, identificamos um total de 187 produtos. Consideramos como produtos todos os itens ou matérias-primas responsáveis pela produção agrícola para a alimentação da família e ou animal, o que inclui todas as espécies alimentícias, mudas, esterco, ração, entre outros. Consideramos ainda como produtos aqueles beneficiados nas próprias unidades produtivas, a exemplo dos queijos, doces, etc.

Do total de 187 produtos, 175 foram produzidos nas próprias unidades produtivas. Dos 175, 136 fazem parte da agrobiodiversidade dos quintais. Por quintal, o número de produtos oriundos da agrobiodiversidade variou de 27 a 102. Apenas 12 produtos foram adquiridos nos mercados locais, sendo que mudas e sal foram adquiridos por todas as unidades produtivas.

Figura 1. Fluxos (representados por setas) de produção em uma unidade familiar de produção agroecológica na Zona da Mata mineira.



## ○ SOLO DOS QUINTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O solo de qualidade é a base da vida, pois nele ocorrem diversos processos ecológicos responsáveis por inúmeros benefícios para os seres. Nas unidades da agricultura familiar, espera-se maior qualidade dos solos nos quintais, uma vez que eles recebem aporte continuado dos resíduos orgânicos domésticos, são diversificados e contam com a presença de árvores e arbustos, que, por sua vez, aportam resíduos e ciclam nutrientes. Entretanto, os solos dos quintais raramente são avaliados. Neste estudo avaliamos a qualidade do solo de quintais da agricultura familiar nos municípios de Acaiaca, Divino, Espera Feliz, Simonésia e Viçosa, municípios da Zona da Mata mineira.

Inicialmente, fizemos análises dos solos dos quintais e os comparamos com análises de outros estudos já publicados de solos da mesma unidade da paisagem, mas com outros usos que não de quintais. Os quintais das famílias estão normalmente localizados nos terraços, ou seja, na várzea, portanto, os comparamos com solos de outras várzeas que não eram quintais, e esse estudo indicou que os solos dos quintais possuem uma qualidade melhor.

Em um estudo seguinte, fizemos novas análises de solo e dessa vez coletamos solos da horta e do pomar (componentes do quintal) e de uma pastagem próxima para comparação. Foram realizadas análises químicas e físicas dessas amostras, cujos resultados procuramos relacionar com os benefícios advindos do solo.

Na Figura 2, que ilustra tal estudo, é possível observar diferentes linhas. As linhas vermelhas mostram os dados da horta, as azuis, os dados do pomar e, as cinzas, os dados das pastagens. No que se refere aos nutrientes (fósforo, potássio, cálcio e magnésio), ao pH e à acidez, as linhas das hortas (vermelhas) e pomares (azuis) estão mais próximas de 1, considerado o ideal. O pomar e a horta são diferentes apenas em alguns itens. O solo da horta possui mais potássio e fósforo que o solo do pomar, mas são similares no que se refere ao cálcio e magnésio, ao pH e à acidez. É possível que

os melhores níveis dos atributos químicos no solo da horta sejam atribuídos ao maior aporte de adubos orgânicos.

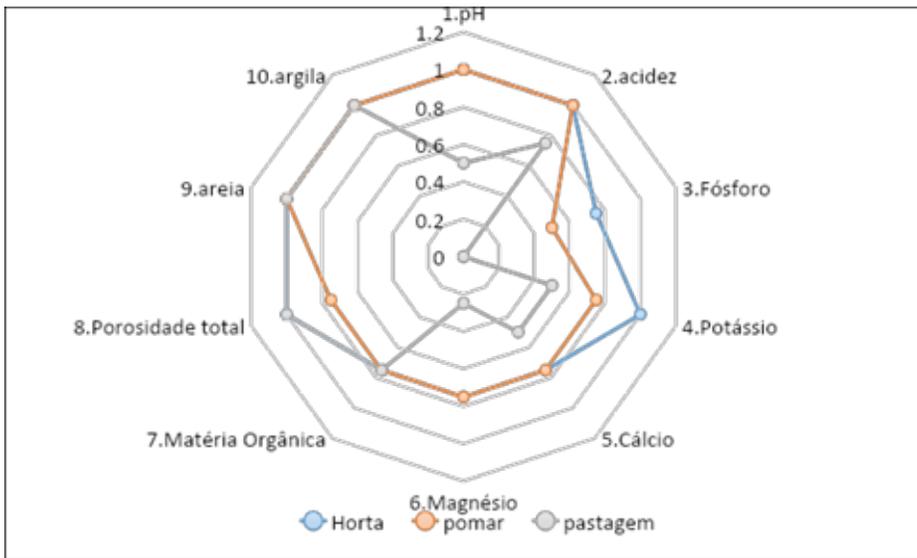
O solo da pastagem analisado nesse estudo está sempre aquém do solo das hortas e pomar, já que apresentou resultados mais ácidos e com teores de nutrientes menores. Tais resultados suscitam a seguinte pergunta: por que em terra com a mesma formação, os solos dos quintais estão melhores? Nossos dados permitem afirmar que o manejo do quintal ajudou a melhorar a qualidade do solo no que se refere às propriedades químicas, ou seja, eles possuem mais nutrientes e são menos ácidos.

Conforme pode ser observado na figura 2, no que se refere aos teores de matéria orgânica, todos os solos avaliados (horta, pomar e pastagem) aproximaram-se de 1 e podem ser considerados bons. Os solos da horta, pomar e pastagem tiveram mais ou menos o mesmo teor de argila e areia e foram considerados argilosos. A porosidade dos solos das pastagens foi melhor que a porosidade dos pomares.

Os bons teores de matéria orgânica das pastagens e a porosidade melhor que os solos dos pomares indicam que as pastagens não estavam degradadas. As braquiárias, capim presente nos pastos, produzem bastante matéria orgânica e têm um sistema radicular bem desenvolvido, o que pode ter ajudado na porosidade do solo. Além disso, havia pouco gado nas pastagens e, portanto, pouco pisoteio de animal.

A matéria orgânica e a vida do solo ajudam a organizar as partículas da terra para formar a sua estrutura. Os torrões formados agrupam-se deixando espaços vazios, denominados poros. Por esses espaços a vida de organismos do solo é reproduzida e a água é infiltrada, abastecendo as nascentes e os lençóis freáticos. No estudo, percebeu-se que os poros do pomar não estão ruins, no entanto, aparentemente, as pastagens possuem mais porosidade. Por que aparentemente? Porque os canais formados pelas raízes das árvores não foram avaliados, e eles também podem ser considerados poros.

Figura 2. Avaliação da qualidade dos solos de quintais (hortas, pomares) e pastagens de agricultores familiares da Zona da Mata mineira.



Quanto mais próximo de 1, melhor, e quanto mais próximo de zero, pior a característica avaliada. Os solos das pastagens possuem mais características que se aproximam de zero do que os solos dos quintais.

A boa qualidade física e química dos solos dos pomares e hortas garantem o funcionamento do solo e, em consequência, o fornecimento de benefícios importantes para o bem-estar humano. Outros estudos precisam ser realizados, em especial no que se refere à qualidade da matéria orgânica e à biologia dos solos dos quintais. **Entretanto, os estudos aqui realizados já permitem indicar que, a exemplo das terras pretas de índio, a qualidade do solo dos quintais é fruto de ações de manejo, ou seja, das pessoas. No caso dos quintais, isso ocorre principalmente a partir do trabalho das mulheres, no manejo da biodiversidade e dos resíduos orgânicos.** Portanto, assim como faziam e fazem os indígenas, as mulheres melhoram os solos dos quintais sem o aporte de insumos químicos. **Com isso, podemos indicar que os quintais são relíquias de sis-**

temas tradicionais e podem ser considerados patrimônios culturais, portanto, pérolas do presente. Como tal, os quintais podem conter os princípios para desenhar os sistemas agrícolas sustentáveis, tesouros do futuro.

### **ATRIBUTOS DE SUSTENTABILIDADE**

A análise dos fluxos desenvolvidos nos quintais, as práticas de manejo da grande biodiversidade neles presentes e a qualidade do solo permitiram-nos avaliar os quintais utilizando os atributos de sustentabilidade. Esses atributos são a autonomia, a resiliência, a estabilidade, a resistência, a flexibilidade e a equidade (VAN DER PLOEG, 2009).

Avaliamos em especial os atributos autonomia e resiliência. Desse modo, a reduzida entrada de insumos externos nos quintais, a qualidade do solo, o número de espécies presentes e o número de produtos utilizados na alimentação da família e comercializados podem ser considerados indicadores de autonomia e resiliência dos quintais.

A biodiversidade presente nos quintais contribui para os processos ecológicos que levam à autonomia e resiliência dos quintais, pois diminuem a entrada de insumos externos, promovem muitos benefícios que mantêm a saúde dos quintais e são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos para as famílias e para os animais. Dentre os benefícios, encontram-se a ciclagem de nutrientes e o uso dos resíduos vegetais e animais que melhoram a qualidade do solo. Os quintais ainda contribuem para melhorar a alimentação dos consumidores, pois grande parte dos produtos diversificados oriundos deles são comercializados. A comercialização dos produtos contribui, ainda, com a autonomia financeira das famílias agricultoras.

Nesse sentido, as famílias, principalmente as mulheres, contribuem para a autonomia e resiliência dos quintais, graças ao seu trabalho no manejo da biodiversidade presente nesses locais.

Logo, consideramos os quintais aqui analisados autônomos e resilientes e, por isso, sustentáveis. Desse modo, apontamos que os quintais, de forma geral, são portadores de princípios de sustentabilidade a serem seguidos no manejo dos agroecossistemas.

### APRENDIZADOS COM OS SEGREDOS DOS QUINTAIS

Os quintais analisados são pequenos, mas possuem grande biodiversidade e podem ser considerados agroflorestais, pois há consórcio de vegetação arbórea, arbustiva, herbácea e animais. Embora pequenos, os quintais são importantes para a segurança e soberania alimentar, pois os alimentos são produzidos sem agrotóxicos e, em sua maioria, sem o uso de adubos sintéticos. Os restos vegetais não são queimados e esses solos não são revolvidos com máquinas pesadas.

**A agrobiodiversidade encontrada nos quintais, por prover a maior parte da produção de alimentos para as famílias e para os animais, é a principal responsável pela segurança e soberania alimentar, além de auxiliar na economia das famílias.** Uma parte dos produtos diversificados oriundos dos quintais é comercializada, o que além de contribuir com a autonomia financeira das famílias agricultoras, melhora a alimentação dos consumidores.

Ademais, **a renda do quintal é alta por unidade de área, porém parte dela é indireta, ou seja, grande parte advém da economia que se faz ao não comprar os produtos ali produzidos, o que torna essa renda invisível. Invisível também é o trabalho das mulheres, as principais responsáveis pelos cuidados com os quintais.** A mão de obra no manejo dos quintais é principalmente delas, com auxílio dos jovens e, esporadicamente, dos homens. Elas ainda têm grande responsabilidade na manutenção e multiplicação da biodiversidade, assim como na comercialização dos produtos dos quintais, como ficou demonstrado a partir do uso da Caderneta Agroecológica.

Ainda, a biodiversidade nos quintais contribui para o desenvolvimento dos diversos fluxos e dos processos ecológicos que dão suporte à produção dos quintais e de outros cultivos da propriedade. Além disso, os fluxos e os diversos processos biológicos contribuem para diminuir a entrada de insumos externos, para a maior autonomia das famílias e para a maior resiliência dos agroecossistemas.

A vegetação do próprio quintal promove maior ciclagem de nutrientes e proteção do solo, a partir, por exemplo, da queda de folhas e galhos das árvores e da vegetação espontânea, que não é eliminada totalmente. Os quintais recebem ainda resíduos orgânicos provenientes da alimentação humana e de animais, que ajudam na fertilização dos solos. Tais práticas, associadas à ausência de uso de agrotóxicos, adubos químicos e queimadas, contribuem para a manutenção da qualidade dos solos nos quintais. Com isso, podemos afirmar que o manejo do solo dos quintais é agroecológico.

Desse modo, o manejo agroecológico e em sistemas agroflorestais garante a qualidade química e física dos solos. Concluímos através de análises que os solos dos quintais encontram-se com teores de nutrientes acima dos níveis encontrados em solos iguais, porém fora dos quintais. Quando comparado com as pastagens, nossos estudos indicaram que a qualidade química dos solos dos quintais é melhor. Esses, mesmo não recebendo fertilizantes químicos, possuem bons níveis de nutrientes, capacidade de troca e não são ácidos. Por sua vez, os solos das pastagens, assim como os solos dos quintais, possuem boa qualidade física e bons teores de matéria orgânica, o que indica que as pastagens estudadas não se encontram degradadas fisicamente.

Embora não tenhamos estudado a biologia dos solos, nossos resultados permitem afirmar que os solos dos quintais possuem bom funcionamento e, em consequência, fornecem benefícios essenciais para o bem-estar humano. Dentre esses benefícios en-

contram-se a alimentação de qualidade, a ciclagem de nutrientes e a infiltração de água.

O trabalho das famílias, em especial das mulheres, a partir do manejo da biodiversidade e dos resíduos, foi o responsável pela qualidade e funcionamento do solo dos quintais. Semelhante ao que ocorre nos quintais atuais, os solos antropogênicos, pré-colombianas, denominados de “terra preta”, de reconhecida qualidade, foram formados através de práticas de gestão e manejo que resultaram ao longo do tempo na concentração não-intencional de diferentes fontes de matéria orgânica e nutrientes nos arredores dos locais de habitação (quintais) dos indígenas (LINS, 2015). Esse processo demonstra a enorme sabedoria dos povos sobre os solos (BARRERA-BASSOLS e ZINCK, 2011).

Assim, apontamos que, a exemplo das Terras Pretas de Índio, a qualidade do solo dos quintais é fruto de ações do ser humano, ou seja, não é genético. Ela se dá a partir do manejo da biodiversidade e dos resíduos orgânicos, sem o aporte de insumos químicos. Podemos indicar, portanto, que os quintais são relíquias de sistemas tradicionais. Além disso, os quintais podem ser considerados patrimônios culturais, pois são frutos da transmissão de saberes adquiridos a partir de relações estabelecidas pelos seres humanos, em especial as mulheres, com a natureza ao longo dos tempos. Dessarte, os quintais podem conter os princípios para desenhar os sistemas agroecológicos sustentáveis da atualidade, pois são exemplos de manejo a serem seguidos na busca pela sustentabilidade dos agroecossistemas.

Vale ressaltar, ainda, que a pesquisa por nós conduzida, realizada com a participação das agricultoras, permitiu a troca de informações entre o conhecimento científico e a sabedoria popular e possibilitou maior aprendizado de todos (as) e nos permitiu afirmar que os (as) agricultores (as) demonstraram entender a importância da biodiversidade na manutenção de seus quintais.

## REFERÊNCIAS

ADHIKARI, K.; HARTEMINK, A. E. Linking soils to ecosystem services - A global review. **Geoderma**, v. 262, 2016, p. 101-111.

ALCANTARA, A. F.; MADEIRA, N. R. **Manejo do solo no sistema de produção orgânico de hortaliças**. Circular técnica. Embrapa Hortaliças. Brasília, DF. 2008.

ALTIERI, M. A. **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture**. 2ª ed. Boulder: Westview Press, 1987. 446p.

ALTIERI, M. A. *et al.* Agroecology and the design of climate change-resilient farming systems. **Agronomy for sustainable development**, v. 35, n. 3, 2015, p. 869-890.

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia e Terra de Direitos. **Agrosociobiodiversidade: direito, democracia e agroecologia no campo e na cidade**. 2018. Disponível em: [https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/TDD\\_BOLETIM\\_BIO\\_WEB\\_v2.pdf](https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/TDD_BOLETIM_BIO_WEB_v2.pdf).

BARRERA-BASSOLS, N.; ZINCK, J. A. Ethnopedology: a worldwide view on the soil knowledge of local people. **Geoderma**, v. 111, 2003, p. 171–195.

BENGTSSON, J.; AHNSTRÖM, J.; WEIBULL, A. C. The effects of organic agriculture on biodiversity and abundance: a meta-analysis. **Journal of applied ecology**, v. 42, n. 2, 2005, p. 261-269. Doi: 10.1111/j.1365-2664.2005.01005.x

BRITO, M. A.; COELHO, M. F. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais – unidades auto-sustentáveis. **Agricultura Tropical**, v. 4, n. 1, 2000, p. 7-35.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004, p. 205-227.

CARNEIRO, M. G. R. *et al.* Quintais Produtivos: contribuição à segu-

rança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013, p. 135-147.

DE GROOT, R. *et al.* Integrating the ecological and economic dimensions in biodiversity and ecosystem service valuation. In: KUMAR, P. (ed) **The economics of ecosystems and biodiversity: Ecological and economic foundations**. London: Earthscan, 2010. Chapter 1.

FERNANDES, E. C. M.; NAIR, P. K. R. An evaluation of the structure and function of tropical homegardens. *Agricultural Systems*, 21, 1986, p. 279-310.

GALHENA, D. H.; FREED, R.; MAREDIA, K. M. Home gardens: a promising approach to enhance household food security and well-being. **Agriculture & food security**, v. 2, n. 1, 2013, p. 8.

JONES, A. *et al.* **Soil** – What is it good for? Joint Research Centre, European Commission. 2015.

JUNQUEIRA, A. B. *et al.* Soil fertility gradients shape the agrobiodiversity of Amazonian homegardens. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 221, 2016, p. 270-281.

KUMAR B. M.; NAIR, P. K. P. The enigma of tropical homegardens. In: BUCK, L. E.; NAIR, P. K. R.; RAO, M. R. **New vistas in agroforestry**. Springer Netherlands, 2004, p. 135-152.

LINS, J. Terra Preta de Índio: uma Lição dos Povos Pré-colombianos da Amazônia. **Revista Agriculturas**, v. 12, 2015, p. 37-41.

MBOW, C. *et al.* Agroforestry solutions to address food security and climate change challenges in Africa. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 6, 2014, p. 61-67.

MEA - MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystem and Human Well-Being: a framework for assessment**. Island Press, Washington, DC. 2005.

MINANG, P. A. *et al.* Prospects for agroforestry in REDD+ landscapes in Africa. **Current opinion in environmental sustainability**, v. 6, 2014, p. 78-82.

NASCIMENTO, A. P.; ALVES, M. A.; MOLINA, A. M. G. Quintais domésticos e sua relação com estado nutricional de crianças rurais, migrantes e urbanas. **Revista Multiciência**, n. 5, 2005, p. 35-49.

OAKLAY, E. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas**, v. 1, n.1, 2004, p. 37-39.

OLIVEIRA, R. M. **Quintais e uso do solo em propriedades familiares**. Programa de Pós-Graduação em solos e nutrição de plantas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG. 102 f. 2015.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Ciência hoje**, v. 5, n. 28, 1987, p. 64-71.

PERFECTO, I. *et al.* Shade coffee: a disappearing refuge for biodiversity: shade coffee plantations can contain as much biodiversity as forest habitats. **BioScience**, v. 46, n. 8, 1996, p. 598-608.

PESÁNTEZ VALDIVIESO, E. J. **The invisible importance of home gardens**. Dissertação de Mestrado. Brasil. Universidade Federal de Viçosa. 2017.

PETERSEN, P. *et al.* **Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas** – Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). 1. ed. - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. 246p.

SIQUEIRA, A. P. P. **Impactos sobre a dinâmica produtiva e as relações de gênero na transição agroecológica de um grupo de mulheres assentadas**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 198 pg. 2008.

VAN DER PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revistas Agrícolas: Experiências em Agroecologia**, 2009.

VEZZANI, M. F. Solos e os serviços ecossistêmicos. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 08, número especial (IV SMUD); 2015, p. 673-684.





## 11. MULHERES GERANDO ALIMENTO E AUTONOMIA: EXPERIÊNCIAS DE ATER FEMINISTA E O USO DAS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS

Graciete Santos<sup>1</sup>  
Sheyla Saori<sup>2</sup>

Neste capítulo apresentaremos algumas experiências de ATER<sup>3</sup> Feminista de organizações que participaram do projeto *Os quintais das mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil*. Desse modo, aqui serão apresentadas algumas dessas experiências desenvolvidas em diferentes regiões: na região Sudeste, contamos com a experiência do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM), que atua na zona da Mata de Minas Gerais, e da Sempreviva

1 Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex- UFRPE), socióloga pela UFPE, diretora da Casa da Mulher do Nordeste, integrante do GT mulheres da ANA, Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste.

2 Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento rural. Técnica da SOF Sempreviva Organização Feminista, integrante da Articulação Paulista de Agroecologia e militante da Marcha Mundial das Mulheres

3 Assistência Técnica e Extensão Rural

Organização Feminista (SOF), no Vale do Ribeira. Na região Nordeste, contamos com a experiência do Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria, que atua na região de Sobral, no Ceará, e a Casa da Mulher do Nordeste (CMN), organização feminista atuante na região do Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Portanto, o objetivo deste capítulo é demonstrar como as Cadernetas Agroecológicas (CAs), como instrumento indissociável do sujeito político e do acompanhamento, contribuíram para o nosso jeito de fazer ATER em uma perspectiva feminista.

Para isso, é importante destacar alguns marcos históricos da luta dos movimentos de mulheres rurais e feministas pelos direitos das mulheres do campo e na defesa de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da autonomia econômica, como o crédito e a Assistência Técnica Rural (ATER), para que reconhecessem as mulheres como sujeitos econômicos e atendessem às suas demandas. A primeira Marcha das Margaridas, em 2000, reuniu em Brasília 100 mil mulheres e instituiu uma agenda política das mulheres do campo, da floresta e das águas. Essa agenda foi acompanhada pela criação da Diretoria de Política para Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2004, e pela criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que incluiu os princípios da igualdade de gênero, raça, etnia, e a adoção da agroecologia como enfoque preferencial para produção sustentável. A II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 2013, foi outro importante marco de fortalecimento da institucionalidade da agenda feminista e para os avanços das questões das mulheres no âmbito da ATER e do desenvolvimento do Estado: garantiu que 50% do público beneficiário fosse de mulheres, 30% de técnicas mulheres nas equipes das chamadas de ATER e 30% dos recursos voltados para atividades produtivas das mulheres. No período de 2013 a 2014, foram desenvolvidas as chamadas públicas de ATER Agroecologia e ATER Mulheres, e foi nesse marco que a pesquisa sobre as Cadernetas Agroecoló-

gicas foi realizada, aproveitando que as organizações estavam vivenciando suas ações de ATER nos diferentes territórios. Nesse período, o movimento de mulheres rurais e feminista apresentou para a presidenta Dilma Rousseff, nas pautas das Marchas das Margaridas, a política de fomento para os quintais das mulheres e a necessidade de sistematização dessas experiências.

Em 2016, a democracia brasileira foi profundamente abalada com o impeachment da presidenta Dilma e todos os espaços de diálogos foram desarticulados e enfraquecidos. Soma-se a isso a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, conseqüentemente, o fim da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas. O cenário político agrava-se ainda mais com a vitória de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil, representando a volta dos segmentos políticos ultraconservadores, machistas, racistas e neoliberais que impõem uma política de morte e o desmantelamento das políticas públicas e de espaços democráticos de diálogo com os movimentos sociais.

Esse período demonstrou e visibilizou a problemática de uma ATER que ainda estava centrada na figura da família patriarcal e realizada apenas por homens. Também foi possível demonstrar que já havia um conhecimento construído por organizações feministas e mistas e por técnicas que, a partir de suas diferentes trajetórias, experimentavam uma metodologia centrada no reconhecimento das mulheres agricultoras como construtoras de conhecimentos na relação com a natureza, com os bens comuns e o seu importante papel na biodiversidade e segurança alimentar em suas práticas desenvolvidas nos quintais e ao redor de casa. Essas experiências trazem para a centralidade a divisão sexual do trabalho, problematizando as relações de poder na agricultura familiar, e a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres do campo, desafiando as organizações e movimentos sociais do campo a reconhecerem as mulheres como sujeitos econômicos, políticos e o seu papel na sustentabilidade dos agroecossistemas, da soberania e segurança alimentar das famílias no campo. Desse

modo, o GT Mulheres da ANA cumpre um importante papel afirmando que *sem feminismo não há agroecologia*, e traz, em dados, o resultado monetário da economia das mulheres em seus quintais através das Cadernetas Agroecológicas. São sobre essas experiências que falaremos neste capítulo.

As experiências aqui sistematizadas apresentam diferentes elementos, seja pelo contexto vivido em seus territórios, seja pelo perfil e experiências enquanto organizações de ATER. As organizações feministas SOF e CMN trazem, nas suas experiências, sua missão e o foco na construção de uma ATER feminista construída com as mulheres na relação dialógica entre as agricultoras e as técnicas. São precursoras nesse campo e desempenharam um papel fundamental de incidência nas políticas públicas, assim como de referência para as organizações mistas do campo agroecológico. O CTA-ZM e o Esplar afirmam sua perspectiva feminista em suas práticas de ATER, mas ressaltam os conflitos nas relações de gênero institucionais e a vigilância para garantir minimamente a paridade de gênero nas equipes de ATER. As experiências relatadas sobre o uso das CAs trouxeram os desafios sobre a divisão sexual do trabalho e como a invisibilidade do trabalho das mulheres implica em situações de violência, de sobrecarga de trabalho, da manutenção das relações de poder na produção e nas decisões do uso do dinheiro, tanto no âmbito da casa, quanto na vida comunitária. As organizações também apontaram a necessidade de reforçar a institucionalização dos trabalhos de ATER com as mulheres, envolvendo as questões de acesso à documentação, seguridade social, posse de terra e de acesso à água, como as políticas públicas P1MC e P1+2<sup>4</sup> e outras tecnologias sociais de convivência com semiárido. As situações que envolvem as dificuldades das anotações por parte das mulheres mostraram experiências de adaptação desse instru-

---

4 P1MC - Programa 1 Milhão de cisternas de captação de água da chuva para beber e cozinhar, P1+2 - Programa 1 terra e 2 águas - cisterna para água para produção, ambos executados pela Articulação do Semiárido (ASA).

mento em alguns territórios, e evidenciaram, também, o envolvimento de filhas e mulheres jovens no processo de sistematização das Cadernetas. Essas questões apontam para a importância de compreendê-la como um instrumento político pedagógico que requer um processo de acompanhamento sistemático e de adaptação às necessidades das mulheres.

Outro aspecto apontado pelas agricultoras foi a importância das CAs no fortalecimento da autoconfiança enquanto trabalhadoras, assim como sua participação nos espaços políticos e de decisão em seus territórios. Também provocaram mudanças nas relações de poder na família e na comunidade, criando maneiras de romper com as amarras do patriarcado. Foi observada a importância da construção de processos coletivos de acompanhamento e formação em suas comunidades, de maneira a animar o preenchimento das CAs e fortalecer processos de auto-organização entre as mulheres.

As experiências aqui relatadas evidenciam outro ponto comum, que aponta para a Economia Feminista como a referência teórica que orientou as práticas, valorizando e reconhecendo o trabalho doméstico e a contribuição econômica das relações não mercantis para o autoconsumo, doação e troca. Desse modo, as Cadernetas Agroecológicas revelam a “economia invisível” das mulheres e ressignificam o espaço dos quintais como lugar de autonomia econômica, segurança alimentar e biodiversidade.



Nalhepa  
Tecnología  
Agrícola



## 12. PERSPECTIVAS FEMINISTAS DE ASSESSORIA TÉCNICA ATRAVÉS DAS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS

*Thalita Rody Machado<sup>1</sup>  
Sinthia Luzia de Oliveira<sup>2</sup>*

A Zona da Mata mineira é historicamente marcada pela cultura cafeeira e, ainda nos dias de hoje, predominam narrativas que indicam a produção do café como principal eixo econômico da região. Ao longo das últimas décadas, contudo, diversas organizações e movimentos sociais pautam a agroecologia e, portanto, a diversidade de produção e a perspectiva dialética de cuidado

---

1 Coordenadora do Projeto *Mulheres e Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais*, assessora técnica do Programa de Mulheres do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, CTA-ZM.

2 Coordenadora do Projeto *Mulheres e Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais*, assessora técnica do Programa de Mulheres do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, CTA-ZM.

entre indivíduos e natureza, como alternativa prática, econômica e discursiva à monocultura do café.

Como efeito dessas mobilizações e das inúmeras experiências de agricultoras e agricultores da região, em 2018 a Zona da Mata mineira foi reconhecida como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, instituído pela Lei Estadual nº 23207/2018<sup>3</sup>, cujos objetivos voltam-se ao reconhecimento da histórica trajetória da Zona da Mata na produção agroecológica; ao fortalecimento da agricultura familiar; e à promoção e ao incentivo do desenvolvimento da agroecologia. Suas diretrizes legais norteiam princípios que preservam o desenvolvimento sustentável, a participação e o protagonismo social de agricultoras/es envolvidas/os em práticas agroecológicas, além de prover condições de acesso a políticas públicas e a mercados.

A consolidação da Zona da Mata como Polo Agroecológico tem proporcionado a construção de um espaço regional de articulação, através de diálogos com diversas frentes de atuação. Isso, por efeito, tem levado ao centro de debates políticos as demandas de agricultoras e agricultores agroecológicas/os, de forma a torná-las/os protagonistas na construção de políticas públicas voltadas à agroecologia na região.

O reconhecimento legal e suas consequentes articulações e diálogos são resultado de um acúmulo de lutas e marcam uma importante conquista de organizações, sindicatos, cooperativas, associações e movimentos sociais, a partir dos quais é possível evidenciar o protagonismo de agricultoras agroecológicas. Embora não seja possível datar esse protagonismo, uma vez que o trabalho das mulheres antecede qualquer organização ou pesquisa que tenha por objetivo visibilizar essa forma de trabalho, é possível localizar, no tempo e no espaço, algumas mobilizações geradas a partir de demandas das mulheres rurais no contexto da Zona da Mata.

---

3 Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2018&num=23207&tipo=LEI>Acesso: 10 Jun 2020.

Desde a década de 1990, agricultoras familiares e trabalhadoras rurais das regiões Zona da Mata e Leste de Minas Gerais estão organizadas em comissões municipais de mulheres e/ou grupos informais, e, na Zona da Mata, se articulavam também na Comissão Regional de Mulheres. Em 2007, após a extinção da Comissão, a atuação das mulheres passou a ocorrer a nível local; em 2010, contudo, a partir do Encontro Regional de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais, as organizações de mulheres voltaram a se fortalecer regionalmente e, em 2011, se afirmaram como um movimento social, reconhecido como Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais (MMZML).

O MMZML é, atualmente, formado por trabalhadoras rurais de 15 municípios das regiões da Zona da Mata e Leste de MG e tem por objetivo fortalecer os diálogos inter-regionais e em suas comunidades, a partir da articulação e mobilização das comissões de mulheres dos sindicatos das/os trabalhadoras/es rurais, contribuindo com a capacitação das mulheres para sua participação política nos sindicatos, associações, cooperativas e para intervirem e atuarem em outros espaços de articulação, debates e decisões políticas. As parcerias envolvem as comissões municipais de mulheres dos municípios, os sindicatos, outros grupos e movimentos populares, além do CTA-ZM, através do Programa Mulheres e Agroecologia.

A partir de debates gerados por e com as mulheres do MMZML ao longo dos últimos anos, foi possível evidenciar as relações de desigualdade na distribuição do trabalho doméstico, a ausência das mulheres em espaços de tomada de decisão e a invisibilidade de seus trabalhos nas hortas e quintais, inviabilizando, por efeito, o acesso a políticas públicas e direitos sociais, a participação em circuitos tradicionais e alternativos de comercialização e a própria geração de renda a partir de seus trabalhos.

Essas reflexões levaram o MMZML, juntamente ao Programa de Mulheres do CTA-ZM, a buscar respostas às diversas formas

de invisibilidade e alternativas que promovessem protagonismo em esferas sociais e políticas e que possibilitassem a construção e o fortalecimento da autonomia política e econômica dessas atoras sociais e agroecológicas. Buscar respostas às desigualdades é, portanto, nos alinhar à concepção de agroecologia enquanto “projeto político de sociedade que se baseia em relações justas e equilibradas entre as pessoas e dessas com a natureza”, além de promover uma agenda política orientada pelo “enfrentamento e superação das situações de opressão e desigualdade vivenciadas pelas mulheres.” (SCHOTTZ, 2019, p.24-25).

Os efeitos dessa mobilização provocam um novo olhar pra a economia, contrapondo as bases que sustentam o capitalismo – escassez, competição, exploração e lucro – a partir dos princípios da economia feminista e solidária. Dois efeitos decorrem daí: a valorização e o reconhecimento do trabalho doméstico, ainda invisível, realizado pelas mulheres; e o reconhecimento da contribuição econômica de suas práticas não mercantis, como a produção para o autoconsumo, doação e troca. Em grande parte das propriedades da Zona da Mata mineira, são as mulheres as protagonistas no processo de cultivo e comercialização de produtos de hortas e quintais. São elas as responsáveis por prover os alimentos de suas famílias e comunidades e de escolas da rede pública através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nesse sentido, a equipe de assessoria técnica do Programa de mulheres do CTA-ZM começa a mapear, em 2009, possibilidades de sistematização da produção das mulheres agricultoras a partir de novos paradigmas, os quais demandam olhar e atenção especial às outras relações econômicas possíveis e consideram recursos monetários e não monetários (MARONHAS; SCHOTTZ; CARDOSO, 2014). Buscar novas possibilidades de olhar para essas formas trabalho teve por objetivo desvelar a economia invisível das mulheres (TELLES, 2018), romper a lógica predominante, que considera apenas o valor monetário (CONSEA, 2015), e reconhecer efetivamente o protagonismo das mulheres

na produção e comercialização de produtos de hortas e quintais; é um processo que rompe com a perspectiva ortodoxa da economia, ao considerar as relações socioeconômicas não monetárias de produção para o autoconsumo, troca e doação historicamente realizadas pelas agricultoras dos diversos municípios assessorados pelo CTA-ZM.

Dimensionar essas novas perspectivas sociais e econômicas levou o Programa Mulheres e Agroecologia, em parceria com o MMZML a criar, ainda em 2009, a Caderneta Agroecológica, instrumento político pedagógico que possibilita visibilizar, valorar e valorizar o trabalho e a geração de renda das mulheres para a economia familiar; e, ainda, possibilita reconhecer não somente o que de renda entra nos lares da Zona da Mata mineira, mas o que deixa-se de gastar ao estabelecer essa relação com seus quintais e suas hortas.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho de assessoria técnica do Programa Mulheres e Agroecologia do CTA-ZM tem utilizado as Cadernetas Agroecológicas como um instrumento político pedagógico, que permite às agricultoras reconhecer seu trabalho, sua participação nos circuitos econômicos e nas práticas agroecológicas. A partir de reflexões geradas pelas anotações nas Cadernetas Agroecológicas, as mulheres evidenciam novas demandas, as quais orientam a equipe do Programa e o MMZML no planejamento das atividades posteriores.

Nesse período de acompanhamento por meio de uma assessoria técnica feminista e de metodologias participativas, algumas reflexões em torno das CAs reorganizaram a perspectiva do trabalho do Programa. Isso deve-se ao fato de que, embora as CAs sejam, a princípio, instrumento de monitoramento do trabalho e da renda das mulheres, a análise, a partir das anotações, redimensiona os potenciais interpretativos dos dados e ressignifica os próprios objetivos do instrumento, na medida em que ele nos permite observar outros aspectos, como as relações sociais, a au-

tonomia econômica, o protagonismo das mulheres no trabalho e na geração de renda, a divisão sexual do trabalho, dentre tantos outros elementos que surgem a partir das reflexões geradas pelos dados e pelas mulheres participantes.

*Antes da Caderneta a gente trabalhava no quintal, até porque a gente nunca parou. Portanto vocês veem que tem esse monte de plantio aí. Mas, igual eu dizia assim: estava cansada e não sabia o porquê. E quando veio a Caderneta, eu fui descobrir o quanto eu contribuía com a economia da casa, e assim percebi que chega o fim do dia e estava cansada não era à toa. A Caderneta é um instrumento de nos encontrar enquanto mulher, de nos valorizar. (D. Lia, agricultora agroecológica, Acaiaca, MG).*

A partir de metodologias participativas e do fomento ao protagonismo das agricultoras nos processos de formação e reflexão dos dados das CAs, percebemos, ao longo dos anos, os efeitos dessas metodologias sobre suas trajetórias. No início do processo de formação, era nítida a dificuldade de muitas mulheres de se colocarem como foco de atenção, ainda que para falar de suas próprias experiências. Inseridas em um contexto em que mulheres devem se calar, muitas participantes mal conseguiam se apresentar, tampouco dizer de suas experiências ou se posicionar socialmente. Atualmente, mulheres do MMZML e participantes de processos que envolvem as CAs ocupam posições de tomada de decisão e estão inseridas em associações, cooperativas, sindicatos, além de pleitearem cargos políticos nas eleições municipais.

*A Solange de antigamente era tímida, vergonhosa. Eu lá naquele mundinho, fechada nos afazeres, não tinha muito valor. Participar do Movimento de Mulheres e das anotações da Caderneta me fez ver o valor do meu trabalho e a grande contribuição, que até então estava escondida. (Solange, agricultora agroecológica, Espera Feliz, MG).*

No primeiro semestre de 2020, o Programa de Mulheres, em parceria com o Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, através da professora Daniela Resende, deu início ao Curso de Formação Política voltado a mulheres agricultoras

da Zona da Mata. Apesar do contexto da pandemia provocado pela Covid-19 ter inviabilizado o curso de forma presencial, as discussões aconteceram de maneira remota. O curso contou com a participação de aproximadamente 20 mulheres, dentre as quais 09 pleitearam cargos políticos nas eleições municipais de 2020.

Investir em processos formativos que busquem visibilizar o potencial político de mulheres tem sido um dos desdobramentos do trabalho de assessoria técnica feminista com as Cadernetas Agroecológicas. Os relatos acima nos convidam à percepção de que é somente quando mulheres se reconhecem protagonistas de si mesmas e de um trabalho de absoluta importância para a economia, a segurança e soberania alimentar dos seus e de suas comunidades e municípios que elas se reconhecem, também, protagonistas de mudanças sociais, políticas e discursivas. Fortalecer os debates sobre a importância desse trabalho para a sociedade potencializa essas mulheres para a disputa de narrativas e de espaços histórica e majoritariamente masculinos.

As CAs também têm sido de fundamental importância no processo de construção e fortalecimento da Zona da Mata como Polo Agroecológico, uma vez que se constituem enquanto instrumento através do qual comprova-se a produção agroecológica da região cuja responsabilidade é de mulheres. Torna-se, portanto, instrumento político. As reflexões geradas a partir da análise dos dados das CAs subsidiam debates e políticas públicas que fortalecem a Agricultura Familiar e que reforçam a importância de visibilizar o protagonismo das mulheres nesse processo.

Além de dimensionar as perspectivas política e econômica, as CAs têm nos convidado ao resgate de saberes ancestrais, uma vez que possibilita o reconhecimento de práticas alternativas para cuidados com a saúde. Os chás, os banhos, as ervas, as tinturas e tantas outras práticas cotidianas na vida das mulheres são elo na conexão ancestral entre sujeitas/os e meio ambiente. Essa é uma dimensão de análise fundamental, posto que considera-

mos a agroecologia também como um modelo que reconhece a relação dialética entre indivíduos e meio ambiente. Resgatar e registrar práticas e saberes tradicionais de cuidado com a terra, com as águas, com o corpo e com a mente invocam a espiritualidade para o centro de nossas ações cotidianas e garantem o reconhecimento desses saberes nas dimensões sociais e políticas.

Ainda há muitos desafios no que diz respeito ao processo de anotação das Cadernetas, principalmente ao considerarmos que jornadas triplas de trabalho ainda são uma realidade para grande parte das mulheres rurais. Além disso, em determinado período do ano, muitas mulheres se deslocam à colheita de café e deixam, eventualmente, de seguir com a rotina de anotação, o que afeta a etapa de sistematização dos dados. Esse ponto merece ser sublinhado, sobretudo por se tratar dos efeitos da ausência de políticas públicas específicas para as mulheres, o que inviabiliza, muitas vezes, o acesso a mercados e a comercialização de seus produtos. Por essa razão, as mulheres se veem diante de um impasse que as direciona à colheita do café em detrimento da comercialização dos produtos de seus quintais.

Outra reflexão que merece ser destacada diz respeito à organização operacional do trabalho com as Cadernetas. Considerando o contexto e as limitações das assessorias técnicas no que se refere ao acompanhamento presencial, o Programa Mulheres e Agroecologia e o MMZML têm, nos últimos meses, buscado organizar este trabalho de forma que as participantes dos processos de anotação e sistematização das CAs estejam mais próximas umas das outras – e menos dispersas, para que possam apoiar outras mulheres em suas próprias comunidades. Assim, as participantes tornam-se, também, articuladoras e assessoras das Cadernetas em um processo dialogado com a equipe técnica.

Apesar dos desafios, muitas histórias estão sendo reconstruídas através das Cadernetas e dos processos de formação orientados por elas. Visibilizar o trabalho das mulheres implica o reco-

nhecimento e a valorização de suas existências enquanto atoras no processo de transformação social. Isso deve-se ao processo de inserção e reconhecimento das mulheres na economia familiar através da visibilidade da renda não-monetária.

O monitoramento e a sistematização de suas produções têm fortalecido o acesso a políticas públicas como o Pronaf, o PAA e o PNAE; como efeito, têm gerado estímulos para que as mulheres busquem informações relativas às políticas públicas, de modo que se estruturam para acessá-las; têm, ainda, permitido acesso e criação de novos circuitos de comercialização e de feiras. Monitorar suas produções também tem conferido autonomia às mulheres, o que se desdobra em participação efetiva em espaços de poder e tomada de decisões. As Cadernetas têm sido, portanto, um dos meios pelos quais as mulheres escrevem suas próprias trajetórias, se reencontram consigo mesmas, questionam padrões e valores historicamente atribuídos a elas e rompem amarras patriarcais, promovendo mudanças sociais urgentes e necessárias.

## REFERÊNCIAS

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Carta política do Encontro Temático: A Atuação das Mulheres na Construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**. Porto Alegre: CONSEA, 2015.

FARIAS, N.; NOBRE, M. (Org.): **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

FERNANDEZ, B. P. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Brazilian Journal of Political Economy**, 2018, p. 559-583.

MARONHAS, M.; SCHOTTZ, V.; CARDOSO, E. **Agroecologia, trabalho e mulheres**: Um olhar a partir da Economia Feminista. Universidade Federal de Pernambuco, 18º REDOR, 2014.

SCHOTTZ, V. Comida de verdade no campo e na cidade: Refletindo sobre direito humano à alimentação, mulheres e agroecologia. In: **Mulheres e soberania alimentar**: sementes de mundos possíveis. Rio de Janeiro. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019.

TELLES, L. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas**: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP. 171f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: UFV, 2018.





## 13. EXPERIÊNCIA SOF - SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA - TERRITÓRIO DO VALE DO RIBEIRA/SP - ATER MULHERES E AGROECOLOGIA

*Daniela Ianovali  
Gláucia Marques  
Miriam Nobre  
Sheyla Saori  
Vivian Franco<sup>1</sup>*

### APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E DO TERRITÓRIO

A Sempreviva Organização Feminista (SOF) é uma organização feminista que atua com mulheres rurais e urbanas, sob perspectiva da construção coletiva e de movimento, com temas que possibilitam ações para a autonomia das mulheres frente ao sistema capitalista e patriarcal. A atuação da SOF em territórios rurais ocorre desde 2011 e tornou-se mais concreta no território do Vale

---

<sup>1</sup> Equipe Técnica da SOF que acompanhou as atividades de ATER mulheres. Agradecemos os trabalhos de pesquisa de Natalia Lobo e Liliam Teles com as Cadernetas Agroecológicas (CAs) no território do Vale do Ribeira, que contribuíram para as reflexões e desdobramentos no uso das CAs.

do Ribeira/SP, em 2015, devido ao contrato da chamada de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Mulheres e Agroecologia dos extintos Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas.

O território do Vale do Ribeira possui o maior fragmento contínuo de Mata Atlântica do estado de São Paulo, com 12 unidades de conservação que sobrepõem ou fazem divisas com terras de comunidades e povos tradicionais, quilombolas e indígenas. A região possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e é considerada a região mais pobre do estado. A história de ocupação e exploração agrícola que marcou a região, como os ciclos do ouro, arroz e chá, é hoje caracterizada pela grande presença do agronegócio através das monoculturas de banana e palmito pupunha, além de atividades minerárias que têm ganhado espaço e formalidade de exploração dentro do modelo de desenvolvimento neoliberal. Os problemas relacionados aos conflitos agrários que as comunidades e a agricultura tradicional enfrentam no território são marcados pela exploração minerária, pela concentração de terras e pelo agronegócio, além das tensões causadas pela presença de unidades de conservação que sobrepõem ou fazem limites com as comunidades.

As atividades da ATER Mulheres ocorreram em 13 municípios do Vale do Ribeira, compreendendo as regiões do Baixo, Médio e Alto Vale, incluindo mulheres agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras, caiçaras e artesãs, totalizando 240 mulheres rurais em atividades coletivas propostas pela ATER. Os trabalhos com essas mulheres foram divididos da seguinte forma: identificação das agricultoras, percepção dos trabalhos e da produção que são de responsabilidade das mulheres, realização de atividades coletivas de trocas de conhecimento e de assessoria para produção agroecológica. Lembramos que algumas mulhe-

res, mesmo sem DAPs<sup>2</sup>, ou grupos que não foram atendidos por esse contrato por serem beneficiados pelo INCRA<sup>3</sup>, como as mulheres assentadas da região de Apiaí/SP, também participaram das atividades coletivas.

### AS MUDANÇAS E VISÕES APÓS AS ANOTAÇÕES NAS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS

O uso das Cadernetas Agroecológicas (CAs) foi importante para o contexto da região e para as demandas que as mulheres traziam nas rodas de conversa, algumas delas mencionadas a seguir. Nessa região, a produção para o autoconsumo é ameaçada pela forte presença das monoculturas de bananas e pelo cultivo do palmito pupunha. Alguns relatos indicavam que era muito comum o uso de agrotóxicos nessas culturas, e que muitos deles eram reutilizados na horta e em outras produções que serviam para o consumo da casa. Outra situação identificada nesses espaços de diálogo foi o fato de muitas mulheres agricultoras não possuírem a DAP. As técnicas entenderam que essa situação existia por diversos motivos, como, por exemplo, os contratos que envolvem a posse da terra e que são comumente transmitidos entre os homens da família. Ademais, nessa região, geralmente, quando as mulheres se casam, vão morar na propriedade da família e na comunidade do marido. Desse modo, a ausência de seus nomes nos contratos que envolvem a posse da terra e a obrigatoriedade de apresentação de documentos que formalizam a união entre os casais são condições que dificultam o acesso dessas mulheres à DAP.

---

2 Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAF) é a comprovação de enquadramento do (a) agricultor (a) como produtor (a) rural. É indispensável para o acesso às políticas públicas, como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o Programa de Aquisição de Alimentos, Merenda Escolar, Habitação Rural e seguridade social.

3 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Os assentamentos rurais são assistidos por esse órgão que possuía chamadas próprias de ATER.

Ademais, as regras estabelecidas pelo órgão público estadual de assistência técnica não reconhecem a produção para autoconsumo, maior parte dos trabalhos realizados pelas mulheres, como trabalho produtivo e valorado. Portanto, percebemos que a divisão sexual do trabalho, que segmenta a hierarquização e a importância dos trabalhos entre homens e mulheres, ameaçava as mulheres na sua condição de agricultoras, privando-as, muitas vezes, do acesso aos direitos da seguridade social. Ao entender que essas condições resultavam na perda de autonomia das mulheres para decidirem sobre os espaços de plantio, produção e comercialização, da casa ou na comunidade, a SOF optou por dar visibilidade à produção de autoconsumo e aos trabalhos das mulheres no contexto do território, entendendo a vulnerabilidade que elas apresentaram no que se refere ao acesso a direitos.

As Cadernetas Agroecológicas passaram a ser utilizadas pelas agriculturas no final do contato delas com a ATER, em março de 2017, junto ao projeto *Os quintais das mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil*<sup>4</sup>, proposto pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA<sup>5</sup>. É importante ressaltar que foram os momentos de socialização e de trocas de experiências entre as mulheres, durante a ATER, que evidenciaram o desafio de fortalecer a produção de autoconsumo e conciliá-la à geração de renda, para visibilizar esse trabalho e construir caminhos para a autonomia com os grupos de mulheres.

Nesse contexto, participaram das anotações das Cadernetas as mulheres das cidades de Barra do Turvo, Apiaí, Itaoca, Peruíbe e Cananéia. Na cidade de Cananéia, o Grupo de mulheres da Enseada da Baleia teve pouca participação, porque enfrentava o deslocamento da comunidade caiçara para outro local devido a um acidente que envolvia riscos ambientais locais. Nesse

4 A sistematização das Cadernetas Agroecológicas ocorreu entre março de 2017 a fevereiro de 2018.

5 Articulação Nacional de Agroecologia.

período, portanto, as mulheres colocaram-se na mobilização e nos cuidados com a comunidade. Assim, o envolvimento das mulheres em questões comunitárias, nos cuidados com idosos, pessoas doentes e crianças foi muito frequente durante o acompanhamento das CAs<sup>6</sup>.

As mulheres de Peruíbe e Apiaí, que já participavam de alguns circuitos de comercialização, como feiras e outros mercados maiores, mostraram que as trocas e vendas de produtos processados foram maiores. Já o grupo UAAI<sup>7</sup> de Itaoca, que sistematizou a produção para autoconsumo, mostrou que a diversidade de produção foi maior quando comparada à produção das mulheres que participavam de circuitos de comercialização. A análise das Cadernetas sistematizadas do Vale do Ribeira revelou que os valores de venda somaram R\$ 48.773,50 e os valores da produção para consumo, R\$ 30.942,91.

Nesse sentido, uma agricultora relatou a dificuldade de precificar os alimentos na Caderneta, uma vez que são para autoconsumo e que não têm o valor do mercado: *“os alimentos que nós produzimos e comemos têm outro valor que não é só do dinheiro, é da nossa roça, do nosso trabalho e não tem veneno”*. Por esse motivo, em muitas Cadernetas, notamos que os valores da produção para consumo não existiam.

Na Barra do Turvo, no final do ano de 2016, seis grupos de mulheres iniciaram um processo de comercialização junto a grupos de consumo e a uma quitanda em São Paulo. Esse circuito, entre grupos de consumo e agricultoras, foi construído através da identificação de produtos, acordos de preços, períodos de vendas e pagamentos, etc. Atualmente, a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) funciona de maneira autogestionada, a fim de garantir a autonomia frente aos mercados convencionais do agronegócio.

<sup>6</sup> Período que algumas mulheres ficaram sem anotar nas Cadernetas Agroecológicas  
<sup>7</sup> União de Agricultoras Agroecológicas de Itaoca.

Quando iniciamos a sistematização das CAs, muitas mulheres relataram surpresa ao perceberem a diversidade de alimentos que produziam e, em encontros com os grupos de consumo, verificaram que muitas plantas que pensavam ser “mato” ou para “gasto da casa” possuíam valor para as pessoas que moram na cidade: *“Foi andando aqui no quintal que descobri que as plantas que eu uso só para a casa ou para preparar remédio poderiam ir também para os grupos de consumo”*, relatou uma agricultora do bairro Bela Vista. Vale ressaltar que esse grupo foi inserido no processo de comercialização devido à visibilidade de produção que as Cadernetas apresentaram. Outras agricultoras afirmaram o quanto se deixa de gastar por produzir, principalmente em relação à criação de animais, nos gastos com ração e milho.

Durante o curso Economia Feminista e Agroecologia<sup>8</sup>, realizado em 2017, com participação das agricultoras que utilizavam as CAs, a SOF propôs uma metodologia chamada “gira-gira”, que consistia em as mulheres ficarem em círculo, uma de frente para a outra, de modo que a mulher que estava dentro da roda respondia para a companheira da frente as perguntas que foram colocadas. Por sua vez, aquelas que estavam na parte de dentro do círculo falavam simultaneamente para as que estavam apenas ouvindo a sua frente. As perguntas foram as seguintes: 1. Quais os aprendizados de anotar na Caderneta agroecológica?; 2. Quais as dificuldades?; 3. Uma pergunta livre feita pelas mulheres que estão ouvindo.

Nesse momento, as mulheres compartilharam suas percepções e afirmaram que produzem mais do que achavam que produziam e que, através das CAs, puderam visualizar sua produção e estimá-la, além de notarem que poderiam vender os produtos sem que faltasse para o autoconsumo. Ainda compreenderam melhor a sazonalidade dos produtos e perceberam que economizam muito, porque, ao plantar para o autoconsumo em seus quintais, deixam de gastar no mercado, além de terem diversidade de alimentos. Além disso, colocaram que a Caderneta foi um documento útil por permitir a comprovação da produção e por

8 Publicação disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf>

facilitar o acesso à DAP. Uma agricultora relatou que, após mostrar sua Caderneta para seu marido, conseguiu convencê-lo a fazer uma cerca que ela precisava há tempos, pois ele percebeu que ela também estava trabalhando e colocando dinheiro em casa.

Para a apresentação desse dia, foi organizada uma nuvem de palavras<sup>9</sup> com os alimentos mais anotados nas Cadernetas, e a palavra “ovos” foi a que mais se destacou. Segundo a análise da produção por grupos de mulheres da Barra do Turvo, através da sistematização das Cadernetas Agroecológicas, o resultado não foi diferente: 41% da produção total é de origem animal. Esse olhar sobre a produção fez com que a SOF também acompanhasse a produção animal, oferecendo oficinas de galinhas agroecológicas, de recomposição dos pequenos pastos e de alimentação e saúde das criações.

### APRENDIZADOS, DESAFIOS, DESDOBRAMENTOS

As anotações nas Cadernetas Agroecológicas fortaleceram os diversos grupos de mulheres nos processos que envolvem a construção da autonomia frente à comercialização, à participação nos espaços mistos e aos assuntos comunitários, para lidarem com as situações de violência e, também, para estabelecerem alguns acordos no âmbito da casa e do núcleo da família. Foi observado que a visibilidade dos trabalhos das mulheres e as relações que elas mantêm na vizinhança e com outros grupos de mulheres, como as trocas e doações, são baseadas na manutenção de um vínculo comunitário que permite fortalecer a auto-organização dos grupos. Para além das anotações, os encontros e momentos de socialização sobre o uso das CAs mostraram que o aumento da diversidade de produção também está relacionado às trocas de conhecimentos sobre os usos de plantas, mudas e sementes.

---

<sup>9</sup> Nuvem de palavras é um gráfico digital que mostra o grau de frequência das palavras em um texto. Quanto mais a palavra é utilizada, mais chamativa é a representação dessa palavra no gráfico.

Sabemos que, ao visibilizar os trabalhos das mulheres, muitos conflitos também surgem, como espaços a serem disputados, seja no âmbito comunitário ou familiar. A esse respeito, muitos desses conflitos foram relatados pelas mulheres, como o desencorajamento da participação em projetos ou em assuntos que apenas “homens podem tratar”; o desincentivo da continuidade das anotações nas CAs, vindo, principalmente, dos homens da casa; a destruição de parte de suas produções para dar lugar a projetos chamados de “carros-chefes” das unidades de produção; ou até mesmo o envenenamento de suas produções pelos próprios maridos sob a justificativa de que não teriam tempo para carpir e produzir sem veneno.

Ao mesmo tempo que esses desafios se colocam, outros relatos mostraram como as mulheres foram construindo maneiras para lidar com as situações que surgiam. Uma agricultora afirmou que, devido aos encontros dos grupos de mulheres em um dos bairros da Barra do Turvo, os momentos de violência do marido foram inibidos pela presença das mulheres. Ademais, o grupo de Itaoca iniciou sua organização de comercialização de alimentos para consumidores do município a partir da produção de seus quintais. Esse grupo também se baseou em um ano de anotações das CAs para escrever o projeto de PAA<sup>10</sup> do município. Entre os acordos de comercialização para os grupos de consumo de São Paulo, as mulheres do bairro Bela Vista solicitaram o uso das Cadernetas para as novas integrantes do grupo, entendendo que o funcionamento da auto-organização vai além das vendas de produtos.

Vale ressaltar que o acompanhamento e a socialização das CAs foram positivos quando as mulheres mais jovens foram inseridas no processo. As trocas e os momentos das rodas de conversa foram essenciais para reflexões e ações coletivas em torno das experiências com as anotações. Atualmente, a RAMA possui

---

10 Programa de Aquisição de Alimentos.

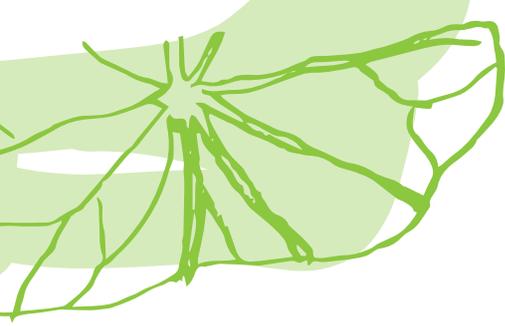
09 grupos de mulheres inseridos na rede de grupos de consumo. Tais inserções nesse processo ocorreram a partir da percepção de que o excedente da produção do quintal para o autoconsumo e para o “gasto da casa” também poderia ser valorado de acordo com seu trabalho. A SOF entende que o uso das Cadernetas também propiciou reflexões sobre como relacionar preços de produtos de acordo com os tempos das mulheres e com as maneiras que elas produzem, sobre o entendimento de que certas tecnologias e meios de produção são importantes para reduzir e deixar menos penosos os trabalhos produtivos e, também, para aumentar a percepção de como os trabalhos das mulheres agricultoras são de grande contribuição para a economia feminista, solidária e ecológica.



Comunidade



MERCADO



## 14. A EXPERIÊNCIA DO ESPLAR COM AS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS

*Aldenizia Maia de Oliveira<sup>1</sup>*

### **ESPLAR E A EXPERIÊNCIA DE ATER**

O Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1974 no município de Fortaleza, Ceará, que atua diretamente em municípios do semiárido cearense, realizando atividades e executando diversos projetos para o desenvolvimento da agroecologia e da agricultura familiar, com foco na sustentabilidade socioambiental e na igualdade de gênero, raça e etnia.

Dentre as ações de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER) executadas pela instituição, duas foram envolvidas na pesquisa nacional com as Cadernetas Agroecológicas e serão abordadas aqui: o projeto Educação Para a Liberdade (EPL), desenvolvido em três municípios dos Sertões dos Crateús, com grupos de mulheres

---

<sup>1</sup> Socióloga e assessora técnica do Esplar.

agricultoras e mães de alunas/os também acompanhadas/os pelo projeto, e o projeto ATER Agroecologia, executado junto a 800 famílias de 10 municípios dos Sertões de Sobral.

O trabalho do Esplar já estava voltado para fortalecer a incidência das mulheres nos espaços de decisão política, na produção de alimentos saudáveis, na geração de renda e no enfrentamento à violência contra a mulher. O uso das Cadernetas Agroecológicas veio fortalecer esses processos, à medida que as mulheres passaram a se perceber, através do preenchimento das Cadernetas, como trabalhadoras que geram renda e produzem alimentos saudáveis para sua família e, ainda, contribuem com outras famílias ao doarem ou trocarem parte do que produzem.

### **CADERNETAS AGROECOLÓGICAS: O PASSO A PASSO E OS APRENDIZADOS**

A aplicação das Cadernetas Agroecológicas junto às mulheres acompanhadas pelo Esplar ocorreu no período de março de 2017 a fevereiro de 2018, envolvendo 14 mulheres agricultoras, sendo 11 do projeto EPL nos Sertões dos Crateús, e três do ATER Agroecologia na região de Sobral. Foram adotadas duas metodologias diferentes: a primeira consistia em ter o maior número de mulheres participando da pesquisa na mesma comunidade, pois, assim, elas poderiam tirar dúvidas umas das outras, trocar experiências e motivarem-se no coletivo. A segunda metodologia trabalhava apenas com uma mulher por comunidade e, nesse caso, elas não tiveram como trocar experiências entre elas ou se motivarem.

A equipe técnica do EPL era formada apenas por mulheres, e os grupos acompanhados eram compostos unicamente por mulheres agricultoras, enquanto o ATER Agroecologia tinha uma equipe mista, composta por técnicos e técnicas, bem como as atividades coletivas eram realizadas com grupos de homens e de mulheres e o acompanhamento à unidade familiar produtiva era feito com toda a família. No início, alguns homens perguntaram por que utilizar as Cadernetas só com as mulheres, alegando que

sua produção seria desprezada ou invisibilizada, mas, com o passar do tempo, acostumaram-se com a ideia.

Nesse período, não havia recurso financeiro específico para a realização do acompanhamento das Cadernetas, por isso, aproveitamos a realização de outras atividades dos projetos para fazer esse acompanhamento. Contudo, ele era sempre realizado por uma técnica que trabalhava diretamente com cada mulher participante. Uma experiência que chamou bastante atenção foi o dia em que um técnico, ao acompanhar a coleta dos dados da Caderneta de uma agricultora, presenciou o esposo, que nunca participava do acompanhamento, afirmar: “ah! essa conversa é coisa de mulher”, desencorajando e deslegitimando a fala da agricultora, interferindo na conversa, discordando de quantidades e valores e ressaltando que “ela não entende dessa parte da produção”. Percebeu-se, portanto, que a presença de outro homem na assessoria tornou aquele acompanhamento “uma conversa para homens”, diferentemente dos outros momentos.

A metodologia das Cadernetas é inicialmente simples, as próprias mulheres são ao mesmo tempo pesquisadas e pesquisadoras, uma vez que elas mesmas anotam tudo que consomem, vendem, doam e trocam da sua produção. No entanto, há que se considerar o fato de muitas agricultoras terem a limitação da falta de estudo e não saberem ler e escrever, o que torna a metodologia de anotações mais complicada. Tal constatação ocorreu quando uma das agricultoras da região de Sobral, que não sabia ler ou escrever e dependia da filha que morava com ela para fazer as anotações, disse que iria desistir de todo processo. Ela sempre mencionava as dificuldades de depender da filha para anotar tudo e que, às vezes, algumas informações se perdiam por não serem anotadas todo dia, o que levava à subnotificação, porém, ela demonstrava animação quando via os resultados de cada mês. Já no final da pesquisa, nos últimos meses, a filha que fazia as anotações foi trabalhar na sede do município e a agricultora não teria mais como preencher a Ca-

derneta. Ela falou, com um olhar triste, que, se soubesse ao menos desenhar, o faria, para não ter que desistir.

Mesmo sem perceber, a agricultora apresentou o problema e, ao mesmo tempo, a solução. Uma metodologia alternativa foi elaborada para que aquela mulher não saísse da pesquisa. Identificados todos os produtos que ela costumava anotar, foi criada uma tabela à parte, com as cores de cada coluna da Caderneta e uma outra coluna anexada, com pequenas fotos dos produtos, sendo necessário apenas marcar um tracinho ao lado da foto na coluna da cor correspondente a: consumo, venda, doação ou troca. Desse modo, ela pôde participar do processo até o final. Essa experiência levantou a questão de que é necessário pensar em metodologias mais inclusivas, que não excluam mulheres pela falta de acesso à educação, e que elas possam ser integradas a partir de uma metodologia que contemple, também, as diferenças. Abaixo, apresentamos o modelo da tabela utilizada como alternativa àquela limitação:

PRODUTO	CONSUMO	DOAÇÃO	TROCA	VENDA
				
				
				
				
				
				
				

## MAPAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE E QUESTIONÁRIOS DE PERFIL SOCIOECONÔMICO

Os mapas da sociobiodiversidade foram incorporados à pesquisa como instrumento para a identificação da produção e das áreas em que as mulheres produziam e tomavam as decisões; áreas onde elas produziam, mas não possuíam poder de decisão, já que isso era designado ao marido; e as áreas onde tanto as decisões quanto o trabalho eram divididos de modo igualitário. Já os questionários visavam a conhecer o perfil socioeconômico, o acesso às políticas públicas e o nível da participação política das mulheres. Ambos constituíram eficientes instrumentos de reflexão político-produtiva para as agricultoras. Contudo, os 14 mapas, bem como os 14 questionários socioeconômicos foram aplicados somente no final da pesquisa, o que foi avaliado como um ponto fraco do processo, pois se realizados no início, logo no primeiro mês de acompanhamento, colaborariam bastante na identificação da produção e diminuiriam parte considerável de subnotificação, uma vez que foram identificados, no mapa, diversos produtos que as mulheres não anotavam, sob a justificativa de que não lembravam ou não consideravam como sua produção, a exemplo das plantas medicinais.

Essa avaliação levou à conclusão de que o ideal seria fazer um mapa e um questionário no início, no primeiro mês de acompanhamento, e outro no final do processo, no último mês, para que seja possível obter mais elementos e para que se possa mensurar o alcance das mudanças produtivas, econômicas e políticas, bem como a inserção das mulheres nos espaços e tomadas de decisões.

## A ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

As 14 agricultoras acompanhadas pelo Esplar no processo das Cadernetas Agroecológicas apresentaram diferentes dados de produção no tocante aos números de produtos registrados, existindo desde aquelas que registraram apenas sete tipos de produ-

tos até as que contabilizaram 47 produtos diferentes. A relação econômica entre diversidade e valores apresentou uma exceção: uma das mulheres que anotou a menor diversidade de produtos e tinha a maior rentabilidade produzia bolos em grande quantidade e comercializava para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o que explica o fato. Nos demais casos, a correlação encontrada aponta que quanto maior a diversidade produtiva, maior o valor econômico.

Ao longo dos 12 meses de pesquisa, as anotações das 14 agricultoras contabilizaram o valor total de R\$ 40.297,20, distribuídos entre comercialização: R\$ 21.762,10, consumo: R\$ 14.507,85, doação: R\$ 3.869,65 e troca: R\$ 157,60. A média mensal individual foi de R\$ 292,01. Nota-se que os valores atribuídos para comercialização são consideravelmente maiores que os demais, apesar de a maioria das mulheres registrar mais produtos para consumo próprio. Isso ocorre pelo fato de muitas vezes o produto vendido ser anotado com um valor superior ao que é consumido, seja por seu tamanho ou por ter qualidade melhor. Também há menos esquecimentos de anotações das vendas, por serem menos frequentes e em maior quantidade que o consumo diário de produtos como ovos e cheiro verde, por exemplo.

Os valores apresentados podem parecer pequenos se não for considerado que, ao longo dos 12 meses, houve períodos de baixa produtividade, por falta de chuvas. Houve, ainda, subnotificações por algumas mulheres não considerarem ou não se lembrarem de determinados produtos que foram identificados somente na elaboração do mapa. Ademais, houve períodos em que algumas mulheres ficaram desmotivadas e pararam de anotar com a frequência desejada. Isso ocorreu, principalmente, com aquelas que faziam anotações individualmente na comunidade.

Quando se pensa nas Cadernetas Agroecológicas como um instrumento político pedagógico, é possível entender que os maiores resultados não são financeiros, mas de entendimento,

por parte das mulheres, de que podem estar em qualquer lugar reconhecendo-se e afirmando-se como sujeitos de direitos. Isso se faz notório nas palavras daquelas mulheres que se apoderaram do processo e dedicaram-se a ele, conforme indicam os depoimentos a seguir, em que o primeiro pertence a uma agricultora de Nova Russas/Sertões dos Crateús e o segundo, a uma agricultora de Santana do Acaraú/Sertões de Sobral:

*O meu quintal é o lugar mais sagrado. Eu trato como se fosse algo sagrado mesmo, pois lá eu trabalho e há muitos anos não entra uma gota de veneno. É de lá que eu tiro comida de verdade, que eu sei como foi plantada. Eu sempre soube disso, mas eu não tinha como provar. Quando alguém perguntava o que eu tava fazendo que eu dizia que tava no quintal, tinha gente que dizia que era perda de tempo, que não dava dinheiro. Hoje, com a Caderneta, eu posso mostrar: tá aqui o que eu produzi, o que eu plantei deu isso aqui de renda e eu mostro a Caderneta. Agora ninguém mais pode dizer que tô perdendo tempo, porque eu tenho como provar que não é perda de tempo, que o que eu faço ali traz comida de verdade e traz dinheiro para dentro de casa, às vezes até mais do que se tivesse trabalhando lá fora.*

*Antes eu era muito tímida, tinha vergonha de falar em público e em todo canto que eu ia quando me perguntavam o que eu fazia, em que eu trabalhava, eu logo dizia: eu não trabalho não, eu sou só dona de casa, porque eu não via que o que eu fazia era trabalho, eu achava que era obrigação. Quando eu comecei a participar de reunião e dos acompanhamentos, eu comecei a entender que era obrigação, sim, mas era obrigação de todo mundo e que era um trabalho sim e um trabalho cansativo, um trabalho que eu fazia e que não via que era trabalho. Depois eu comecei a ver que aquele trabalho gerava também uma renda, olha, no meu roçado tem uns 17 tipos de cultura, tudo bem que eu não plantei sozinha, mas antes eu não me via como agricultora e achava que o roçado era do meu marido, mesmo trabalhando lá dentro, achava que eu só ajudava. Hoje eu vejo que tudo tem o meu suor e no meu quintal produzo de tudo; eu produzo o que comer, eu vendo, eu dou a um filho, a um vizinho e tudo isso é renda. Quando eu comecei a anotar na Caderneta, eu nem imaginava que ia ter tanta coisa, eu pensei: é, eu trabalho, vai ser bom ver o que*

*eu tô produzindo, mas quando eu somei no final do mês tudo que eu tinha vendido, tudo que eu tinha doado e comido, eu vi o montante de dinheiro que eu tinha gerado, eu não acreditei e fui fazer as contas de novo, era o meu suor, o meu trabalho que tava ali contado em dinheiro, coisa que antes eu não pensava que eu podia fazer.*

Esses depoimentos mostram a importância de um olhar diferente do corriqueiro, a necessidade de olhar para as diferentes realidades das mulheres, conseguir entendê-las e de que, nessa troca de saberes, vivências e sentimentos, elas mesmas passem a perceber a violência velada, a sobrecarga de trabalho, a relação injusta entre trabalho produtivo e reprodutivo e possam romper com essas correntes. Nesse sentido, as Cadernetas mostraram-se, ainda, como um instrumento que possibilita mudanças para além da forma de produzir, mas também na vida das mulheres.

### DESAFIOS PRESENTES E FUTUROS

Uma dificuldade encontrada no final do processo foi o encerramento antecipado das atividades do ATER Agroecologia. O projeto foi finalizado antes do prazo previsto por falta de repasse de recursos do financiador, o que impossibilitou finalizar o processo com as agricultoras dos Sertões de Sobral, uma vez que parte da equipe técnica foi desligada da instituição e, outra parte, remanejada para projetos em outras regiões, não sendo possível dar, sequer, um retorno para as mulheres dessa região. A análise dos dados na instituição também ficou comprometida. Os dados foram tabulados, mas não havia pessoal com disponibilidade e expertise para analisá-los de forma mais consistente e aprofundada para que pudessem servir de base para futuras ações.

As mulheres acompanhadas pelo projeto Educação para a Liberdade nos Sertões dos Crateús continuaram sendo assessoradas, pois o projeto teve continuidade e possibilitou a finalização de todo o processo. A metodologia das Cadernetas foi, ainda, aplicada em outro momento, com outras mulheres do EPL,

como forma de mensurar e monitorar a renda após a implantação de tecnologias de reúso de água cinza para produção de frutas e hortaliças, avaliando a viabilidade financeira da tecnologia e a melhoria da alimentação das famílias.

A experiência com as Cadernetas Agroecológicas apresentou resultados exitosos, o que fez surgir o desejo de implementar a metodologia em outros projetos da instituição. Por outro lado, reafirmou a necessidade de se fazer uma ATER diferente, uma ATER com perfil feminista. Para tanto, é preciso que sejam considerados outros fatores além da paridade de gênero nas equipes técnicas e nas famílias ou grupos assistidos. Faz-se primordial que sejam criadas condições de trabalho que realmente possibilitem a permanência das mulheres nas equipes técnicas, bem como formação continuada em gênero na perspectiva feminista para as equipes e uma redistribuição dos trabalhos, de modo a não sobrecarregar as técnicas, uma vez que, em grupos mistos, elas ficam responsáveis por atividades que são feitas exclusivamente com mulheres. As demais atividades, como acompanhamentos técnicos individuais, por exemplo, precisam ser reorganizadas, de modo que não seja necessário que técnicas tenham uma sobrecarga de trabalho em relação aos técnicos para que aconteçam atividades específicas com mulheres. Os desafios estão postos, resta continuar a luta para superá-los.





## 15. A EXPERIÊNCIA DE ATER FEMINISTA DA CASA DA MULHER DO NORDESTE E USO DA CADERNETA AGROECOLÓGICA

Graciete Santos<sup>1</sup>

### QUEM SOMOS

A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) é uma organização da sociedade civil feminista, fundada em 1980, com a missão *de fortalecer a autonomia econômica e política das mulheres, afirmando a agroecologia com base no feminismo e na igualdade racial*. Atualmente, a CMN conta com dois escritórios, sendo um na capital pernambucana e outro no município de Afogados de Ingazeira, Sertão do Pajeú. O projeto político institucional envolve a transformação da sociedade através do enfrentamento das desigualdades de gênero, raça, classe e etnia.

A atuação da organização está voltada para as mulheres urbanas e rurais do Nordeste, especialmente em Pernambuco, buscando

<sup>1</sup> Socióloga, presidenta da Casa da Mulher do Nordeste

fortalecer a organização produtiva, ampliar a representação política nos espaços de poder e estimular e apoiar a ação propositiva das mulheres para o acesso às políticas públicas e aos seus direitos. Além disso, a CMN tem desenvolvido projetos e ações no enfrentamento da violência de gênero e das desigualdades raciais. Uma das fortes estratégias desenvolvidas está voltada à valorização e ao fortalecimento da autonomia das mulheres nos quintais produtivos e no acesso às tecnologias sociais de convivência com o semi-árido, bem como ao desenvolvimento de redes de agricultura urbana na cidade. Nesse âmbito, destacamos o projeto Mulheres na Caatinga, que envolveu 210 mulheres, em 12 municípios, na preservação do bioma Caatinga, na formação feminista e ambiental e no plantio de mais de 48 mil mudas de plantas nativas na região.

Assumir a nossa identidade de organização feminista e desenvolver um trabalho de ATER não foi nada fácil. Foram muitas dificuldades enfrentadas para nos firmarmos e nos sustentarmos no território do Pajeú, em especial o preconceito em relação a uma ATER feita por mulheres e para mulheres. Enfrentamos, também, os valores machistas presentes na sociedade em geral, nas organizações do campo, nos sindicatos, nos partidos políticos e na família. Nossa perspectiva questiona as relações de poder dos homens sobre as mulheres no âmbito familiar, criticando a divisão sexual do trabalho que determina às mulheres a responsabilidade sobre o trabalho da casa e o cuidado com as crianças e com os idosos.

O Pajeú é uma microrregião, inserida na mesorregião do sertão de Pernambuco, composta por 20 municípios. É uma das microrregiões mais populosas do sertão pernambucano, certamente pela atração do rio Pajeú e de seus afluentes com potencial hídrico importante para as atividades produtivas e para a vida da população. Contudo, a região enfrenta a poluição do rio Pajeú devido ao uso de agrotóxicos em muitas propriedades, assim como aos dejetos dos domicílios pela ausência de saneamento, os quais, nas áreas rurais, são jogados, em totalidade, a céu aberto. A ocupação intensa junto aos cursos d'água resulta

na ausência ou na rarefação das matas ciliares. O desmatamento do bioma Caatinga para retirada de lenha e carvão para venda na região, assim como a cultura das queimadas, traz fortes impactos sobre a biodiversidade do bioma único no mundo. Como região semiárida, a microrregião do Pajeú enfrenta longos períodos de estiagem, sendo o acesso à água uma questão fundamental na vida da população. Apesar dos avanços das tecnologias hídricas, a exemplo dos programas da Articulação do Semiárido (ASA), Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Programa Uma Terra duas águas (P1+2), a região ainda enfrenta dificuldades no acesso à água regular e ao abastecimento por carros-pipa.

Essa foi uma questão identificada pela CMN quando o trabalho foi iniciado na região, em especial o impacto da escassez de água na vida das mulheres, uma vez que são elas as responsáveis pelo abastecimento e pela gestão da água na família. Em 2008, a CMN entrou na ASA-PE como uma das organizações gestora do P1MC e, desde então, vem lutando para ampliar a participação efetiva das mulheres nesses programas, assim como pelo reconhecimento delas como sujeitos de direitos. Em 2004, a CMN promoveu o primeiro curso de pedreiras de cisterna, incentivando outros estados na mobilização dessa iniciativa e problematizando a divisão sexual do trabalho nesses programas, uma vez que as mulheres ainda assumem sozinhas o trabalho doméstico.

A região conta com uma expressiva participação de movimentos sociais, com destaque para o Fórum de Mulheres do Pajeú, a Rede de Agroecologia, a Rede de Mulheres do Pajeú e a ASA-PE. A participação da CMN e de outras ONGs do campo agroecológico nas chamadas das ATERs Agroecologia e da ATER Mulher contribuiu muito para marcar uma diferença e garantir uma metodologia coerente com os princípios da agroecologia e do feminismo, a despeito das muitas dificuldades enfrentadas no modelo e na gestão dessas chamadas.

## AS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS NO NOSSO FAZER ATER

Iniciamos nossa ação de assessoria em 2003, com a realização de um diagnóstico da situação das mulheres na região em nove municípios e 29 comunidades, com 790 mulheres, sobre vários temas: saúde, educação, trabalho, participação política, crédito, comercialização, renda e assistência técnica.

Nesse diagnóstico, algumas demandas foram pontuadas, como a frágil participação das mulheres em espaços de decisão e de controle social, a desvalorização do trabalho delas no âmbito da casa, da produção e da comercialização, e a falta de acesso à assistência técnica e ao crédito. Observamos que as mulheres trabalhavam muito em suas casas e em seus quintais, e também na roça, junto com o marido, mas não tinham nenhum reconhecimento e não eram remuneradas pelo seu trabalho.

Algumas produziam artesanato, mas sem qualidade; também criavam alguns animais de pequeno porte, em especial as galinhas de capoeira, mas sem assessoria e com dificuldades no manejo das criações e na comercialização da produção. A partir desse contexto, decidimos enfatizar nossa ação de fortalecimento da auto-organização das mulheres e uma assessoria específica para atender às suas demandas. Na nossa observação, as mulheres trabalhavam muito e as condições de trabalho eram precárias. Chamava-nos a atenção os quintais, espaço onde elas podiam fazer e gerir sua produção, e onde também exercitavam suas experiências com misturas, como o uso de defensivos naturais, o plantio de mudas, a diversidade de hortaliças, flores e frutas em perfeita harmonia. Também observamos que esses espaços estavam, em sua maioria, em piores condições do solo e de acesso à água. Foi a partir dessas observações que decidimos que iríamos fortalecer e investir nos quintais das mulheres para torná-los produtivos e com melhores condições de infraestrutura de água e de outras tecnologias. Para isso, convidamos quatro agricultoras de diferentes municípios para iniciar conosco uma experiência de assessoria técnica emancipadora em seus quintais.

Tínhamos dois grandes desafios: o primeiro deles era o de nos afirmarmos como organização feminista e organização de ATER em uma região com a presença de organizações machistas, que não reconheciam a capacidade das mulheres como técnicas, nem a importância do trabalho das agricultoras no âmbito da agricultura familiar. O outro grande desafio era a dificuldade de formar uma equipe com técnicas mulheres com experiência no meio rural e que se identificassem com a luta do feminismo. Desse modo, esse trabalho foi desenvolvido a partir de uma construção dialógica, na qual as agricultoras e as técnicas foram aprendendo umas com as outras e construindo nossa metodologia norteada pela autonomia e pelo reconhecimento das mulheres como sujeitos do processo.

Quando começamos a usar as Cadernetas Agroecológicas (CAs), já havia uma caminhada de trabalho em relação à sua utilização com as mulheres na região. Mas nosso desafio era estimular as mulheres a fazerem anotações sobre sua produção, pensarem sobre o valor dos produtos, o preço para a venda, o tempo do trabalho. Tudo isso fazia parte de nossos processos de formação, assim como da assessoria junto às mulheres. A CA veio como uma ferramenta pedagógica fundamental para dar suporte a essas questões da assessoria técnica feminista que já desenvolvíamos, pois ela possibilitou aprofundar nossa reflexão sobre o valor do trabalho das mulheres, problematizar o conceito de renda, considerado como indicador de resultado principal em muitos dos nossos projetos, além de identificar a renda não monetária, fundamental para sustentabilidade do agroecossistema.

Visibilizar os valores da produção das mulheres voltada para o consumo da família ajudou, inclusive, a entendermos melhor a sua enorme contribuição nos quintais e a afirmarmos a economia feminista como fundamento teórico e prático em nossa assessoria técnica. Portanto, a CA ajuda a visibilizar essa “economia invisível”, a materializar a contribuição das mulheres na segurança alimentar das suas famílias, além de fundamentar os nossos argumentos enquanto ATER feminista, assim como fortalecer o poder

de argumentação das mulheres nas relações familiares e comunitárias enquanto sujeitos políticos. Ademais, o trabalho com essa ferramenta provocou nosso olhar para as nossas fragilidades no acompanhamento sistemático diante das dificuldades da redução de equipe e dos formatos dos projetos de ATER, medidos por grandes metas e curto período de execução. Nesse sentido, vimos que incorporar o uso das CAs requer garantir um processo de construção junto às mulheres, de produção de conhecimentos, de adaptações às realidades e de fortalecimento da autonomia.

Aproveitamos o processo previsto na chamada de ATER Agroecologia, no período de 2016 a 2017, assim como outro projeto executado nesse período, para iniciarmos o uso das Cadernetas com 10 mulheres de diferentes municípios. Vale ressaltar que na amostra da pesquisa das CAs, apenas três mulheres foram monitoradas pela CMN. Para isso, utilizamos alguns dados já levantados sobre os agroecossistemas nesses processos, o que subsidiou as oficinas sobre as Cadernetas Agroecológicas. Esse processo aconteceu por meio de oficinas, nas quais se reuniram agricultoras de comunidades próximas para a apresentação das Cadernetas e para a realização de exercícios de como usá-las, a partir de exemplos práticos. Para tanto, usamos diversas ferramentas, como a rotina diária, o Rio da Vida, desenhos dos quintais, caminhadas e observações nas áreas das mulheres e de suas famílias. Além disso, foram discutidos temas como economia feminista, valor monetário e não monetário, segurança alimentar e divisão do trabalho doméstico.

Nesse período, a CMN realizou a Escola Feminista para as mulheres participantes da Chamada de ATER Agroecologia, em parceria com o Centro Sabiá na região do Pajeú. Esse processo foi extremamente importante para fortalecer a autonomia política e econômica das mulheres, assim como auto-organização no território. No módulo sobre agroecologia, trabalhamos o desenho dos agroecossistemas e apresentamos a Caderneta Agroecológica. Uma das mulheres participantes, do município de São

José do Egito, Vanete, após a Escola, assumiu a presidência da associação mista da sua comunidade, formou um grupo de mulheres e hoje produz coletivamente pamonhas, canjica, bolos e doces. Vanete relata que a Escola mudou sua vida:

*Depois que participei da Escola Feminista me reconheci como mulher feminista. Tive mais empoderamento, no grupo, na minha casa, e também passei a falar sobre direitos das mulheres na minha comunidade. Sem contar que passei a produzir e a acreditar na minha capacidade (Vanete, São José do Egito)*

Ela foi umas das mulheres que usou a Caderneta após participar de umas das oficinas. Anotou durante oito meses todas as informações sobre sua produção e afirmou:

É um conhecimento que eu não tinha. Nosso trabalho é pouco visto por nós. A gente anotando tem conhecimento e tem um controle da nossa renda. O que coloca no bolso. Eu não colocava o que a gente consumia, doava e trocava. Saber do nosso suor, o que vale. A gente se mostra mais forte. A CA é muito especial pra ter o olhar do seu próprio trabalho. Antes eu não sabia o valor do meu trabalho. Quando você tem conhecimento, você mostra. Passava na cara do meu marido para ele saber. Ver o que a gente deixa de comprar: o ovo, galinha, verduras, leite o queijo. Somos ricos sem saber! (Vanete, São José do Egito)

Sua renda média por mês era de R\$ 734,00, obtida a partir da venda de porta em porta na comunidade e no município. O valor do que tirava para o consumo da família girava em torno de R\$ 500,00 por mês. Sua produção em seu quintal era diversificada: graviola, mamão, goiaba, acerola, limão, feijão e milho. Também criava galinha e vaca, das quais tirava ovos e leite.

Já a agricultora Dandara, do município de Ingazeira, fez anotações na CA durante um ano, e sua renda média de venda mensal foi de R\$ 1.000,00. Ela vendia para o PNAE polpas de frutas de acerola, goiaba e manga, todos os itens produzidos em seu

quintal, que também apresentava uma diversidade de produtos, com limão, coentro, couve, cebolinha, mamão e feijão. A média calculada para o consumo era de R\$ 400,00 por mês, retirada das verduras, frutas e feijão. Dandara afirma:

*Eu me assustei quando somei os valores. Descobri o quanto eu tinha e ganhava. Eu não sabia da minha renda. Quanto eu tirava no mês. A Caderneta foi muito importante para saber o quanto vendia e consumia do meu quintal. Passei a me orgulhar do meu trabalho. (Dandara, Ingazeira)*

### TRILHANDO OS APRENDIZADOS

Para as agricultoras, as dificuldades iniciais de anotar as informações na CA foram apenas algumas das resistências que elas tiveram que superar. Os caminhos encontrados para tentarem lidar com essa dificuldade foram os mais diversos, como o envolvimento das filhas nas anotações das informações, das quais muitas se perdiam. Desse modo, a presença da assessoria técnica para o esclarecimento de dúvidas foi também uma estratégia no processo de aprendizagem do uso desse instrumento. Além disso, os momentos coletivos de trocas entre as mulheres foram importantes para motivá-las na continuação das anotações.

Outro desafio apresentado foi a dificuldade de obtenção do hábito da anotação sobre o que era vendido e o que era consumido, fator que aumentou a subnotificação dos dados, evidenciando a sobrecarga do trabalho das mulheres em casa e no agroecossistema. Elas estão em toda parte, na casa, no quintal, no roçado, na comercialização e participando das reuniões e atividades dos grupos, associações e movimentos; por isso, muitas relataram que faltava tempo para pararem e fazerem as anotações: “era tanta coisa que no final do dia não tinha coragem. Daí comecei a anotar de oito em oito dias, mas depois analisamos que muita coisa esquecia”, disse Joana. Essa questão nos desafia a pensar formas de anotação de modo a minimizar o peso sobre as mulheres.

Também observamos que a doação é algo muito comum entre as mulheres da região, especialmente de mudas, sementes, ovos e frutas. Quando têm em abundância, chamam as vizinhas para colherem e beneficiarem para a produção de doces e polpas. As galinhas não são para doação, elas são para o consumo da família e para venda. As trocas foram menores, o que aponta para a forte cultura da dádiva entre as mulheres, ou seja, elas doam sem a intenção de receber em troca.

O que chama mais atenção na análise das Cadernetas, em geral, são os valores na coluna do consumo. É relevante o quanto a produção dos quintais das mulheres, que possuem milho, feijão, verduras, frutas, galinhas, ovos e leite (além de uma das agricultoras, que possui uma vaca), garante a segurança alimentar e nutricional das suas famílias. Ademais, esses produtos também garantem a alimentação dos animais, derivada do quintal.

Nesse sentido, a CA ajudou a visibilizar a economia não monetária, que é muito significativa, mas pouco valorizada pelas mulheres. Nos momentos de encontro, a assessoria demonstrou, em valores, através de exemplos das anotações das mulheres, o quanto esses dados são importantes para a economia da família e para a sustentabilidade do agroecossistema, pois os fluxos demonstravam que muitos itens eram retirados da produção dos quintais e, por isso, não era necessário comprá-los, de modo que esse valor tinha que ser compreendido como renda também. Essa descoberta e a compreensão da economia não monetária pelas mulheres foi algo muito importante. Parece-nos ser esse o elemento central da CA: revelar a economia que mantém a vida. As Cadernetas Agroecológicas, hoje, estão incorporadas na metodologia da assessoria e estamos nos desafiando a adaptá-las para a realidade dos quintais urbanos.

**REFERÊNCIAS**

ARAGÃO, M. *et al.* **Ater Mulheres.** Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2017.

SANTOS, G. G. **As Mulheres na política e a política na vida das mulheres:** olhares sobre a ater mulher no sertão do pajéu. 171f. (Dissertação Extensão Rural e desenvolvimento local-Posmex.) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2017.

SANTOS, G. G. Os quintais produtivos e as mulheres: espaços de construção de autonomia e transição agroecológica. In: MEDEIROS, A. *et al.* **Agroecologia na convivência com semiárido:** experiências vividas, sentidas e aprendidas. Recife: editoras das organizadoras, 2015. cap. 6, p.123-141.





## 16. A CONTRIBUIÇÃO DAS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS SOCIAIS

Magnólia Said<sup>1</sup>

*“Nada provoca mais horror à ordem do que as mulheres que lutam e sonham”* José Martí

### **POLÍTICAS PÚBLICAS - PARA QUEM E PARA QUE?**

Falar de políticas públicas é falar de políticas universais de direitos. As políticas públicas são, em tese, formatadas pelo poder público para atender a determinados setores da sociedade. Por exemplo: crianças, mulheres, homossexuais, quilombolas, frente às reais necessidades desses grupos. Podemos também dizer que políticas públicas são respostas do poder público para problemas sociais. Elas exprimem as visões de mundo e as opções políticas de quem controla o poder. As políticas são públicas porque têm um interesse público e uma finalidade pública, podendo ser

<sup>1</sup> Advogada, Educadora Feminista, desenvolve atividades com mulheres indígenas e rurais no Esplar-Centro de Pesquisa e Assessoria.

realizadas também em parceria com ONGs e com empresas. Elas são feitas para atender, principalmente, setores da sociedade considerados marginalizados. Para serem públicas mesmo, é preciso considerar a quem se destinam seus resultados, se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público e se elas têm um orçamento definido em Lei. Mas, em geral, isso só acontece quando há pressão e mobilização social.

Uma ação desenvolvida por uma ONG ou por uma associação comunitária, pode se transformar em política pública quando o gestor ou gestora assume a responsabilidade de fazer com que ela seja ampliada. Por exemplo, as Casas de Sementes da Paraíba, que começaram com o trabalho de algumas ONGs, foram incorporadas pelo poder público. Acreditamos que a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica foi fruto da capacidade de organização e de articulação das mulheres para reivindicar o direito ao seu reconhecimento como produtoras. Por outro lado, o Programa 1 milhão de Cisternas, uma parceria entre governo federal (governo Lula), ONGs e movimentos sociais que poderia ter se tornado política pública por seu caráter de necessidade essencial (potencializar o acesso à água), teve seu fim decretado no governo Temer.

Às vezes, o recurso previsto para uma determinada política é finito, ou seja, só está previsto aquele valor. Se o recurso acabar ou se o governo avaliar que, de certo momento em diante, a prioridade é outra e, portanto, não vai mais investir ali, acaba a política. Para aquela política continuar, é preciso que o governo garanta a sua sustentabilidade através de recursos do Estado, porque ela passa a concorrer com outras que também precisam de recursos e é a correlação de forças que vai definir o destino daquele recurso. Todavia, se a população estiver atenta, é a sua capacidade de organização, de mobilização e de pressão junto aos órgãos de governo, junto ao parlamento ou à instância judiciária, que vai garantir a manutenção da política.

As políticas públicas, portanto, são respostas do poder público às necessidades sociais, corporificadas em seus reclamos. Elas podem vir com a **Máscara do Favor** ou com a **Marca da Justiça**.

Quanto mais fraca a organização, a participação popular, mais facilidade o governo vai ter para definir políticas públicas de acordo com seus interesses, que são, também, os interesses dos políticos, dos empresários. Isso acontece quando esse governo não tem compromisso com o povo, o que vem ocorrendo desde o governo interino do ex-presidente Michel Temer e no atual governo.

As políticas públicas específicas para mulheres são fundamentais para fortalecer a sua luta por direitos e justiça social.

Como vivemos em uma sociedade patriarcal e machista que discrimina a mulher em vários sentidos, às vezes de forma explícita, outras vezes de modo que nem se percebe (não reconhecendo o trabalho que ela realiza, para que o sistema do capital continue explorando seu corpo e sua força de trabalho), há que se buscar formas de superar essa visão que se tem da mulher, afirmando sua importância para o desenvolvimento. Manter as mulheres escravas do desenvolvimento não o reconhecendo como direito, torna impossível a consolidação da democracia. Isso significa fazer justiça de gênero, ou seja, fazer a adoção de medidas destinadas a reparar as diferenças que levam à subordinação das mulheres em relação aos homens. Pensando dessa forma e vendo na injusta divisão do trabalho doméstico uma rotina aprisionadora da expressão do pensamento libertário das mulheres em todos os sentidos, que somente nessa década passou a ser considerada como questão, não podendo dissociá-la da função que tem exercido para a consolidação do neoliberalismo.

Romper com essa lógica nos remete pensar sobre que políticas públicas teriam o potencial de reduzir o trabalho doméstico.

Que alternativas coletivas e solidárias poderiam ser criadas para a realização desse trabalho, ao mesmo tempo em que se estaria pensando formas, por dentro do Estado, de superação desse tipo de opressão. Há que se exigir políticas de inclusão, de promoção, de cuidados e de proteção, a exemplo de Posto de saúde 24 horas, atendimento 24 horas a mulheres vítimas de violência doméstica - não apenas nas Delegacias Especializadas, um Pronaf Mulher acessível, creches, fomento e formas de acesso a mercados, dentre outras, como medidas que contribuiriam para a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Tomando esses fatores em consideração, mais importante para a definição de uma política pública e o que de fato a determinam são as questões **políticas e econômicas**. Para um governo que dá mais importância a um modelo de crescimento econômico, a partir de compromissos assumidos para atender aos interesses do capital (pagando os juros da dívida externa, favorecendo os bancos privados, o agronegócio), o bem-estar das pessoas está longe de ser prioridade. Esse tipo de perfil de governo se expressa muito bem no âmbito municipal, no qual governantes que querem manter as pessoas “no cabresto” alimentam as comunidades com políticas que não contribuem para que saiam da condição de necessitadas de direitos básicos. Ao contrário, contribuem para que esses mandatários se mantenham no poder por longos anos.

Dessa forma, eles acabam mudando o caráter das políticas públicas, fazendo com que elas se tornem seletivas, emergenciais e fragmentárias. Dessa forma, só são públicas porque acontecem a partir do próprio governo. Perdem o caráter de direito e são vistas como dádiva. O Bolsa Família, por exemplo, teve seu caráter desvirtuado a partir do governo Temer, deixando de fazer parte de uma proposta mais ampla. Já no governo Bolsonaro, o Programa de Auxílio Emergencial, em tempos de Pandemia, foi usado como forma de conseguir aumentar apoio político.

**ATER MULHERES – UMA PROMESSA QUE NÃO “VINGOU” COMO DEVERIA**

O governo ultraliberal de Bolsonaro é exemplar quando se trata de dilapidação de políticas públicas que vinham contribuindo para o desenvolvimento das pessoas, sua inclusão na sociedade e, no caso específico das mulheres rurais, para uma justiça de gênero - embora esse processo de desmonte tenha se iniciado no governo Temer. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), ATER, Água para Todos, PRO-NAF e PAA, políticas públicas surgidas como resultado da luta das mulheres pela valorização de seu perfil como produtoras rurais, desde 2018 consideradas exemplos de políticas públicas para mulheres até pela ONU Mulher, se não foram desmanteladas, foram desvirtuadas (embora em nível de Estado, algumas políticas para mulheres rurais ainda se mantenham, amparadas pela força reivindicativa de grupos de mulheres).

O Programa Bolsa Família, considerado uma política pública de transferência de renda como parte de uma estratégia maior inscrita no Programa Fome Zero, perdeu-se no seu objetivo originário de contribuir para a erradicação da pobreza. O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e os Planos I e II (período 2012-2015), formatados para sua implementação, e tudo o que deles decorreu no campo da agroecologia, pois que contemplavam uma série de reivindicações das mulheres agricultoras familiares, cumprindo uma de suas principais funções - dar visibilidade às mulheres como produtoras rurais - foram apagados como políticas para o campo. Faço um destaque para a importância do PNDTR, responsável pela ampliação da participação das mulheres nas políticas de desenvolvimento para o campo, que caiu no esquecimento.

A história nos ensina que quanto mais organização, quanto mais articulação, quanto mais acesso à informação, fica mais fácil reivindicar que as políticas públicas já existentes cheguem tanto para as mulheres como para outros setores marginalizados, como povos indígenas, pessoas idosas, população negra, dentre outros. Fica mais fácil, também, reivindicar que novas necessidades e antigas necessidades sejam atendidas.

O debate sobre a necessidade de políticas públicas específicas para as mulheres ganhou corpo com a criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com suas versões estaduais. Esse Conselho teve uma efetiva atuação nos debates sobre os direitos das mulheres durante o processo constituinte de 1988, favorecendo o que se chamou, à época, de “*Lobby do batom*”, uma estratégia de incidência dos movimentos de mulheres junto com a bancada feminina da Câmara Federal (26 Deputadas), para a conquista de políticas públicas com recorte de gênero. Lá estiveram 1,5 mil mulheres, cujas força e articulação garantiram, na Constituição Federal promulgada, a igualdade formal de direitos entre mulheres e homens.

Existem algumas políticas públicas que são criadas pelo governo que está no poder, mas, se ele perde a eleição, o outro que assume pode acabar com aquela política, mesmo que ela esteja dando certo. É o caso da política de ATER. Nesse contexto, a política de ATER aparece em 1940, é reestruturada em 1970 e, em 2016, inicia-se seu desmantelamento, a partir da criação da ANATER- Agência Nacional como gestora e da inclusão dos médios produtores na política de ATER.

A Política de Extensão Rural e Assistência Técnica para mulheres, ATER Mulheres, começa a deixar a marca das protagonistas mulheres rurais e de movimentos de mulheres a partir de 2003, no governo Lula. Contraditoriamente, também a partir desse período, os processos organizativos de formação das mulheres são

deixados de lado, talvez em função do leque de políticas públicas que lhes estava sendo oferecido. O empenho em *conhecer, entender e ter acesso* passou a povoar o universo das mulheres, seja no sindicalismo, seja na associação, seja nos grupos. Sem a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento para o campo e o lugar que lhes estava reservado nesse modelo, muitas deixaram de perceber que a capacidade transformadora da opressão e da subordinação não está centrada no acesso à política pública, e sim na organização para a ação política.

Desde quando se constituiu, a política de ATER sempre foi ponte para o debate sobre a divisão sexual do trabalho, mas isso era considerado por muitos um tabu, fazia parte da ordem estabelecida, portanto, não poderia ser objeto de reflexão. Pretendíamos que através dela se pudesse expressar a superação das desigualdades de gênero no campo, a partir de um trabalho de formação centrado em uma perspectiva feminista.

Através das Chamadas de ATER executadas pelo Esplar entre os anos de 2011 e 2015, estávamos, como já vínhamos fazendo, agregando mais um elemento de reflexão sobre a nossa prática político pedagógica, pois que a articulação, agora, se fazia entre feminismo e agroecologia, chamando a atenção para a agroecologia como projeto político de transformação, e não apenas por ser um jeito de fazer agricultura sem o uso de agrotóxicos. Articular esses dois campos políticos nos permitiu confirmar, junto com as agricultoras familiares, que é por essa via que se enfrenta as crises climáticas e se garante segurança e soberania alimentar. Por outro lado, uma visão mais ampla da agroecologia colocou para os movimentos de mulheres a compreensão sobre a importância de o Estado garantir políticas públicas emancipatórias para as mulheres. Embora com pouco tempo, o trabalho realizado contribuiu para fortalecer a participação e o controle social das mulheres sobre as políticas públicas, uma vez que passaram a ter um tipo de informação sobre a qual antes não tinham acesso.

O fato de estarmos de modo articulado com vários movimentos e grupos de mulheres do nordeste, tratando de projetos financiados pelo governo federal e dialogando com uma instância sensível às questões das mulheres, nos estimulou a pautar no Ministério do Desenvolvimento Agrário, ainda durante o governo Dilma, uma série de sugestões com vistas à valorização, à proteção e à melhoria do acesso das mulheres a políticas públicas inclusivas. Pretendíamos que o governo, através do trabalho com ATER, desse continuidade, estimulasse e apoiasse propostas que viessem contribuir para: romper com o medo que as mulheres têm da fala pública, em especial para sua atuação no campo da política e no diálogo junto aos mecanismos de mercado; aumentar a participação de mulheres em espaços de poder, contribuindo, assim, para uma mudança da cultura naturalizada do poder masculino; favorecer uma maior compreensão das mulheres sobre os fatores e os elementos que levam à violência doméstica e familiar, pois que além de contribuir para superarem as opressões íntimas cotidianas, também contribuiria para a superação do desequilíbrio de gênero na prática agroecológica e de comércio; promover o conhecimento sobre os direitos das mulheres, como estimulador da organização e articulação para sua efetivação; apoiar iniciativas que viessem desconstruir o mito de que o mercado é de domínio masculino, tanto aportando-lhes informações sobre o funcionamento do mercado, como estimulando a participação das mulheres em práticas de comércio justo.

De fato, a ATER agroecologia teve impacto na vida das mulheres no que se refere ao incentivo que lhes foi dado em produzir nos seus quintais o que quisessem, à possibilidade de conhecerem experiências de práticas agroecológicas a partir de outros quintais, de se inserirem em feiras agroecológicas e de acessarem as políticas públicas de PAA e PNAE, embora em pequena escala e com todos os problemas decorrentes do fato de serem mulheres, por exemplo. Embora tenhamos investido muito na política de ATER considerando toda a sua importância, em especial, para o empo-

deramento das mulheres, temos clareza de que a capacidade de auto-organização para a autonomia, a igualdade de direitos e a intervenção política não se consolidam sozinhas para as mulheres. É preciso vir, junto, um suporte jurídico-institucional que, para além de ações de governo integradas, passa por uma rede de proteção às mulheres enraizada e em funcionamento permanente.

### **CADERNETA AGROECOLÓGICA — UMA PISTA PARA RADICALIZAR NA EFETIVAÇÃO DO ENCONTRO ENTRE DIREITO E JUSTIÇA**

É na esteira das experiências de ATER que a Caderneta Agroecológica vem para ressignificar todo o acúmulo que os movimentos e organizações de mulheres tiveram com as experiências de políticas públicas voltadas para as mulheres em um determinado período da história desse país (governos Lula e Dilma). Ou seja, as mulheres têm o desafio político de trazer novos significados àquelas conquistas, considerando-se novos jeitos de ver a realidade, enredando tudo que a afeta. No Seminário Nacional “Feminismo e Agroecologia: Repensando a Economia a partir das Cadernetas Agroecológicas”, realizado pelo GT Mulheres da ANA<sup>2</sup>, as mulheres deixam isso evidente como ponto de partida, quando tentam articular as condições sociais, políticas e econômicas das mulheres, a partir do preenchimento da Caderneta. É provável que para darmos conta do desafio que apresento, tenhamos que andar um pouco mais, no sentido de considerarmos que todo esse trabalho traz também embutida a preocupação, o adoecimento, a tensão em casa, a violência doméstica e o endividamento das famílias. O quanto aquelas mulheres daquelas famílias tiveram que se endividar para viabilizarem os meios de produção de que precisam? Que percentual de sua renda foi parar nas mãos de bancos ou de agiotas para o pagamento de dívidas antes contraídas, para fazerem face à reprodução da vida social? Diante da crise no país refletida no local, quanto essas mulheres tiveram que reduzir de gastos essenciais ou adiar gastos, para darem conta da

<sup>2</sup> Seminário realizado em Recife, Pernambuco, entre os dias 12 e 14 de novembro de 2018.

produção? Parece ser possível que, em meio ao dismantelamento das políticas públicas, a Caderneta Agroecológica mostre-se como um grande revelador da vida e do trabalho das mulheres rurais.

Criadas pela ONG Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, o CTA-ZM, em Minas Gerais, para dar visibilidade ao trabalho das agricultoras familiares e sua contribuição na renda familiar, as Cadernetas Agroecológicas como instrumento metodológico de monitoramento da renda das mulheres agricultoras familiares vieram trazer para as mulheres, a partir de suas práticas como produtoras, o elemento faltante na discussão sobre a relação trabalho produtivo e reprodutivo. Tal instrumento foi criado para mensurar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras agroecológicas, contribuindo para sua autoestima e autonomia. É instrumento político porque mostra a importância da mulher para o desenvolvimento; é pedagógico porque, desde as anotações, ela começa a perceber que o que faz nos quintais é trabalho, tem um valor e uma importância dentro da família. Nesse sentido, as Cadernetas deram concretude ao trabalho que o Esplar já vinha desenvolvendo no que se refere à produção das mulheres para a segurança alimentar e geração de renda pela via da comercialização e das políticas públicas para as mulheres agricultoras, fortalecendo suas práticas solidárias e as fortalecendo em suas capacidades de autonomamente terem o controle de sua produção. Estava-se desenvolvendo ações para fortalecer os movimentos de mulheres em sua relação com o Estado e o mercado, na expressão de suas demandas por direitos. Em alguns momentos, chegava-se a exercer o papel de mediadoras desses movimentos, no diálogo com o poder público. Na prática, tendo definido como prioridade mudar a situação de exclusão das mulheres trabalhadoras rurais, tanto nos espaços de poder como nas políticas públicas, e atuando para que estas se reconhecessem como sujeitos de direitos, o Esplar estava assumindo a mesma bandeira de luta do movimento feminista: o fortalecimento da democracia e a luta contra a exclusão.

A ideia-força das Cadernetas era transformar os resultados de sua aplicação em luta política. Para tanto, as mulheres deveriam estar inseridas em espaços coletivos relacionados à questão agrária, agrícola e aos movimentos de mulheres. Encaradas como instrumento metodológico, as Cadernetas vêm dar visibilidade ao trabalho doméstico e de cuidados, uma vez que o que cada mulher produz para consumir, vender, trocar e doar, está diretamente vinculado a como ela se organiza na casa para realizar o trabalho reprodutivo e de cuidados, de modo que tenha tempo disponível para se dedicar ao seu quintal. Ao mesmo tempo, está vinculado a como se relaciona com o mundo externo, seja para vender, troca ou doar. Quando a divisão do trabalho doméstico é injusta, é desse tempo que ela não dispõe ou dispõe pouco. Isso tem um reflexo imediato na sua autoestima, ao pensar que o que produz não adianta ou que adianta, mas ela não tem controle, quer seja sobre a produção (como vai administrá-la), quer seja sobre o resultado da venda de seus produtos, uma vez que o marido acaba assumindo essa função e ela não consegue ver o dinheiro arrecadado e/ou decidir sobre seu uso. Por outro lado, aquelas que não sofrem a opressão da injusta divisão do trabalho doméstico têm, nas Cadernetas, a oportunidade de dar visibilidade ao quintal como seu espaço de produção, de mostrar seus saberes no uso das sementes, de valorar economicamente seus produtos, de exercitar o controle sobre o que produzem e terem a prerrogativa da autonomia no destino a ser dado à sua produção. É essa autonomia que irá lhes permitir o acesso a políticas públicas. As agricultoras que passaram pela experiência das Cadernetas conseguiram tornar público o valor de sua produção e, através da prática, influenciar outras mulheres para o reconhecimento da importância econômica de suas atividades no quintal. Fortalecidas pela experiência com as Cadernetas, além das oportunidades de saírem de casa para intercâmbios e fazer representação, o diálogo e a negociação com instituições públicas estiveram mais favorecidos, o que contribuiu para a sua autonomia, empoderamento e autoafirmação.

## ○ ESPLAR — A CRENÇA QUE NOS ORIENTA

Na sua trajetória de atuação no campo com grupos mistos e grupos de mulheres, o Esplar, entendendo a dominação como construção histórica, via na formação de grupos de mulheres a possibilidade de se ter uma outra escrita dessa história, considerando as diferentes contribuições das mulheres. Nossa perspectiva era que fossem superadas as relações de poder na família, rechaçando a concepção funcionalista sobre a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do trabalho da mulher, levando em conta que a divisão social do trabalho se justapunha à divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, realizavam-se ações de incentivo à criação de grupos de mulheres como mecanismo de fortalecimento àquelas mulheres que realizavam um trabalho na unidade produtiva sem o devido reconhecimento. Os conflitos de gênero eram visibilizados como processo educativo na superação das desigualdades na unidade familiar, uma vez que víamos a família não como uma estrutura rígida, mas capaz de incorporar novos valores e novas práticas. Era, muitas vezes, na sutileza da opressão, que a dominação masculina se exercia na família e para ser superada, precisaria estar visibilizada. As injustiças de gênero fatalmente estariam presentes em um ambiente em que a relação entre produção e consumo passava por quem detém os meios de produção e o poder de decidir sobre o que produzir e como produzir.

Aproximar a dimensão de gênero enquanto categoria de análise e intervenção na realidade com a agroecologia, considerando-a como viabilizadora de um novo modelo de agricultura para o campo, demanda uma atualização de seus princípios no caminho do bem viver, o que só é possível se houver relações baseadas na igualdade, no respeito e na justiça.

Foi esse o entendimento que moveu nossa prática, por termos nos dado conta, também, de que a prática agroecológica

não respondia aos problemas sociais e de gênero resultantes das relações que se estabeleciam na unidade produtiva. Mais ainda, percebemos que a abordagem de gênero, por si só, não avançava em uma perspectiva libertária. Organizações lideradas por técnicos, de modo geral, faziam um trabalho perfeito com a agroecologia, mas não tinham trabalho com mulheres, talvez pelo medo de mexer nas relações de poder, medo de desestabilizar a forma tradicional de fazer assessoria. Trabalhar com gênero, para satisfazer o desejo das agências financiadoras, era ter certo equilíbrio de gênero nas equipes e valorizar o quantitativo/paridade nas atividades. Queríamos ir mais além, pois considerávamos que, se a prática agroecológica era capaz de promover transformações nas relações de produção e se estas são relações de poder, onde as mulheres estão historicamente em situação de desigualdade, uma leitura feminista daquela realidade poderia contribuir para transformar os modos de sentir, pensar e agir das mulheres, transformando assim, as tradicionais relações de poder. Nos territórios, a divisão sexual do trabalho e de poder na família está organizada com base em uma estrutura de dominação patriarcal, a partir da qual se manifestavam as desigualdades de gênero, o que se colocava, para nós, como um desafio a ser enfrentado. A teoria feminista veio nos trazer as bases para compreender as diferentes vias de dominação e exploração das mulheres.

Baseadas na crença de que nada é impossível de mudar, temos a expectativa de que a Caderneta Agroecológica, como instrumento metodológico adequado essencialmente à nossa realidade, poderá se constituir para além de uma metodologia. Ser, portanto, um referencial teórico para análise da realidade, resgate histórico dessa realidade e produção de pensamento crítico, capaz de consubstanciar os elementos necessários a um projeto de vida no campo, baseado em relações igualitárias, justas, fraternas, solidárias e harmonizadas com o real e o divino.

**REFERÊNCIAS**

NOVAES, F. S. **O Bolsa Família no contexto das Políticas Públicas**. ANPAD. Vitória (ES). 2010.

SAID, M. **O impacto do endividamento público na vida das mulheres**. Esplar. Fortaleza, 2019.

SAID, M. **Economia com Jeito de Mulher**. Esplar. Fortaleza, 2014.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 291p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: NEPA - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (UNICAMP). **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 18, N 2, 2011, p. 12-32.

UFRPE – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Autonomia e luta: experiência de Metodologias Feministas/ Rede ATER Agroecologica e Feminista do Nordeste**. Recife, ActionAid, 2017.



## 17. OLHANDO PARA A CAMINHADA

*Sarah Luiza de Souza Moreira<sup>1</sup>  
Elisabeth Cardoso<sup>2</sup>*

Essas mulheres que leem, contam e (re)escrevem suas histórias não são as mesmas depois de todo esse percurso de descobertas e aprendizagens que as Cadernetas Agroecológicas proporcionaram e seguem proporcionando.

Como um instrumento político pedagógico, as Cadernetas contribuíram para desvelar uma realidade antes não percebida, naturalizada, ao mostrar que tanto suor e tempo dedicados às plantas, às sementes, à produção de alimentos, ao cultivo da horta, do roçado, ao manejo dos animais do quintal, ao beneficiamento e processamentos dos produtos, além de toda a dedicação à saúde e ao bem-estar das famílias e comunidades, também são trabalho que geram renda, vida, autonomia.

---

1 Cientista Social, Especialista em Educação Ambiental, Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ. Integrante do GT Mulheres e do Núcleo Executivo da ANA. Militante da Marcha Mundial das Mulheres.

2 Engenheira Agrônoma, Mestra em Agroecologia, Técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM, feminista, integrante da coordenação do GT Mulheres da ANA e da Marcha das Margaridas. E-mail: beth@ctazm.org.br

O contato com as Cadernetas Agroecológicas possibilitou que muitas mulheres compreendessem que todo aquele trabalho realizado por elas era agroecologia, mesmo que antes elas não conhecessem esse termo. Através das formações, dos diálogos, das análises, elas entenderam que produzir alimentos saudáveis com diversidade e qualidade, com respeito ao meio ambiente e a todas as pessoas, é fazer agroecologia.

Muitas mulheres, ao preencherem e analisarem suas Cadernetas, passaram, então, a se reconhecer como construtoras da agroecologia, entendendo como esse trabalho é central para a vida, a soberania e segurança alimentar e a saúde de todo mundo, fortalecendo sua autoestima e o valor dos seus produtos e trabalhos.

Nessa caminhada, foi possível perceber que houve, de fato, um profundo processo de aprendizado, de troca de conhecimento, de aumento da percepção das mulheres (e sobre elas) de todos os trabalhos de produção e reprodução da vida que elas realizam, que precisam do reconhecimento da importância e da contribuição social, econômica, política e ambiental destas para a sustentabilidade da vida.

Sim, elas passaram a valorizar mais tudo aquilo que fazem no seu dia a dia, conseguindo analisar de forma mais crítica que a sobrecarga de trabalho que elas sentem no cansaço, nas dores no corpo e na angústia não é justa e que, portanto, é preciso que toda a família, a comunidade e o Estado não apenas reconheçam sua importância, mas compartilhem e se responsabilizem por todas essas tarefas.

Esse conhecimento trouxe, ainda, uma maior compreensão sobre a necessidade de mudança da realidade desigual e injusta que elas e todas nós vivemos, a partir de nossas casas, localidades e municípios, transformação que só será possível com a organização social, coletiva, com a auto-organização das mulheres e com maior solidariedade e apoio mútuo, ou seja, com a perspectiva feminista.

Olhando do local para o geral, desde uma análise da Zona da Mata de Minas Gerais a uma avaliação nacional, não apenas os números, mas os depoimentos, as experiências e as conquistas mostra-

ram a importância de uma assessoria técnica sistemática e continuada. Uma assessoria que seja capaz de ouvir os anseios e as necessidades das mulheres, em uma relação de parceria no melhoramento da produção e do beneficiamento, na comercialização para o aumento de renda e na melhoria da qualidade de vida e do autoconsumo.

Comprovamos que uma ATER feminista e agroecológica tem mais condições de realmente considerar a realidade e os desejos das mulheres, geralmente escondidos atrás da ideia de projetos e ações para “a família”. Não existe apenas um tipo de família e, geralmente, a estrutura patriarcal e as assessorias técnicas tradicionais consideram apenas os homens como chefes de família, como aqueles que representariam o desejo de todas as pessoas. Assim, o trabalho com as Cadernetas Agroecológicas, realizado de forma específica, direcionado às mulheres, desnudou o machismo cotidiano que antes não considerava nem reconhecia o trabalho, a força e o aporte econômico das mulheres para as famílias.

Vale destacar que esse processo foi possível pela aliança construída entre as agricultoras, técnicas e pesquisadoras, articuladas pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), na construção coletiva do conhecimento agroecológico, com um compromisso militante que pressionou para que as entidades e organizações de assessoria/assistência técnica e extensão rural compreendessem o quanto era estratégica a ação com as Cadernetas, passando a contar com maior apoio institucional. Onde os movimentos de mulheres, feministas e do campo também assumiram o trabalho como parte de sua atuação política e militante, a experiência de ampliou e criou raízes ainda mais profundas. Também é importante destacar o fundamental apoio da Diretoria de Mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário no financiamento desse processo.

O trabalho coletivo com as Cadernetas contribuiu para um olhar atento à produção para além dos valores monetários, dando grande destaque ao que é consumido, doado e trocado, o que fez com

que elas vissem que todo o autoconsumo das famílias totaliza um valor que elas, possivelmente, não teriam como arcar. Ao mesmo tempo, serviu de reflexão para mostrar a importância dos laços de solidariedade, de troca, de ajuda mútua, ou seja, da reciprocidade e da coletividade que vêm mantendo fortalecidas as comunidades ao longo de suas histórias.

Além de todos esses aprendizados, confirmamos, através dos registros das Cadernetas, que as mulheres são as maiores guardiãs da sociobiodiversidade, da soberania e segurança alimentar, na medida em que plantam, reproduzem, compartilham uma grande diversidade de mudas e sementes, produzindo, mesmo em espaços pequenos, nos quintais produtivos, nos arredores de casa, uma quantidade incrível de tipos de plantas, sementes, mudas, alimentos. Enquanto os homens têm centrado seu trabalho nos roçados, nas lavouras e na produção para o mercado, em apenas três ou quatro variedades (mesmo em sistemas consorciados), as mulheres listaram, em suas Cadernetas, dezenas, e até centenas de plantas medicinais, hortaliças, frutas e animais em seus espaços de domínio, possibilitando a conservação da sociobiodiversidade e a segurança alimentar para as próprias famílias e para as/os consumidoras/es desses alimentos.

Essa caminhada já rendeu outros frutos, a exemplo do trabalho desenvolvido pelo Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) na região amazônica e do trabalho realizado através de uma parceria construída pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) com o Semear Internacional/Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para implementação do “Projeto de formação e disseminação do uso consciente das Cadernetas Agroecológicas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil”<sup>3</sup>, entre 2019 e 2020. Essa última

<sup>3</sup> Para conhecer mais desse trabalho, ler “As Cadernetas Agroecológicas e as mulheres do Semi-árido: de mãos dadas fortalecendo a agroecologia”. Disponível em: <http://portalsemear.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Livro-Cadernetas-Agroecol%C3%B3gicas-e-as-Mulheres-do-Semi%C3%A1rido-resultados-2.pdf>

ação envolveu 909 agricultoras, de sete estados e 112 municípios do Nordeste, acompanhadas pelos projetos Pró-Seminário (BA), Paulo Freire (CE), Viva o Semiárido (PI), Dom Távora (SE), Procase (PB) e Dom Helder Câmara (AL, CE, PE). Com 213.238 anotações, entre os meses de setembro de 2019 a setembro de 2020, a produção totalizou o valor de R\$3.214.127, 81, contribuição econômica até então invisibilizada. Os dados mostraram, ainda, o registro de 1.738 produtos e serviços diferentes, entre alimentos de origem vegetal e animal, ou mistos, artesanatos e trabalhos manuais, plantas e preparos medicinais, mudas, sementes e serviços. Os dados são tão significativos que fizeram com que vários governos dos estados apoiassem a continuidade da ação com as Cadernetas após esse projeto-piloto, da mesma forma que têm buscado ampliar sua aplicação em outros territórios e projetos, fazendo com que as Cadernetas Agroecológicas se tornem políticas públicas.

E esperamos que muitos frutos ainda sejam colhidos a partir da publicação dessa experiência, pois mesmo aquelas organizações que não participaram de processo semelhante podem refletir a partir dos artigos aqui apresentados. É necessário um compromisso institucional, por parte de organizações e projetos que promovem assistência técnica para a agricultura familiar, camponesa, tradicional e agroecológica, no combate às discriminações e violências baseadas no gênero. Da mesma forma, precisamos de compromissos institucionais na promoção do empoderamento das mulheres, a partir do reconhecimento dos seus direitos na participação política e econômica e dos seus direitos nas tomadas de decisão sobre a sua produção e renda.

Todo o processo de anotação, sistematização, organização e formação confirmou, como nos artigos apresentados nesse livro, o papel econômico expressivo das mulheres rurais, a contribuição para a segurança alimentar e nutricional e para a conservação da biodiversidade, a necessidade de alterar a divisão sexual do trabalho e de pautar a divisão justa do trabalho doméstico e de cuidados, além da importância de uma assistência técnica feminista e agroecológica. Além disso, a riqueza que as Cadernetas proporcionam se desdobra

em muitos caminhos, gerando reflexões, análises e fortalecimento das lutas feministas e agroecológicas, como as realizadas pelas mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e apresentadas no livro “Feminismo Camponês e Popular: reflexões a partir de experiências no movimento de mulheres camponesas”<sup>4</sup>.

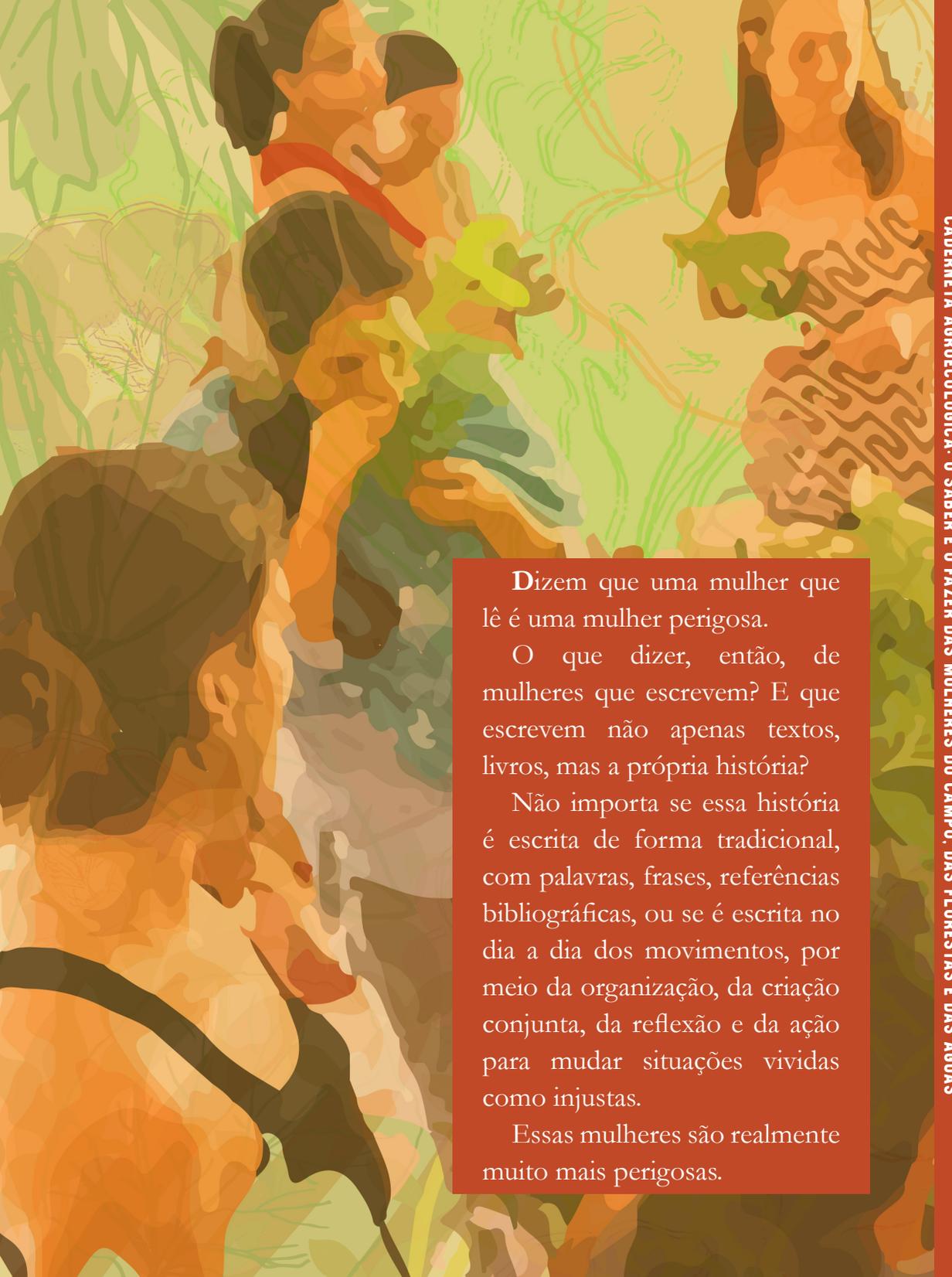
Por fim, esperamos que ao ler tantas histórias que têm a experiência com as Cadernetas Agroecológicas como elo comum - as quais se afirmam como instrumento político pedagógico que guarda um universo de descobertas -, possamos, juntas, contribuir para mostrar as possibilidades de construção real, concreta, através do feminismo e da agroecologia, de um mundo justo, igualitário, saudável, em que os trabalhos e a economia sejam direcionados para a sustentabilidade da vida. Esse é um processo vivo e estamos caminhando juntas!

---

4 Ver artigo: JAHN, Elisiane de Fátima; SANTOS, Geneci Ribeiro dos; RODRIGUES, Sandra Marli da. Economia Feminista e as mulheres camponesas. In. MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Walter (Org.). Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. Expressão Popular. 2021.







Dizem que uma mulher que lê é uma mulher perigosa.

O que dizer, então, de mulheres que escrevem? E que escrevem não apenas textos, livros, mas a própria história?

Não importa se essa história é escrita de forma tradicional, com palavras, frases, referências bibliográficas, ou se é escrita no dia a dia dos movimentos, por meio da organização, da criação conjunta, da reflexão e da ação para mudar situações vividas como injustas.

Essas mulheres são realmente muito mais perigosas.